



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

WESLEY DE SOUZA ARCASSA

RICHARD HARTSHORNE:
A DISCUSSÃO METODOLÓGICA AOS NOVOS HORIZONTES
DA GEOGRAFIA POLÍTICA

WESLEY DE SOUZA ARCASSA

RICHARD HARTSHORNE:
DA DISCUSSÃO METODOLÓGICA AOS NOVOS HORIZONTES
DA GEOGRAFIA POLÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Siqueira de Carvalho.

Londrina
2014

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

A668r Arcassa, Wesley de Souza.

Richard Hartshorne : da discussão metodológica aos novos horizontes da geografia política / Wesley de Souza Arcassa. – Londrina, 2014.
110 f. : il.

Orientador: Márcia Siqueira de Carvalho.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014.
Inclui bibliografia.

1. Hartshorne, Richard, 1899 – 1992 – Teses. 2. Geografia política – Teses. 3. Escola norte-americana de geografia – Teses. 4. Geografia – Metodologia – Teses. I. Carvalho, Márcia Siqueira de. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 911.3::32

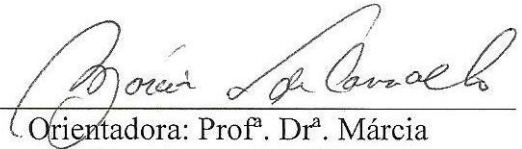
WESLEY DE SOUZA ARCASSA

RICHARD HARTSHORNE

DA DISCUSSÃO METODOLÓGICA AOS NOVOS HORIZONTES DA
GEOGRAFIA POLÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Márcia
Siqueira de Carvalho.
Universidade Estadual de Londrina - UEL



Prof^ª. Dr^ª. Rosana Figueiredo Salvi
Universidade Estadual de Londrina - UEL



Prof^ª. Dr^ª. Noemia Ramos Vieira
Universidade Estadual Paulista -
UNESP/Campus de Marília

Londrina, 20 de março de 2014.

*A meus Pais, às minhas Irmãs e ao meu Sobrinho,
pelo carinho, apoio e incentivo, dedico.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela minha família e amigos, bem como pelas oportunidades de crescimento conferidas a cada dia de vida.

Aos meus pais Aparecida e Isaias, a quem devo tudo que sou e os exemplos a seguir. Muito obrigado pelo amor, carinho e dedicação que sempre tiveram por mim e pela nossa família, bem como por nunca terem medido esforços para torna-nos melhores e realizar nossos sonhos.

À minhas queridas irmãs Cristiane e Josiane, pelo apoio e dedicação, sempre me amparando nos momentos difíceis, e também pelo incentivo e palavras de carinho. Ao meu sobrinho Guilherme, por tornar os nossos dias mais felizes e alegres. Junto a vocês, agradeço aos meus cunhados Ricardo e Alexandre, por integrarem a nossa família e serem tão prestativos.

À amiga Arlete, pelo apoio, dedicação e carinho, sempre disposta a auxiliar. Obrigado por fazer parte de nossa família.

À tia Venice e ao tio Nelson, pelas palavras de incentivo e por sempre estarem prontos a ajudar.

Aos amigos Fábio e Flávia, pela amizade, apoio e incentivo. Sou grato por vocês terem me acolhido de “braços abertos” em Londrina. É muito bom poder contar com amigos como vocês.

À Prof^a. Dr^a. Márcia Siqueira de Carvalho, orientadora do trabalho. Muito obrigado pela confiança em mim depositada, pela liberdade de pesquisar o tema que desejei e pelo constante incentivo. Vossa disponibilidade em discutir a pesquisa e sanar as dúvidas foi indispensável para a estruturação do trabalho. Sou grato pela senhora ter aceitado a orientação sem mesmo me conhecer.

Às professoras que compuseram a banca de qualificação e defesa da dissertação (Alice, Márcia, Noemia e Rosana), pelas contribuições fundamentais à redação final do presente documento. Gostaria de registrar meu sentimento de respeito e admiração pelas senhoras, tanto pela postura profissional quanto pela produção/contribuição no âmbito da Geografia.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela contribuição à minha formação acadêmica: Alice, Fábio, Gilnei, Humberto, Márcia, Omar e Rosana.

Aos amigos de “longa data”, pelo incentivo, amizade e confiança, mesmo estando distantes: Fabíola, Bárbara, Júlia, Júlio e Vanessa.

Aos colegas da turma de mestrado/doutorado (2012), pelas conversas e momentos prazerosos: Ângela, Bruno, Cláudia, Diego, Elisa, Isabella, Juliene, Karen, Kelton, Luis, Maria Angelina, Mariana, Rafael, Sandra, Thiago e Valter.

À Universidade Estadual de Londrina (UEL) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROP GEO), pelas contribuições na formação acadêmica e pelo suporte ao desenvolvimento da pesquisa.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do Centro de Ciências Exatas (CCE), por serem sempre pacientes e solícitos, atendendo os discentes em suas necessidades acadêmicas da melhor maneira possível.

Às funcionárias do Departamento de Geociências (DGEO), pela atenção e dedicação aos discentes do curso.

Aos funcionários da Biblioteca Central (BC) e da Biblioteca Setorial de Ciências Humanas (BS/CH), pela atenção e solicitude em dirimir as dúvidas sobre o acervo e normalização acadêmica.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos ao longo curso, possibilitando a plena dedicação à pesquisa, que teve como um de seus produtos a presente dissertação.

A todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para o resultado final desse trabalho.

A Geografia é o que os geógrafos dela fizeram.
Richard Hartshorne (A Natureza da Geografia, 1939).

*O respeito do homem pelo conhecimento é uma
das suas características mais peculiares.*
Imre Lakatos (História da Ciência, 1978).

ARCASSA, Wesley de Souza. **Richard Hartshorne**: da discussão metodológica aos novos horizontes da Geografia Política. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

RESUMO

A moderna concepção de Geografia tem sua base em estudos desenvolvidos por Immanuel Kant no século XVIII, os quais foram posteriormente aprofundados por outros geógrafos. Entretanto, no final do século XIX e início do século XX, há um resgate e uma melhor difusão das ideias de Kant por meio do movimento que ficou conhecido como neokantismo, este teve em Alfred Hettner uma das figuras de maior destaque. A partir da segunda metade da década de 1920, emerge no meio acadêmico norte-americano o geógrafo Richard Hartshorne, responsável pela difusão e análise dos conceitos kantianos e hettnerianos a nível internacional. Sua obra teve grande impacto na Geografia, pois o autor foi capaz de realizar o que até então não havia sido produzido nessa ciência, estudos de cunho epistemológico e metodológico, além de desenvolver uma sistematização de significativa parcela das teorias produzidas pelos “teóricos clássicos” desse ramo do saber científico. Dessa forma, a presente dissertação objetiva realizar uma análise crítica da obra de Hartshorne, buscando compreender sua influência perante a Geografia produzida desde a década de 1930. Além disso, procura-se também focar a diversidade da produção hartshorniana, evidenciando os avanços prestados pelo teórico no campo de estudo da Geografia Política, bem como em relação à Teoria e Método em Geografia.

Palavras-chave: Richard Hartshorne. Geografia política. História do pensamento geográfico. Método em geografia. Escola Norte-Americana de Geografia.

ARCASSA, Wesley de Souza. **Richard Hartshorne**: from methodological discussion to new horizons of the Political Geography. 2014. 110 p. Dissertation (Master's Degree in Geography) – Londrina State University, Londrina, 2014.

ABSTRACT

The modern conception of Geography is based in studies developed by Immanuel Kant in the eighteenth century, which were subsequently deepened by other geographers. However, in the late nineteenth century and early twentieth century, there is a rescue and a better diffusion of the ideas of Kant through what became known as Neo-Kantianism, this had in Alfred Hettner one of the most prominent figures. From the second half of the 1920s, emerged in the North American academia the geographer Richard Hartshorne, responsible for dissemination and analysis of Kant's and Hettner's concepts internationally. His work had a great impact on the geography, because the author was able to accomplish what until then had not been produced in this science, studies of epistemological and methodological nature, also develop a systematization of a significant portion of the theories produced by the "classical authors" this branch of scientific knowledge. Thus, the present dissertation intends to perform a critical analysis of the Hartshorne's work, seeking to understand their influence before the Geography produced since the 1930s. Furthermore, search to also detach in diversity Hartshorne's production, highlighting the advances provided by the theoretical field of study of Political Geography as well as in relation to Theory and Method in Geography.

Keywords: Richard Hartshorne. Political geography. History of geography. Method in geography. North American School of Geography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O Geógrafo Richard Hartshorne	33
Figura 2 – Relação da Geografia com as Ciências Sistemáticas	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais Fases no Desenvolvimento da Geografia Política.....	79
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - A HISTÓRIA DA CIÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA	17
CAPÍTULO II - RICHARD HARTSHORNE: UMA TRAJETÓRIA PELA GEOGRAFIA	29
2.1 A ESCOLA NORTE-AMERICANA DE GEOGRAFIA	29
2.2 RICHARD HARTSHORNE: ENTRE O CLÁSSICO E O MODERNO	33
CAPÍTULO III - CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DE RICHARD HARTSHORNE À GEOGRAFIA MODERNA	41
3.1 INTRODUÇÃO	41
3.2 METODOLOGIA.....	42
3.3 ASPECTOS BIOGRÁFICOS.....	42
3.4 A MODERNA CONCEPÇÃO HARTSHORNIANA DE MÉTODO GEOGRÁFICO, GEOGRAFIA REGIONAL E GEOGRAFIA POLÍTICA	44
3.5 AS INOVAÇÕES EMPREENDIDAS PELA OBRA DE HARTSHORNE NA GEOGRAFIA	53
3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
3.7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
CAPÍTULO IV - A GÊNESE DA GEOGRAFIA POLÍTICA/GEOPOLÍTICA	59
CAPÍTULO V - ABORDAGENS POLÍTICO-GEOGRÁFICAS EM RICHARD HARTSHORNE	74
5.1 INTRODUÇÃO	74
5.2 METODOLOGIA.....	75
5.3 ASPECTOS BIOGRÁFICOS.....	75
5.4 O QUE É A GEOGRAFIA POLÍTICA?.....	78
5.5 A CLASSIFICAÇÃO DE FRONTEIRAS EMPREENDIDA POR HARTSHORNE	81
5.6 A PROPOSIÇÃO HARTSHORNIANA PARA ANÁLISE DO ESTADO	85
5.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90

5.8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERENCIAS	103

INTRODUÇÃO

Partindo do pensamento estabelecido por Albert Einstein de que, frequentemente, a formulação de um problema é mais essencial que a sua solução, o interesse e as hipóteses para elaboração do presente trabalho surgiram durante a pesquisa de iniciação científica na graduação, cuja temática versou sobre a *Geopolitik* alemã. Em clara oposição a esse ramo da Geopolítica estavam os trabalhos de Richard Hartshorne, que buscava resgatar a cientificidade no campo da Geografia Política. Logo, essas ideias despertaram-me interesse, iniciando assim uma procura por outros trabalhos desse geógrafo norte-americano, a qual culminou na obra *Propósitos e Natureza da Geografia* (1978), a única publicada em língua portuguesa, também editada com o título *Questões sobre a Natureza da Geografia* (1969).

Diante disso, optou-se por produzir um projeto de pesquisa — para ingresso no curso de pós-graduação na área de Geografia — pautado na produção acadêmica de Richard Hartshorne. Isso porque, a produção teórica hartshorniana em partes, ainda, demanda um maior estudo e interpretação, principalmente no que concerne ao impacto causado à história da Geografia.

A presente dissertação tem como elemento norteador as hipóteses levantadas preteritamente, versando sobre o esforço empreendido por Hartshorne para sistematizar uma parcela das ideias até então produzidas pelos “teóricos clássicos” da ciência geográfica; a superação do estudo dicotômico do objeto da Geografia; a valorização do uso do método nas pesquisas geográficas, bem como a identificação de um método de análise próprio a esta ciência; e, a inovação em relação ao campo da Geografia Política.

A importância da temática abordada no estudo evidencia-se pelo fato de que suas áreas de concentração, História do Pensamento Geográfico e Geografia Política, carecem de trabalhos que envolvam os aspectos teóricos dos autores tidos como “clássicos”, sendo estes campos de estudo da ciência geográfica, por vezes, relegado pela maior parte dos membros da comunidade científica.

Cabe destacar que a versão aqui apresentada da dissertação difere dos objetivos traçados inicialmente para o desenvolvimento deste estudo. Isso porque, o projeto de pesquisa de mestrado contemplava originalmente uma vasta gama de objetivos, os quais visavam abranger toda a produção acadêmica de Hartshorne, perpassando diferentes campos do saber geográfico. Entretanto, o espaço de tempo disponível para a elaboração da dissertação demandou uma readequação, bem como uma delimitação no foco do trabalho. Dessa maneira, optou-se, em comum acordo com a orientadora, por explicar sobre alguns

aspectos gerais da produção hartshorniana no âmbito da História do Pensamento Geográfico, além de analisar em detalhes as contribuições do autor no campo da Geografia Política. As parcelas da obra de Hartshorne que não puderam ser enfocadas no âmbito deste estudo serão, possivelmente, analisadas em uma futura pesquisa de doutoramento. Com isso, objetiva-se abarcar a vasta produção acadêmica do teórico, englobando os diferentes campos da Geografia em que produziu.

Nesse sentido, a presente pesquisa visa analisar a contribuição das ideias e teorias estabelecidas por Richard Hartshorne (1899-1992) perante a história do pensamento geográfico moderno. Além de avaliar a influência do pensamento de Immanuel Kant e Alfred Hettner na obra desse autor, bem como a difusão do neokantismo às correntes posteriores da Geografia através de sua produção.

O impacto da produção literária hartshorniana ao campo de estudo da Geografia Política também representa um dos aspectos fundamentais do presente trabalho. E, a inovação epistemológica em relação à abordagem da questão do método nas pesquisas de cunho geográfico configurará outro elemento de suma importância a ser analisado na obra de Hartshorne.

Os resultados obtidos através da leitura e análise do referencial teórico serviram de base para atingir os objetivos propostos inicialmente com a pesquisa. As informações advindas das mais diferentes fontes e suportes bibliográficos possibilitaram desenvolver um enfoque pormenorizado de uma parcela das concepções estabelecidas por Hartshorne, principalmente no que se refere ao caráter inovador ilustrado por suas publicações. Para tanto, optou-se por apresentar a dissertação na forma de dois artigos científicos, minimizando a problemática do tempo.

A opção de apresentar o trabalho no formato de artigos científicos emergiu após a publicação do texto “Contribuições Epistemológicas de Richard Hartshorne à Geografia Moderna” na *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales* (edição de abril de 2013). Este artigo visou demonstrar a amplitude da produção acadêmica do geógrafo norte-americano, além de elucidar as inovações que empreendeu, sobretudo, no domínio do método em Geografia, Geografia Regional e Geografia Política. Após a produção desse trabalho mais genérico houve um direcionamento da pesquisa para o campo da Geografia Política. Assim, produziu-se um segundo artigo sob o título “Abordagens Político-Geográficas em Richard Hartshorne”, também publicado pela *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales* (edição de agosto de 2013), cuja circulação ocorre mensalmente pelo portal Eumed.net (Universidade de Málaga – Espanha). Neste artigo há uma análise detalhada das discussões teórico-

metodológicas estabelecidas por Hartshorne em Geografia Política, principalmente no que consiste à temática das fronteiras e dos Estados.

O primeiro capítulo da dissertação demonstra como o arcabouço metodológico advindo da História da Ciência foi empregado no processo de construção da presente pesquisa. Nele também se encontra um breve histórico dessa disciplina científica, além de seus instrumentos de pesquisa e dos problemas/erros cometidos de maneira mais frequente pelos estudiosos da área. Destarte, há uma preocupação em explanar sobre a importância da Ciência e do Método para os trabalhos acadêmicos, o que implica em escolhas durante a produção do conhecimento, evidenciando que nem sempre há neutralidade nesse cenário.

No segundo capítulo desenvolve-se um resgate histórico dos primórdios da Escola Norte-Americana de Geografia, destacando os principais acadêmicos que contribuíram para a sua implantação e evolução. Isso serve de base para a seção do capítulo onde é retratada de maneira pormenorizada a trajetória acadêmica de Richard Hartshorne, demonstrando os temas pesquisados pelo geógrafo em cada período de sua carreira. Assim, é possível perceber o lugar de destaque ocupado pelo teórico no âmbito dessa escola geográfica.

Já no terceiro capítulo (primeiro artigo) realiza-se a apreciação de alguns aspectos da produção acadêmica de Hartshorne, principalmente no que concerne à questão do método em Geografia, e de suas contribuições à Geografia Regional e Política. Além disso, busca-se abordar a influência do pensamento de Kant e Hettner perante a produção hartshorniana e demonstrar os elementos inovadores do teórico ao ramo de estudo da Geografia. O impacto das ideias estabelecidas pelo autor à produção geográfica posterior, também representa um dos pontos a ser desenvolvido, identificando o espaço basilar ocupado pelo mesmo no processo de transição da Geografia Clássica para a Geografia Pragmática (*New Geography*).

No quarto capítulo optou-se por executar uma explanação sobre a gênese da Geografia Política e Geopolítica, dois campos importantes do saber científico, evidenciando as peculiares e características de cada um destes, bem como os principais nomes ligados diretamente a sua instalação e desenvolvimento. Dessa forma, ficam nítidas as diferenças entre esses dois ramos em relação ao objeto de estudo, como também o fato de que a Geografia Política pertence ao campo da Geografia, enquanto a Geopolítica encontra-se intimamente vinculada à Ciência Política. Estas discussões servem de base para reflexão tecida no capítulo seguinte, onde há um retorno ao objeto central da pesquisa.

O quinto e último capítulo (segundo artigo) tem como foco de análise os aspectos político-geográficos da produção acadêmica de Hartshorne, principalmente no que concerne à temática das fronteiras e do Estado. Assim, aborda-se também a diferenciação entre os termos fronteira e limite, bem como a importância destes no *hall* de temas de análise do campo da Geografia Política. Na sequência, examinam-se as contribuições do autor à análise do Estado, principalmente através do estabelecimento da abordagem funcionalista. O impacto das ideias estabelecidas por este teórico à produção político-geográfica posterior também representa um dos pontos a serem considerados, somando-se as inovações teórico-metodológicas empreendidas pelo mesmo em relação à Geografia Política.

Por fim, cabe destacar que a junção de todos os dados e informações colhidos foi de suma importância para a elaboração plena da dissertação, onde constam os resultados de todas as atividades desenvolvidas no âmbito desta pesquisa. Os produtos finais obtidos podem servir de base para a execução de análises e pesquisas futuras em relação às temáticas: Richard Hartshorne; Geografia Política; História do Pensamento Geográfico; Método em Geografia; Escola Norte-Americana de Geografia.

CAPÍTULO I

A HISTÓRIA DA CIÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA

A ciência consiste em um conjunto organizado de conhecimentos relativos a um determinado objeto obtidos através da observação e da experiência. Ao contrário do que muitos professam a ciência não é universalmente neutra, mas efeito de uma realidade particular. É um corpo de conhecimentos sistemáticos, adquiridos com um método próprio, em um determinado meio e momento. Esta definição expressa por Goldenberg (2009) demonstra a necessidade da utilização de métodos científicos para o pleno desenvolvimento da ciência.

Nesse sentido, Goldenberg (2009, p. 105-106) define o Método Científico como a “observação sistemática dos fenômenos da realidade através de uma sucessão de passos, orientados por conhecimentos teóricos, buscando explicar a causa desses fenômenos, suas correlações e aspectos não revelados”. Ainda segundo a autora, a “característica essencial do Método Científico é a investigação organizada, o controle rigoroso de suas observações e a utilização de conhecimentos teóricos”.

Partindo do pressuposto de que a utilização de métodos científicos não é da competência exclusiva da ciência, mas que não há ciência sem o emprego de métodos científicos, pode-se também resgatar a concepção preconizada por Marconi e Lakatos (2003, p. 83), de que o método consiste no “[...] conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo — conhecimentos válidos e verdadeiros —, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. Já Severino *apud* Sposito (2004, p. 26), define o método como “[...] o conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem ao cientista descobrir as relações causais constantes que existe entre os fenômenos”.

Para análise de uma parcela da obra do objeto de pesquisa (geógrafo Richard Hartshorne) buscando compreender o papel desempenhado por este perante a Geografia, bem como os avanços teórico-metodológicos que empreendeu nesse campo do saber científico, fez-se necessário o uso do aporte metodológico oriundo da História da Ciência. O emprego deste mostrou-se viável devido ao fato de se desenvolver uma pesquisa qualitativa, a qual procura realizar um aprofundamento da compreensão da trajetória vivida pelo objeto pesquisado. Assim, segundo Goldenberg (2009, p. 16-17):

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa em pesquisa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, baseado no modelo de estudo das ciências da natureza. Estes pesquisadores se recusam a legitimar seus conhecimentos por processos quantificáveis que venham a se transformar em leis e explicações gerais. Afirmam que as ciências sociais têm sua especificidade, que pressupõe uma metodologia própria.

Na segunda metade do século XX, alguns pensadores, influenciados principalmente pelo idealismo de Immanuel Kant (1724-1804), reagiram criticamente ao modelo positivista de conhecimento aplicado às ciências sociais, acreditando que o estudo da realidade social através de métodos de outras ciências poderia destruir a própria essência desta realidade, já que esquecia a dimensão de liberdade e individualidade do ser humano.

A Sociologia Compreensiva, que tem suas raízes no historicismo alemão, distinguindo “natureza” de “cultura”, considerava necessário, para estudar os fenômenos sociais, um procedimento metodológico diferente daquele utilizado nas ciências físicas e matemáticas. O filósofo alemão Wilhelm Dilthey (1833-1911) foi um dos primeiros a criticar o uso da metodologia das ciências naturais pelas ciências sociais, em função da diferença fundamental entre os objetos de estudos das mesmas. Nas primeiras, os cientistas lidam com objetos externos passíveis de serem conhecidos de forma objetiva, enquanto nas ciências sociais lidam com emoções, valores, subjetividades. Esta diferença se traduz em diferenças nos objetivos e nos métodos de pesquisa. Para Dilthey, os fatos sociais não são suscetíveis de quantificação, já que cada um deles tem um sentido próprio, diferente dos demais e, isso torna necessário que cada caso concreto seja compreendido em sua singularidade. Portanto, as ciências sociais devem se preocupar com a compreensão de casos particulares e não com a formulação de leis generalizantes, como fazem as ciências naturais (GOLDENBERG, 2009).

Dilthey, por meio de dois conceitos, diferenciou o método das ciências naturais (*erklären*), que busca generalizações e a descoberta de regularidades, do das ciências sociais (*verstehen*), que visa à compreensão interpretativa das experiências dos indivíduos dentro do contexto em que foram vivenciadas.

O maior representante da Sociologia Compreensiva foi Max Weber (1864-1920), que se apropriou da ideia de *verstehen* preconizada por Dilthey. Para Weber, o principal interesse da ciência social é o comportamento significativo dos indivíduos engajados na ação social, ou seja, o comportamento ao qual os indivíduos agregam significado considerando o comportamento de outros indivíduos. Os cientistas sociais, que pesquisam os significados das ações sociais de outros indivíduos e deles próprios, são sujeito e objeto de suas pesquisas. Nesta perspectiva, que se opõe à visão positivista de objetividade e de separação radical entre sujeito e objeto da pesquisa, é natural que cientistas sociais se interessem por pesquisar aquilo que valorizam. Estes cientistas buscam compreender os valores, crenças, motivações e sentimentos humanos, compreensão que só pode ocorrer se a ação é colocada dentro de um contexto de significado. (GOLDENBERG, 2009, p. 19).

Por conseguinte, esta discussão filosófica mais geral, que diferencia as ciências sociais das demais ciências, contextualiza o surgimento e o desenvolvimento das técnicas e métodos qualitativos de pesquisa social. Tendo como base este debate filosófico e metodológico optou-se pelo uso da História da Ciência para compreensão do lugar ocupado por Richard Hartshorne na matriz histórica da Geografia.

A História da Ciência não é um conjunto de biografias de grandes personagens. Também não é um conjunto de relatos cronologicamente organizados sobre descobertas marcantes. Um historiador da Ciência não costuma escrever trabalhos do tipo “os grandes gênios da humanidade”. Isso porque, seu objetivo não é mostrar determinadas pessoas como “heróis” que tornaram a Ciência o que ela é hoje, em contraposição a “vilões” que atrasaram a evolução dessa Ciência.

Essa atitude implicaria em desprezar múltiplas pequenas contribuições de anônimos ou personagens pouco conhecidos que foram significativas para que alguns poucos nomes, por motivos os mais variados (incluindo motivos políticos, religiosos, econômicos etc.), tornassem-se consagrados. Implicaria, ainda, em valorar negativamente ideias atualmente consideradas inadequadas, mas que eram plausíveis e respondiam satisfatoriamente a problemas da época em que foram propostas. (FERREIRA e MARTINS, 2009, p. 04).

A História da Ciência estuda o processo de construção do conhecimento, mas isso não quer dizer que os pesquisadores dessa área analisam o passado e procuram as origens do que deu certo, separando a história do conhecimento genuíno daquilo que foi rejeitado. Considerar a Ciência somente a partir dessa premissa seria incorrer em um anacronismo, ou seja, enfocar o passado pensando apenas no que hoje é aceito.

Nesse sentido, pode-se dizer que a História da Ciência tem como objeto de estudo não apenas o que hoje é aceito como Ciência, mas sim, o que em alguma época e de algum modo foi proposto ou aceito como Ciência. Dessa forma, é possível estabelecer que a História da Ciência seja uma disciplina profissional e rigorosa, a qual reclama o mesmo nível de exigência e conhecimento que qualquer outra área de estudo.

Na concepção de Kragh (2003, p. 35):

[...] a única forma de alcançar um entendimento verdadeiro da dinâmica atual da ciência moderna é através da análise histórica, uma análise que não será histórica apenas no sentido de considerar a ciência na sua dimensão temporal, mas também no sentido de usar as técnicas e os métodos que caracterizam a investigação histórica.

A profissionalização da História da Ciência ocorreu no século XX, mas é difícil estabelecer com precisão quando ela surgiu. Segundo Martins (2001), diversos

“gêneros” de História da Ciência podem ser notados desde trabalhos muito antigos e encontram correspondentes em produções atuais.

Apesar de a história da ciência como disciplina acadêmica autônoma só no século XX ter começado a desenvolver-se, desde há séculos que se verificam atividades que podem ser justificadamente descritas como formas primitivas de história da ciência. O desenvolvimento da ciência foi sempre acompanhado por descrições e análises históricas. Na realidade, mesmo uma consideração superficial da história da ciência em épocas anteriores revela que muitos dos problemas historiográficos fundamentais, debatidos na moderna história da ciência, surgem igualmente em séculos anteriores. (KRAGH, 2003, p. 01).

Pode-se dizer, enfim, que quando se observa o passado, é possível notar várias iniciativas, muitas delas sem preocupações históricas, mas sim utilitárias, de produzir relatos sobre o conhecimento e seu desenvolvimento. Porém, algumas dessas abordagens podem causar profundo desagrado ao historiador da Ciência e não se parecem com a História da Ciência hoje institucionalizada.

Segundo Alfonso-Goldfarb (1994, p. 10), a História da Ciência surgiu no século XVII, juntamente com a Ciência Moderna e no interior dessa própria Ciência. Com o passar do tempo, a Ciência Moderna passou a se firmar no tripé “precisão-previsão-experimentação” a fim de conseguir eficiência, perseguindo o ideal de dominação da natureza.

Para a autora, este surgimento se deu em um cenário um tanto quanto complicado, pois uma ruptura de grandes proporções ocorreu. As figuras que até então desenvolviam estudos científicos se dividiram em dois grupos principais: *antigos* e *modernos*.

De acordo com os *antigos* era necessário retomar os conhecimentos clássicos tais quais esses haviam sido concebidos e, então, a partir desse ponto inicial, continuar o processo de conhecimento da natureza. Já para os chamados *modernos* era preciso deixar de lado os conhecimentos clássicos e inaugurar novos estudos sobre a natureza.

Houve também várias posições intermediárias entre esses dois grupos. Além disso, é difícil dizer que na prática certo estudioso era totalmente *moderno* ou totalmente *antigo*. Isso demonstra que quando se tenta rotular/enquadrar algum estudioso, em termos de História da Ciência, pode-se incorrer em graves erros, bem como distorções históricas.

Conforme Ferreira e Martins (2009, p. 06), a relação existente entre o debate travado por esses dois grupos e o surgimento da História da Ciência consiste no modo como cada um defendia a sua posição do que seria a Ciência. Assim, de um lado, os *antigos* contavam a fantástica história da construção do conhecimento pelos gregos de modo a

justificar sua concepção sobre os rumos que a Ciência Moderna devia tomar. Faziam uma “História da Ciência do passado”. E, do outro lado, os *modernos* contavam a fantástica história da construção do conhecimento que estava ocorrendo com o surgimento da Ciência Moderna. Faziam uma “História da Ciência do presente”.

Isso acaba por elucidar o fato de que a História da Ciência surgiu ligada à própria Ciência Moderna, e tinha o perfil do debate que então se travava. Funcionava como justificativa da Ciência em formação e era importante para quem desejava aprender e fazer Ciência, fosse essa figura pertencente ao grupo *moderno* ou *antigo*.

Partindo da premissa de que a institucionalização da História da Ciência é um fenômeno do século XX, é possível afirmar segundo Martins (2001, p. 20-21), que ao longo do século XIX a historiografia da Ciência esteve se desenvolvendo fortemente, nessas diversas modalidades, sem atingir, no entanto, um estágio de institucionalização acadêmica. Até o final do século, fora algumas exceções, não havia departamentos universitários, disciplinas regulares, congressos sociedades ou publicações periódicas sobre o tema.

A historiografia da ciência produzida no século XX mostrou-se muito mais rigorosa do que as dos séculos anteriores, tanto por sua visão crítica e às vezes demolidora do conceito ingênuo sobre a ciência e sobre os cientistas, como também pelo uso de uma documentação volumosa, abrangendo não apenas publicações, mas também manuscritos. Ao mesmo tempo, a pesquisa também foi se especializando, voltando-se para um estudo cada vez mais “microscópico” da ciência, investigando detalhadamente episódios limitados cronologicamente e geograficamente, e abandonando quase totalmente as “grandes sínteses” do século XIX. (MARTINS, 2001, p. 21).

Tendo em vista essas considerações, pode-se dizer que, atualmente, o historiador da Ciência procura entender o cenário da construção dos conhecimentos em determinada época, de modo contextualizado, tendo como princípio a concepção de que cada cultura e período têm formas particulares de ver o mundo, problemas peculiares que desejam resolver e formas de resolvê-los também peculiares. Isso porque, a Ciência Moderna deixou de ser um padrão de comparação e o historiador da Ciência não mais produz grandes compêndios, crônicas de pais e precursores da Ciência.

Entretanto, cabe ressaltar que as alterações históricas e científicas são lentas, graduais, difusas; produto de um trabalho coletivo. Assim, é difícil caracterizar em uma só frase ou palavra o que foi determinada mudança, pois há estreita correlação entre acontecimentos histórico-científicos de diferentes tipos. Isso incorreria em uma inadequada e excessiva simplificação/esquematização da realidade multifacetada e complexa da Ciência.

Na História, assim como na História da Ciência, as transformações são graduais, lentas, desenvolvidas por um enorme número de pessoas, que muitas vezes se contradizem e misturam posições e concepções incompatíveis; que acertam e erram, igualmente. Essas transformações não são bruscas, não podem ser marcadas por datas, não podem ser descritas por um único verbo ou substantivo. Cada episódio histórico é um mundo infinito do qual só se pode ter uma visão parcial — e é essencial saber que é ela é apenas isso. (MARTINS, 1993, p. 75).

Seguindo, ainda, o raciocínio expresso por Martins (1993), é possível perceber que as diferentes abordagens historiográficas da Ciência revelam diversos aspectos parciais de um todo concreto indescritível e inacessível. Nenhuma abordagem é completa, pois nenhuma pode conter a realidade, isso também se reflete na presente pesquisa, a qual não objetiva esgotar a discussão a cerca da vasta produção acadêmica do geógrafo Richard Hartshorne, mas sim, lançar foco sobre uma parcela dessa obra.

Os problemas que rodeiam o objetivo e relevância da História da Ciência ligam-se estreitamente à questão de saber até que ponto os indivíduos aprendem com a história. Segundo Kragh (2003, p. 45), não se pode aprender com a História da Ciência a resolver problemas científicos específicos. Mas pode-se avaliar e compreender melhor a Ciência atual, no seu contexto social, com a ajuda do conhecimento da sua história. A História da Ciência proporciona um fundo comum de experiência, onde se pode, mais ou menos claramente, identificar tendências e relações. A partir destas, é possível aprender como agir no sentido de consolidar ou enfraquecer certas tendências. Mas o fato de se poder aprender com a História da Ciência a planejar melhor o futuro da própria Ciência não implica uma aceitação de uma historiografia pragmática da ciência.

A história da ciência pode, por si só, fazer-nos recordar que as formas em que a ciência é hoje conduzida não são as únicas formas possíveis, mas que resultam de uma escolha socialmente condicionada entre muitas alternativas. A referência a correntes históricas conhecidas pode dar-nos informação sobre quais os aspectos da ciência que são “naturais” ou partes inerentes à ciência *per se*. E, mais importante, pode também dar-nos informação sobre quais os aspectos que, não sendo “naturais”, são determinados culturalmente e, por conseguinte, fazem parte do contexto social da ciência atual. Foi à história da ciência em particular que nos ensinou que a crença positivista numa ciência livre de considerações valorativas e culturalmente independente é um mito. E, mais que qualquer outra área, incluindo a filosofia, foi à história da ciência a ensinar-nos que o método científico, entendido como uma doutrina absoluta, canonizada, é um artifício. (KRAGH, 2003, p. 45).

Martins (2005, p. 306) tece algumas afirmações a respeito da História da Ciência que merecem ser destacadas. Em primeiro lugar, a História da Ciência se trata de um estudo metacientífico ou de segundo nível, uma vez que se refere a um estudo de primeiro nível que é a Ciência. Há outros estudos metacientíficos que não são História da Ciência,

como, por exemplo, a Psicologia da Ciência, a Filosofia da Ciência e a Sociologia da Ciência. A História da Ciência, em um primeiro nível, é descritiva, porém deve utilizar a terminologia adequada que normalmente ela retira da Filosofia da Ciência. Entretanto, não deve permanecer somente na descrição, mas deve ir além, oferecendo explicações e discutindo cada contribuição dentro de seu contexto científico. Além disso, a autora considera também que a História da Ciência apresenta uma metodologia própria, que não é nem a metodologia da História e nem a metodologia da Ciência, uma vez que é um tipo de estudo de natureza diferente dos dois anteriores. Ademais, deve-se levar em conta que para fazer um trabalho de História da Ciência é preciso um treino que envolve vários estudos: em metodologia de pesquisa em História da Ciência, em epistemologia, um conhecimento dos conceitos da ciência com a qual se está lidando, além de um conhecimento histórico do período que está sendo estudado.

Para a autora em questão, há diversas subáreas e vários tipos de enfoques distintos em História da Ciência, sendo viável se referir a duas possíveis abordagens. Uma abordagem conceitual (interna, internalista), discute os fatores científicos (evidências, fatos de natureza científica) relacionados a determinado assunto ou problema. Já uma abordagem não-conceitual (externa, externalista), lida com os fatores extracientíficos (influências sociais, políticas, econômicas, luta pelo poder, propaganda, fatores psicológicos).

Um estudo completo envolveria os dois tipos de abordagem. Entretanto, embora em termos práticos tudo ocorra ao mesmo tempo, ou seja, os processos de proposta/fundamentação e o de aceitação ou rejeição não sejam independentes um do outro, esta distinção pode proporcionar maior clareza à análise de História da Ciência. Assim é possível, para efeito de estudo, dividir o processo em duas partes e, normalmente, um estudo não-conceitual deve ser precedido de um estudo conceitual bem-feito. (MARTINS, 2005, p. 306).

Após estas reflexões iniciais sobre a evolução da História da Ciência, bem como de seu objeto de estudo, é possível passar para uma análise mais detalhada de seu arcabouço metodológico. Isso porque, este terá uma significativa contribuição no processo de produção da presente pesquisa.

De acordo com Ferreira e Martins (2009, p. 14), embora não haja uma “receita infalível” para um bom trabalho em História da Ciência, alguns pontos podem ser destacados a esse respeito. O historiador da Ciência escolhe temas restritos e os trata de forma aprofundada. Na realidade, essa é uma exigência fundamental na pesquisa acadêmica, não somente em História da Ciência.

Portanto, pode-se inferir que não é possível empreender uma pesquisa sobre História da Geografia de modo geral. É necessário escolher uma questão que será tratada, alguma controvérsia que pode ser estudada, algum aspecto do trabalho de determinado autor etc. Assim, como recorte temático do presente estudo optou-se por desenvolver uma análise sobre a parcela da produção hartshorniana voltada à Geografia Política.

Normalmente, uma pesquisa investiga uma questão dentro de um assunto. Este assunto de pesquisa precisa ser delimitado. No âmbito da dissertação foi viável limitar o estudo no sentido de analisar o impacto da produção de Hartshorne ao campo de estudo da Geografia Política, elucidando os avanços teórico-metodológicos desenvolvidos pelo teórico.

Em uma pesquisa, não faz sentido repetir coisas que já foram feitas, ou chegar a conclusões já aceitas por todos, sem acrescentar nada de novo. Uma pesquisa deve procurar trazer novos conhecimentos históricos ou criticar e corrigir conhecimentos antigos. Em geral, a questão é guiada por uma hipótese de trabalho ou por uma conjectura inicial – por exemplo, a suposição de que certas descrições históricas anteriores estão erradas ou de que há uma conexão, que nunca foi sugerida antes, entre dois acontecimentos históricos. (MARTINS, 2005, p. 308).

Partindo dessa ideia expressa por Martins (2005), a presente pesquisa justifica-se pelo fato de que a produção teórica hartshorniana em partes, ainda, demanda um maior estudo e interpretação, principalmente no que concerne ao impacto causado à Geografia. Outro elemento que demonstra a importância da temática abordada consiste no fato de que suas áreas de concentração, Geografia Política e História do Pensamento Geográfico, carecem de trabalhos que envolvam os aspectos teóricos dos autores tidos como “clássicos”, sendo estes campos de estudo da ciência geográfica, por vezes, relegado pela maior parte dos membros da comunidade científica.

Considerando o prazo estabelecido para elaboração da pesquisa (dissertação) optou-se por escolher um assunto restrito, não caindo no exagero. Ao longo da pesquisa foi necessário, em diversos momentos, reflexões e ajustes sobre o problema de estudo, bem como um constante levantamento de fontes. Destarte, também foi preciso selecionar e localizar documentos, obter cópias e analisá-los. E, escrever, elaborar uma argumentação, discutir uma gama de trabalhos historiográficos anteriores sobre o assunto, objetivando fundamentar a pesquisa, bem como suas conclusões. Isso visando atender aos moldes de um estudo em História da Ciência.

Ao se desenvolver uma pesquisa no campo da História da Ciência, após a escolha do tema, o pesquisador passa a estudar basicamente dois tipos de materiais: *fontes*

primárias e fontes secundárias. Isso porque, segundo Julius Ruska *apud* Kragh (2003, p. 133):

A história das ciências continuará a depender das fontes que estão ao seu dispor em cada momento, mas a avaliação e o uso correto das fontes dependerão, por sua vez, da capacidade do historiador em conduzir a crítica histórica. Tal como a própria ciência, a apresentação da história é um processo que nunca termina.

Normalmente, em uma pesquisa em História da Ciência, são utilizados documentos de vários tipos. De acordo com Martins (2005, p. 310), costuma-se classificá-los em *fontes primárias* (material da época estudada escrito pelos teóricos estudados) e *fontes secundárias* (estudos historiográficos e obras de apoio a respeito do período e dos autores investigados). Na presente pesquisa, é possível distinguir um tipo de outro. Os trabalhos escritos por Richard Hartshorne desde a primeira metade do século XX, bem como suas correspondências e obras científicas do período, são consideradas como *fontes primárias*. Já os livros e artigos historiográficos recentes sobre Hartshorne, Geografia Política e História do Pensamento Geográfico enquadram-se como *fontes secundárias*.

Para que o presente estudo configurasse o mais fiel retrato da obra hartshorniana buscou-se, sempre quando possível, uma aproximação dos “originais” produzidos pelo geógrafo. Assim, pode-se dizer que o centro deste trabalho foi desenvolvido a partir de fontes primárias publicadas.

Já as fontes secundárias (nacionais e internacionais) utilizadas ao longo da pesquisa foram imprescindíveis para gerar familiaridade com o contexto da época, e, em particular, com o contexto da ciência geográfica. E, possibilitaram também a análise do impacto posterior causado pela publicação dos trabalhos de Hartshorne no âmbito da história da Geografia.

Nota-se, então, que uma variada gama de materiais deve servir ao historiador da Ciência. É necessário que o historiador procure saber o que outras pessoas já disseram sobre o tema de seu interesse, e é imprescindível que tenha contato direto com o material da época. Não se pode fazer um bom trabalho de História da Ciência com base apenas em informações de terceiros. Para realizar essas pesquisas, há uma metodologia específica e são necessárias habilidades particulares, o que requer uma formação especializada para atuar na área. (FERREIRA e MARTINS, 2009, p. 14).

A pergunta feita inicialmente ao desenvolvimento da pesquisa que acabou por determinar as fontes que deveriam ser consultadas. Dessa forma, no decorrer do trabalho foi necessária a consulta tanto a *fontes primárias* como a *fontes secundárias*. Como ponto de partida, realizou-se um levantamento bibliográfico o mais completo possível, abrangendo

tanto produções acadêmicas em formato físico quanto disponíveis em ambiente digital. Para tanto, foram utilizadas fontes terciárias — instrumentos bibliográficos para busca de fontes primárias e secundárias — dentre as quais se destacaram: bases de dados para pesquisa (Portal da Pesquisa, Portal de Periódicos da CAPES, *Scielo* etc.); e, fontes de dados disponíveis no portal das bibliotecas da UEL, UEM, UNESP, USP e UNICAMP.

A análise do conjunto de literatura presente nos acervos de universidades públicas brasileiras possibilitou atingir os objetivos traçados inicialmente para a pesquisa, pois as obras existentes em língua portuguesa, inglesa e espanhola foram capazes de fornecer o subsídio necessário à execução do presente estudo. Cabe ainda lembrar que o uso de bases de dados para pesquisas acadêmicas, dentre estas o “Portal da Pesquisa” (<http://www.portaldapesquisa.com.br/>) e o “Portal de Periódicos da CAPES” (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>) foram fundamentais para a obtenção dos textos originais publicados por Richard Hartshorne em periódicos científicos norte-americanos, como *Annals of the Association of American Geographers*, *Geographical Review*, *Economic Geography*, *The Geographical Journal*, *The American Political Science Review*, *World Politics*, dentre outros. Por meio dessas bases de dados foi possível localizar *fontes primárias* (livros impressos, teses, folhetos, artigos e mapas) e *fontes secundárias* (bibliografias e estudos).

Sem os valiosos recursos materiais e digitais mencionados não seria possível ter acesso às fontes primárias e secundárias que permitiram o pleno desenvolvimento da pesquisa. Entretanto, houve um artigo de grande importância onde encontra-se listada toda a produção bibliográfica empreendida por Hartshorne, o qual consiste no trabalho intitulado *In Memoriam: Richard Hartshorne, 1899-1992* de autoria do geógrafo Geoffrey J. Martin, publicado em 1994 nos *Annals of the Association of American Geographers* (v. 84, n. 3, p. 480-492).

Conforme as reflexões tecidas por Martins (2005) há uma série de problemas que são comuns serem encontrados em trabalhos de História da Ciência, já que esta é produzida por seres humanos e se constitui em uma reconstrução de fatos e contribuições científicas que ocorreram, muitas vezes, em épocas distantes. Tendo ciência desse cenário procurou-se no transcorrer da presente pesquisa evitar incorrer nesses problemas.

O primeiro deles consiste em uma História da Ciência puramente descritiva, repleta de datas e informações que não têm qualquer relevância para aquilo que está sendo estudado. Este tipo de História da Ciência apresenta, muitas vezes, alguns indivíduos como gênios que tiraram suas ideias e contribuições do nada e outros como verdadeiros imbecis que faziam tudo errado. Passa ao leitor uma visão completamente distorcida do processo de construção do pensamento científico. (MARTINS, 2005, p. 314).

Um segundo tipo de vício historiográfico descrito por Martins (2005, p. 314) seria o que Herbert Butterfield (1900-1979) chamou de interpretação *whig* da História, que é sinônimo de História da Ciência anacrônica e que consiste em “estudar o passado com os olhos do presente”. Neste caso, o historiador da ciência vai procurar no passado somente o que se aceita atualmente, ignorando completamente o contexto da época. É o caso da busca de precursores, ou de procurar em pesquisadores mais antigos conceitos que foram desenvolvidos muito depois. Ou então, valorizar no passado somente o que aceitamos hoje.

Para a autora, o ideal seria que o historiador da ciência procurasse se familiarizar com a atmosfera da época que está estudando sem perder de vista o que veio depois (História da Ciência diacrônica). Isso porque, em cada época e em cada autor o estilo de pensamento é diferente, e é preciso conhecer bem essas diferenças em vez de procurar encontrar a identidade entre autores e épocas distintos. Não se pode também criticar autores antigos utilizando argumentos e fatos muito posteriores. Entretanto, conforme sua atitude, o historiador poderá adotar uma interpretação *prig* se radicalizar sua posição contrária à historiografia *whig* e considerar apenas o contexto e a contribuição no passado que estuda, ignorando completamente a História da Ciência moderna.

Outro vício explanado por Martins (2005) é o chamado “apudismo”. Este termo é aplicado aos trabalhos historiográficos cujos autores utilizam frequentemente o termo *apud*, porque se basearam em informações indiretas. Eles elaboram um trabalho de História da Ciência baseando-se apenas em informações obtidas em fontes secundárias, sem consultar as fontes primárias.

Toda narração histórica é uma seleção ou “recorte” da história. Ao fazer este recorte, o historiador pode selecionar e descrever apenas os fatos que corroborem seu ponto de vista e ocultar os fatos que entrem em conflito. Neste caso, ele não estará apresentando as ideias daquele estudioso de forma fiel, pois estará omitindo aspectos importantes e sua narrativa será tendenciosa. Ele também pode estar fazendo uma narração falsa se as descrições entrarem em conflito com os fatos. (MARTINS, 2005, p. 315).

Por outro lado, segundo Martins (2005, p. 316), os pesquisadores são criaturas do presente e produtos de seu contexto que estão procurando estudar contribuições

feitas em um passado mais próximo ou mais distante. “Não podem jogar seus olhos fora”. Porém, é desejável e deve ser considerada uma meta a atingir (ou, pelo menos da qual procura-se aproximar ao máximo), para que a reconstrução empreendida seja feita da forma mais imparcial possível e que permita familiarizar-se com o contexto histórico, científico, social etc. que se está estudando, além de sempre buscar deixar os preconceitos de lado.

Nesse sentido, partindo da premissa de que a História da Ciência procura estudar a construção do conhecimento de uma época dentro do seu próprio contexto, cabe destacar as explicações de Claval (2011, p. 256), o qual considera que o período entre as duas guerras mundiais é muito mais marcado pelo alargamento do campo de estudo da Geografia que pelo seu aprofundamento. Os geógrafos passaram a explorar o mundo rural, analisar as realidades urbanas, voltando-se às atividades econômicas e se apaixonando pelos conflitos políticos. Na medida em que são mais numerosos em um mundo onde a mobilidade aumentou, a parte dedicada às realidades exóticas expande-se. Esse é o contexto em que Hartshorne inicia sua produção científica, marcado também por uma transição entre a Geografia Clássica e a Geografia Moderna.

Considerado por Andrade (1987, p. 79) como “o maior teorizador da escola clássica nos Estados Unidos”, Hartshorne alvitra por meio de sua obra acadêmica analisar questões sobre a natureza da ciência geográfica e seus problemas metodológicos, tendo como fonte fundamental para seus argumentos a Geografia Alemã do início do século. Dessa maneira, o teórico norte-americano busca exaustivamente “estabelecer uma metodologia capaz de fazer da Geografia Moderna uma disciplina rigorosa e científica” (GOMES, 2003).

A sistematicidade e objetividade do trabalho geográfico empreendido por Hartshorne permite uma superação do nível da descrição, atingindo por consequência a análise científica tão almejada. Isso contribui para emersão do autor como um dos mais importantes pensadores na história da Geografia, ocupando um papel de destaque perante a produção científica vindoura.

Por fim, deve-se considerar Hartshorne como símbolo de um trabalho coletivo, sendo que a sua produção acadêmica só pode ser compreendida levando em consideração o contexto cultural, técnico e científico vigente a partir do período entre guerras. O autor debruça-se sobre o conhecimento geográfico acumulado, representado principalmente pelos trabalhos de Kant e Hettner, para propor novos enfoques teórico-metodológicos no âmbito da Geografia.

CAPÍTULO II

RICHARD HARTSHORNE: UMA TRAJETÓRIA PELA GEOGRAFIA

2.1 A ESCOLA NORTE-AMERICANA DE GEOGRAFIA

Antes de iniciar a explanação acerca do processo de implantação da Escola Norte-Americana de Geografia, propriamente dito, cabe tecer algumas reflexões em torno da concepção das “escolas de geografia” no transcorrer da evolução dessa ciência. Isso porque, a partir do momento em que a Geografia se institucionaliza, é frequente recorrer à ideia de *escola* para pensar o seu desenvolvimento: no início, existe uma impulsão dada pelo gênio fundador; o movimento toma em seguida uma forma linear e contínua.

De acordo com Claval (2013, p. 08), este modelo é, sobretudo, utilizado para o fim do século XIX e início do XX, um momento onde a Geografia torna-se uma disciplina acadêmica em um mundo universitário que é então fortemente hierarquizado; ele apresenta menos interesse para o período contemporâneo. Porém, o “modelo de escola” não é desinteressante. Fala-se, na primeira metade do século XX da escola francesa, escola alemã e de duas escolas americanas, uma do Meio-Oeste e outra de Berkeley.

Ainda, conforme as noções expressas por Claval (2013, p. 08), a ideia de uma única coerência ligada à autoridade de um mestre ou à importância das instituições nacionais não é convincente. As escolas não nascem, portanto, automaticamente da autoridade intelectual e institucional de um mestre. Que elas sejam dominadas por uma personalidade forte, isso é certo, mas não é sempre o caso. Se a escola de Berkeley estrutura-se ao redor de Carl Sauer, a escola do Meio-Oeste não se constrói ao redor de um nome, isso será analisado ao longo dessa seção.

Então, trata-se do seguinte problema: o que faz com que em alguns momentos os geógrafos reclamem uma concepção particular da geografia, de seu desenvolvimento, de seus métodos, no lugar de destacar o caráter universal das abordagens utilizadas? A resposta: trata-se do impasse epistemológico ao qual a geografia humana se encontra desde Ratzel: concebida como uma ecologia do homem, como um estudo das relações entre os grupos humanos e o meio, ela postula a princípio que é o meio que modela as sociedades humanas: mas esta posição parece imediatamente indefensável. Quando é necessário dar mais lugar à iniciativa humana, e enquanto o problema permanece proposto em termos das relações homem/meio, ele não comporta uma solução geral. Na França, onde a perspectiva possibilista tem maior espaço, coloca-se ênfase na formação da densidade e na organização regional [para conferir maior espaço ao homem]. Na Alemanha, escolheu-se um enfoque através da paisagem, pois ela engloba de uma só vez o quadro ambiental e a presença humana; ela dá lugar igualmente a idéia de região (devido à dupla significação da palavra *Landschaft* em alemão). (CLAVAL, 2013, p. 09).

Com relação ao cenário instalado nos Estados Unidos, cabe destacar que os geógrafos do Meio-Oeste tentam tirar a geografia desse impasse reforçando seu rigor metodológico, isso fica nítido em toda a produção acadêmica de Richard Hartshorne. Carl Sauer é próximo dos alemães pela ênfase que confere à paisagem, mas ele a interpreta de maneira original, uma vez que, para ele, o ambiente vegetal e animal das sociedades humanas é uma criação em parte voluntária do homem e em parte involuntária.

Nesse sentido, pode-se dizer, segundo Claval (2013), que houve uma época das *Escolas de Geografia*: é essa que surge com o nascimento da Geografia Humana até o aprofundamento da reflexão sobre seus fundamentos, depois da Segunda Guerra; a partir de então, evidencia-se o momento em que a Geografia Humana mostra-se incapaz de propor uma interpretação geral e coerente da realidade que ela analisa.

Conforme as ideias tecidas por Unwin (1995, p. 126), a criação de sociedades geográficas nas principais cidades do mundo chamou a atenção dos comerciantes, editores e filantropos nova-iorquinos que, em 1851, fundaram a Sociedade Americana de Geografia e Estatística de Nova Iorque. Em seus primeiros anos, a sociedade centrou-se principalmente na exploração e integração econômica dos Estados Unidos. Os quatro focos de interesse da sociedade resumiam-se na abertura dos Estados ocidentais, a exploração e desenvolvimento dos laços econômicos com a América do Sul, a exploração da África inspirada em grande medida nos informes das atividades missionárias de Livingstone, e a exploração do Ártico. Em 1859, ano do falecimento de Humboldt e Ritter, e da primeira publicação da obra *A Origem das Espécies* de Darwin, publicou-se o primeiro número do “Jornal” da sociedade.

Uma característica particularmente interessante desta sociedade nessa época era o interesse por compilar e publicar estatísticas das temáticas mais diferentes, desde as características do solo e da agricultura até os serviços postais. Outros aspectos de destaque da sociedade eram sua preocupação pela pertinência prática e a influência da geografia acadêmica alemã.

Já a Escola Geográfica Norte-Americana — aquela constituída no âmbito da academia — desenvolveu-se a partir da segunda metade do século XIX, tem sido muito estimulada pela migração de geógrafos oriundos de nações europeias.

A história da geografia americana é há muito tempo composta de episódios brilhantes e períodos de apagamento: por não ter raízes no ensino primário e secundário, a institucionalização da disciplina permaneceu mais frágil do que noutros lugares. Os departamentos de Geografia criados nas universidades tiveram de se esforçar para atrair estudantes e subsistir — nem sempre o conseguindo: não faltam contratemplos nem departamentos fechados em universidades prestigiadas. (CLAVAL, 2006, p. 95).

A geografia universitária americana deve muito à ação de duas figuras: Louis Agassiz (1807-1873) e Arnold Guyot (1807-1884), geógrafos suíços que migraram para os Estados Unidos, passando a executar estudos de Geografia Regional e Geomorfologia, tendo como base os modelos alemães. De acordo com Andrade (1987, p. 77), em consequência do aporte desses dois mestres, teve a Geografia Americana maior desenvolvimento em seus aspectos físicos, destacando-se John Wesley Powell (1834-1902), na Geomorfologia, estudando o Oeste, e William Morris Davis (1850-1934), considerado o grande teorizador da Geomorfologia em seu tempo. Davis foi o autor da Teoria do Ciclo Geográfico de Erosão, baseada em observações feitas nos Estados Unidos, em áreas de clima temperado úmido. Suas análises tiveram grande aceitação tanto nos Estados Unidos quanto na Europa.

Quanto à Geografia Humana, os historiados da ciência geográfica admitem a existência de duas escolas nos Estados Unidos: a de Chicago (*Middle West*) e Berkeley (Califórnia). Na primeira, conforme as explicações de Andrade (1987, p. 78), dominaram geógrafos inspirados em Ratzel, como Ellen Churchill Semple (1863-1923) e Ellsworth Huntington (1876-1947). Esta escola levou ao extremo as teorias deterministas, o que serviu para legitimar a expansão americana para o Oeste, que resultou na dizimação de tribos indígenas, e para o Sul conquistando mais da metade do território mexicano.

Especialmente no Middle West, o botânico F. E. Clements soube tirar partido da cartografia detalhada das formações vegetais para o essencial da sua visão sobre a forma como se estabelece o clímax. Os seus métodos são amplamente imitados por outras disciplinas — a escola de sociologia urbana de Chicago, desenvolvida em torno de Robert Park (1864-1944) deve-lhe o essencial dos seus instrumentos de análise. Os geógrafos não ficam de fora. Desenvolve-se o que se chamou, no seu seguimento, uma escola do Middle West, muito preocupada pelo rigor nos procedimentos de coleta de dados, e desejosa, a partir daí, de encontrar explicações funcionais para as distribuições observadas. Nela, os trabalhos de geografia econômica e de geografia política encontram condições favoráveis. (CLAVAL, 2006, p. 95-96).

A Escola de Berkeley teve a sua figura principal em Carl Sauer (1889-1975), que também se deixou influenciar profundamente por geógrafos alemães, como Hettner (1859-1941), e pela chamada escola histórico-cultural. Segundo Andrade (1987, p.

78), trabalhando no Oeste, em clima seco, desértico, Sauer observou e analisou as civilizações indígenas, admitindo um condicionamento da atividade humana pelo meio físico, com a adaptação das civilizações ao meio natural. Dando grande importância às culturas, ele aproximou a Geografia da Antropologia, como acontecera na França com os discípulos de Jean Brunhes.

Carl Sauer pertence, pela sua formação, à escola do Middle West. Deve-lhe o seu gosto pelos resumos minuciosos e a acumulação paciente de dados de campo. Mas a sua orientação é outra.

[...]

É seduzido pelas teses alemãs da geografia como ciência da paisagem, e cita abundantemente os autores que ilustram esta corrente no início da década de 20, Siegfried Passarge (1866-1958), por exemplo. Porém, para ele, o termo *Landscape* não cobre tudo o que evoca o termo alemão *Landschaft*; a dimensão regional fica excluída.

Nomeado em 1923 para a Universidade da Califórnia, em Berkeley, onde trabalha até à sua reforma e até morrer, Sauer descobre os estudos de antropologia cultural. A partir daí, consagra o essencial do seu tempo aos Ameríndios do Sudoeste dos Estados Unidos e às sociedades hispano-americanas. (CLAVAL, 2006, p. 96).

Moraes (2003) sintetiza claramente como se deu o despontar da ciência geográfica nos Estados Unidos, registrando que

Foi somente a partir dos anos trinta que a Geografia americana se desenvolveu, chegando esse país, nos anos mais recentes, a ser um dos centros mundiais da produção geográfica. Após 1930, desenvolveram-se aí duas grandes escolas de Geografia. Uma, na Califórnia, aproximou-se bastante da Antropologia, elaborando a Geografia Cultural. Seu mais destacado formulador foi Cal Sauer, que propôs o estudo das “paisagens culturais”, isto é, a análise das formas que a cultura de um povo cria, na organização de seu meio. A outra, batizada de escola do Meio-Oeste, aproximou-se da Sociologia Funcionalista e da Economia, propondo estudos como o da organização interna das cidades, o da formação da rede de transportes etc. Esta escola, ainda hoje bastante ativa, foi pioneira no uso dos modelos e da quantificação. (MORAES, 2003, p. 86-87).

Entretanto, a figura mais célebre, que encontrou maior repercussão de sua produção, foi sem dúvida Hartshorne, considerado como o teorizador da Geografia clássica norte-americana. Nitidamente influenciado pela obra de Kant e Hettner, o autor procurou desenvolver reflexões sobre a epistemologia, natureza e aspectos metodológicos da Geografia. Para Andrade (1987, p. 79), em dois livros, “A Natureza da Geografia”, publicado em 1939, e “Propósitos e Natureza da Geografia”, publicado em 1959, Hartshorne desenvolve as teses do mestre alemão (Hettner) a quem seguia e especula sobre a análise das inter-relações entre os fenômenos, admitindo duas formas de estudá-los: ou partir do particular, da região, quando se fazia a Geografia a que chamou de Idiográfica, ou de forma generalizadora, aquilo que se

considera como Geografia Geral, ao se fazer o que denominava Geografia Nomotética. Assim, Hartshorne sem romper com o pensamento mais ligado à Geografia Clássica, já representa um papel de transição no “horizonte geográfico”.

2.2 RICHARD HARTSHORNE: ENTRE O CLÁSSICO E O MODERNO

Richard Hartshorne (12 de dezembro de 1899 — *Kittannig, Pennsylvania*) eminente geógrafo norte-americano (Figura 02), realizou seus estudos de graduação na Universidade de Princeton entre os anos de 1917 e 1920, tendo como campo de estudo a Matemática. Fascinado pela obra de Ellsworth Huntington, Hartshorne segue os conselhos do autor — se corresponderam por meio de cartas — e foi obter uma formação mais ampla em Geologia, Antropologia, Biologia, Economia, dentre outras áreas. Assim, em 1921, entra para o curso de doutoramento junto ao Departamento de Geografia da Universidade de Chicago, um dos mais famosos dos Estados Unidos.

Figura 1 - O Geógrafo Richard Hartshorne



Fonte: MARTIN, 1994, p. 480.

Durante os anos em Chicago, Hartshorne passa a se interessar por áreas específicas da Geografia, destacando-se História da Geografia, Geografia Política e Geografia Regional, as quais irão dominar sua produção acadêmica posterior. Nesse período, também

teve contato com outros geógrafos, com os quais passaria a publicar, dentre estes estavam Derwent Whittlesey e Charles Colby.

Conclui seus estudos em 1924, destacando-se como aluno de elevado desempenho na Universidade de Chicago, principalmente devido à importância e a variedade das temáticas abordadas em seus trabalhos. Hartshorne obteve o título de doutor com grande louvor (*magna cum laude*) devido a sua tese: *The Port of Chicago: Its Commerce, Facilities and Requirement*.

Após a conclusão do doutorado, o orientador de Hartshorne, Harlan Barrows, lhe conseguiu uma vaga no recém-criado Departamento de Geografia da Universidade de Minnesota, onde lecionou entre os anos de 1924-1940. Entretanto, Hartshorne sentiu-se isolado ali, pois o autor ansiava por diálogos mais significativos e estimulantes no campo científico.

De acordo com Martin (1994, p. 482), buscando formas de estar além do departamento, Hartshorne começou a frequentar as reuniões anuais da Associação Americana de Geógrafos (AAG), onde W. D. Jones apresentou-o a William Morris Davis, Nevin M. Fenneman, Mark Jefferson, Ellsworth Huntington, Vernor Finch, entre outros geógrafos. Hartshorne ficou encantado por finalmente ter encontrado um grupo de colegas envolvidos em um promissor intercâmbio de ideias, pontos de vista e conceitos através de conversas animadas e desafiadoras.

Em Minnesota, Hartshorne ocupou os cargos de Instrutor (1924-1927), Professor Assistente (1927-1937) e, finalmente, Professor Associado (1937-1940). Primeiro, ministrou cursos introdutórios e de Geografia Econômica; mais tarde, desenvolveu um largo interesse pela Geografia Política.

Ele apresentou a Associação trabalhos concernentes: “The Significance of Lake Transportation to the Grain Traffic of Chicago” (1924), “Factors in the Localization of the Iron and Steel Industry” (1925), “Location as a Factor in Geography” (1926), e “The Manufactural Geography of the Central Northeast of the United States” (1928). Estes trabalhos foram desenvolvidos e publicados. “The Economic Geography of Plant Location” (1926), “Location as a Factor in Geography” (1927), e “Location Factors in the Iron and Steel Industry” (1928), representaram um gênero pouco conhecido na geografia americana da época. (MARTIN, 1994, p. 483, tradução nossa).

Os estudos de Hartshorne sobre Geografia Econômica na década de 1920, bem como seus trabalhos com Whittlesey e Fairgrieve em Chicago promoveram-lhe um grande interesse em Geografia Política. Ele leu *The New World* de Isaiah Bowman e *Geography and World Power* de James Fairgrieve, voltando-se em seguida para a literatura

alemã da área. Em 1931-1932, durante os anos de recessão, foi premiado com uma viagem de navio pelo Conselho de Pesquisa em Ciência Social, que lhe permitiu viajar para a Europa para estudar fronteiras políticas, com especial atenção ao antigo Império Alemão. Seu conhecimento da língua alemã era excelente, já que o autor descendia de família alemã, o qual aprimorou ao longo dos meses em que trabalhou nesse meio. Logo vieram mais trabalhos apresentados à Associação: “Geographic and Political Boundaries in Upper Silesia” (1933) e “The Upper Silesian Industrial District” (1934). Além disso, seus trabalhos de campo contribuíram para a composição de “Coal and Iron Mining Districts of the United States and Western Europe” (1935), “Suggestions on the Terminology of Political Boundaries” (1936), “The Polish Corridor” (1937), e “A Survey of the Boundary Problems of Europe” (1938).

O interesse de Hartshorne em Geografia Política, por sua vez, conduziu ao “The History, Nature and Scope of Political Geography”, um trabalho antes enviado à Associação (1934), e um artigo em duas partes “Recent Developments in Political Geography” (1935) publicado na Revista Americana de Ciência Política, que constituiu um exame detalhado da literatura até então disponível. As contribuições de estudiosos alemães foram cuidadosamente traçadas. Ele teve o prazer de receber uma carta de Alfred Hettner afirmando que “Em todos os principais pontos... nós concordamos globalmente”. (MARTIN, 1994, p. 483, tradução nossa).

Nessa época, Hartshorne sentiu que os cientistas políticos estavam mais interessados no campo de estudo da Geografia Política do que os próprios geógrafos. Nos anos trinta, os únicos geógrafos americanos realizando trabalhos na área de Geografia Política eram Isaiah Bowman, Derwent Whittlesey e Richard Hartshorne; Samuel Van Valkenburg e Stephen B. Jones estavam começando a desenvolver tal interesse.

No verão de 1939, Hartshorne regressa aos Estados Unidos em posse de um manuscrito de várias centenas de páginas, o qual daria origem a *The Nature of Geography*, uma das obras mais importantes da literatura geográfica. O autor reúne-se com Whittlesey em Harvard, valendo-se da biblioteca dessa universidade, bem como das instalações da Universidade de Clark, para levar seu trabalho a uma conclusão.

Whittlesey encaminha o manuscrito para ser revisto por Russell Whitaker, além de sugerir a publicação do mesmo nos Anais da Associação Americana de Geógrafos. A proposta é acatada pelo presidente da Associação, Claude H. Birdseye, e por unanimidade pelos membros do Conselho. Assim, dois números do *Annals of the Association of American Geographers* de 1939, trazem ao mundo *The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past*, que logo se transformou em livro.

Hartshorne desejava compreender a natureza da Geografia e encontrar um lugar para cada um dos diversos campos geográficos dentro da disciplina. Ele tinha uma outra preocupação:

Eu penso que seria altamente desejável que os professores de geografia tivessem uma ideia suficientemente clara do que o campo da geografia é — não deve ser — de modo que eles não continuem atraindo os alunos em campos por mais brilhantes que pareçam, inevitavelmente vão torná-los insatisfeitos com o tipo de estudo que mais tarde descobrem que entraram. (HARTSHORNE *apud* MARTIN, 1994, p. 485, tradução nossa).

O inquérito sobre a natureza da Geografia consumiu a maior parte do restante da vida profissional de Hartshorne. Seu artigo de 1947, “On the Mores of Methodological Discussion in American Geography”, apresentado na reunião anual da Associação, foi posteriormente publicado nos Anais (1948) e incorporado à edição de 1961 de *The Nature of Geography*, em conformidade com a carta de Lester Klimm pedindo sua adição.

The Nature é um daqueles raros livros que muitos geógrafos gostam de pensar que são perenes. Ele se junta a companhia seleta — *The Coral Reef Problem* de William Morris Davis, *The Pulse of Asia* de Ellsworth Huntington, *Peopling the Argentine Pampas* de Mark Jefferson, *Desert Trails of Atacama* de Isaiah Bowman, *Physiographic Provinces* de Nevin Fenneman — trabalhos que durarão através do tempo, independentemente do lugar. (MARTIN, 1994, p. 485, tradução nossa).

The Nature of Geography foi lido pelos membros da AAG e por professores e alunos de graduação e pós-graduação, na maioria dos departamentos de Geografia das universidades (Berkeley foi uma notável exceção). Seminários foram organizados em torno do livro. Geógrafos de outros países também leram o livro, já que esse foi oficialmente traduzido para o japonês, alemão e espanhol. Hartshorne recebeu cartas de entusiasmo por parte de Alfred Hettner, Viktor Kraft, Alfred Philippson, Otto Schluter, Johann Solch e Leo Waibel (Alemanha), de Walter Fitzgerald (Inglaterra), e de Nels Bengtson, Jan O. M. Broek, George B. Cressey, Vernor C. Finch, Robert B. Hall, Wellington D. Jones, John B. Leighly, T. Griffith Taylor, Stephen S. Visher e John K. Wright (Estados Unidos).

Mas poucos estavam tão preparados quanto Wellington “Duke” Jones para julgar o mérito da obra. Jones havia estudado com Hettner em Heidelberg em 1913, tendo supervisionado a tese de Hartshorne em Chicago, além de possuir amplo interesse no campo da história e metodologia da Geografia. Ele leu *The Nature of Geography* e escreveu cerca de trinta e cinco cartas com significativos comentários para Hartshorne. Estava feliz que,

finalmente, um vazio na literatura geográfica havia sido preenchido com a obra. “Você é”, escreveu ele, “o único geógrafo americano, vivo ou morto, que poderia ter feito esse trabalho” (JONES *apud* MARTIN, 1994, p. 485).

Para Claval (1981, p. 111), Hartshorne não pretendia ter expresso nenhuma tese pessoal na obra, mas sim, atribuía a sua investigação realizada através das publicações dos geógrafos a imagem que predominava a respeito da Geografia. Mas a estrutura do trabalho o obrigou a escolher, especificar e sintetizar por sua própria conta, de tal modo que pode falar de seus conceitos. *The Nature of Geography* se converteu, desde então, em uma obra chave para todos os que se interessam pela ciência geográfica. Os conceitos nela contidos têm sido utilizados e ampliados por um grande número de geógrafos, sobretudo americanos.

Segundo James (1970, p. 11): “A revelação das ideias geográficas, da época dos gregos antigos ao presente, é descrita em *The Nature of Geography* de maneira magistral”. Já para Johnston (1986, p. 63), este livro “se tornou a maior contribuição filosófica e metodológica à literatura geográfica, então disponível em inglês”.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial (1941-1945), Hartshorne atuou junto ao Escritório de Serviços Estratégicos do Estado Unidos, onde continuou desenvolvendo pesquisas e análises direcionadas ao campo da Geografia Política. Dessa forma, o autor se tornou referência para os estudos posteriores produzidos nesta área, pois além de coordenar um seleto grupo de pesquisadores responsáveis por arquitetar um plano estratégico de defesa para os Estados Unidos frente à *Geopolitik*, produzida em território alemão e apropriada pelo III *Reich*, também foi capaz de teorizar em torno dos aspectos metodológicos deste ramo da ciência geográfica. Desse período, destacam-se um conjunto de artigos publicados principalmente no *Annals of the Association of American Geographers*, bem como o livro produzido em parceria com Derwent Whittlesey e Charles Colby, intitulado *German Strategy of World Conquest* (1942).

O Escritório de Serviços Estratégicos dos Estados Unidos (*US Office of Strategic Services* – OSS), órgão precursor da Agência Central de Inteligência (CIA), foi inaugurado em 1941, objetivando recolher, analisar e divulgar informações e matérias sobre segurança nacional. Richard Hartshorne ocupava uma função administrativa central, responsável por supervisionar a atribuição, produção, habilitação e distribuição de todos os relatórios de pesquisa. Ao pesquisar e escrever os relatórios, os geógrafos que atuavam no OSS (havia mais geógrafos no OSS do que em qualquer outro órgão do governo dos EUA) interagiam em estreita colaboração com outros cientistas sociais (BARNES, 2011).

O OSS engajou-se na guerra pela aplicação sistemática da ciência social. Não foi o primeiro corpo institucional a fazê-lo, mas até a época era o mais abrangente e organizado. Argumentei que o trabalho de Bruno Latour fornece a base para a compreensão das operações do OSS, bem como o papel dos geógrafos nele. Latour está interessado na mecânica de aquisição e divulgação do conhecimento científico, “ciência em ação”. Embora o contexto seja diferente, OSS visou fundamentalmente à aquisição e divulgação de conhecimento, a inteligência militar em ação. Diante dessa equivalência, o vocabulário e o quadro explicativo de Latour são bem adequados. Eles fornecem uma compreensão das funções maiores, aparelhos e práticas do OSS, bem como o papel e os problemas que enfrentam grupos específicos de cientistas sociais que lá trabalharam, tal como os geógrafos. (BARNES, 2006, p. 162, tradução nossa).

Posteriormente, Hartshorne transferiu-se para a Universidade de Wisconsin, atraído por Vernor Finch, chefe do Departamento de Geografia, um líder generoso e compreensivo, diferente de seu chefe na Universidade de Minnesota, Darrell H. Davis, insensível e autoritário. Dessa forma, Hartshorne tona-se Professor Associado em Wisconsin em 1940 e no ano seguinte é promovido ao posto de Professor Titular. Ocupou a chefia do departamento entre 1950 e 1954, retirando-se com o *status* de Professor Emérito em 1970. Durante esses trinta anos, supervisionou dezenas de alunos junto aos cursos de mestrado e doutorado. Hartshorne também desenvolveu um grande interesse pela liberdade e responsabilidade acadêmica.

Em 1959, ao publicar a obra *Perspective on the Nature of Geography*, também pelo *Annals of the Association of American Geographers*, Hartshorne realiza uma nova discussão em relação à temática abordada no trabalho de 1939, o que faz com que o seu pensamento passe a ter ainda mais influência sobre a Geografia norte-americana, quanto fora dela. Neste livro, o autor executa uma clara exposição das ideias advindas de Kant e Hettner, pensadores estes que possuem grande influência sobre a produção hartshorniana, além de buscar uma solução para os graves problemas por ele identificados em relação à teoria e método em Geografia.

Hartshorne fez do conceito de diferenciação de áreas (*areal differentiation*) e da associação de fenômenos heterogêneos em um território concreto a chave de sua compreensão geográfica; considerava que o geógrafo devia “descrever e, tão logo seja possível compreender, a realidade da variação espacial em termos de quase completa integração dos fenômenos”. Ao mesmo tempo defendeu com força a concepção ideográfica, afirmando, que “julgada pelo que faz, a geografia trata evidentemente de alcançar a máxima compreensão das áreas individuais, tanto se puderem ou não obter leis científicas sobre as regiões”. A obra de Hartshorne constitui uma das mais amplas e natas exposições da concepção historicista da geografia. (CAPEL, 1983, p. 327, tradução nossa).

Hartshorne também foi presidente da Associação Americana de Geógrafos no ano de 1949, da qual recebeu a honraria máxima em 1960. Tornou-se doutor *honoris causa* pela Clark University em 1971, além de ter recebido a *Victoria Medal* por parte da *Royal Geographical Society* (1984), a qual já havia sido concedida a Carl Troll, Carl Sauer, Jean Gottmann, entre outros.

Richard Hartshorne faleceu aos 92 anos (05 de novembro de 1992 — *Madison, Wisconsin*) tornando-se um “clássico” da ciência geográfica, tendo contribuído de maneira indispensável para o desenvolvimento da Geografia durante o século XX. Isso porque, esse autor aparece como uma espécie de consciência mundial dos caminhos espinhosos que a Geografia passou a percorrer a partir do período entre guerras (CLAVAL, 1981; MENDONZA [et al.], 2002; ANDRADE, 1987; e, MORAES, 2003).

eumed.net



El Dr. D. Juan Carlos Martínez Coll, director del grupo EUMED.NET (SEJ 309), como editor de la revista electrónica "Contribuciones a las Ciencias Sociales" (ISSN: 1988-7833), indexada en IDEAS-RePEc y alojada en <http://www.eumed.net/rev/cccss/>

ACREDITA QUE:

el artículo "**CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DE RICHARD HARTSHORNE À GEOGRAFIA MODERNA**" que consta de 12 páginas en formato PDF, cuyo autor es **Wesley de Souza Arcassa**, ha sido aceptado y publicado en el número de abril de 2013:

<http://www.eumed.net/rev/cccss/24/richard-hartshome-geografia-moderna.html>

Lo que se hace constar en Málaga a 17 de abril de 2013.


El Editor

Fdo.: Juan Carlos Martínez Coll



CAPÍTULO III

CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DE RICHARD HARTSHORNE À GEOGRAFIA MODERNA

Epistemological Contributions of Richard Hartshorne for Modern Geography

RESUMO: A obra de Richard Hartshorne, em função de sua riqueza, ainda se encontra à espera de uma maior análise e difusão no país. Tendo como base esta ideia, o trabalho em questão tem como objetivo desenvolver uma apreciação de alguns aspectos da produção acadêmica hartshorniana, principalmente no que concerne à questão do método em Geografia, e sobre a Geografia Regional e Política estabelecida pelo autor. Além disso, buscou-se abordar no transcorrer do texto a influência do pensamento de Kant e Hettner perante os estudos realizados por Hartshorne e demonstrar os elementos inovadores do teórico ao ramo de estudo da Geografia. O impacto das ideias estabelecidas pelo autor à produção geográfica posterior, também representa um dos pontos a serem analisados.

Palavras-chave: Richard Hartshorne, História do pensamento geográfico. Método geográfico. Geografia política. Geografia regional.

ABSTRACT: The work of Richard Hartshorne is still waiting for more analysis and dissemination. Based on this idea, this work has as objective to develop an appreciation of some aspects of Hartshorne's academic production, mainly regarding the question of method in geography as well as on the Regional Geography and Political Geography established by the author. Furthermore, seek to approach in the course of the text the influence of thinking of Kant and Hettner before the studies by Hartshorne and demonstrate the innovative aspects of the theorist field of study of Geography. The impact of the ideas set out by the author to produce geographical later, also represents one of the points to be analyzed.

Keywords: Richard Hartshorne. History of geographical thought. Geographic method. Political geography. Regional geography.

3.1 INTRODUÇÃO

A moderna concepção de Geografia tem sua base em estudos desenvolvidos por Immanuel Kant no século XVIII, os quais foram posteriormente aprofundados pelos geógrafos seguintes. Entretanto, no final do século XIX e início do século XX há um resgate, além de uma melhor difusão das ideias de Kant, por meio de movimento que ficou conhecido como neokantismo, o qual teve em Alfred Hettner uma das figuras de maior destaque.

A partir da segunda metade da década de 1920, emergiu no meio acadêmico norte-americano o geógrafo Richard Hartshorne, responsável pela difusão e análise dos

conceitos kantianos e hettnerianos em nível internacional. Sua obra teve grande impacto na Geografia, pois o autor foi capaz de realizar o que até então não havia sido produzido nessa ciência, estudos de cunho epistemológico e metodológico, além de desenvolver uma sistematização de significativa parcela das teorias produzidas pelos “teóricos clássicos” desse ramo do saber científico.

Dessa forma, o presente trabalho, fruto de pesquisas em nível de mestrado com ênfase na área de História do Pensamento em Geográfico, objetiva realizar uma análise crítica de alguns aspectos da obra de Hartshorne, buscando compreender sua influência perante a Geografia produzida durante a segunda metade do século XX e início do século XXI. Além disso, procura-se também enfatizar a diversidade da produção literária hartshorniana, evidenciando os avanços prestados pelo teórico principalmente no campo de estudo do Método em Geografia, Geografia Regional e Geografia Política.

3.2 METODOLOGIA

Como princípio metodológico norteador para a elaboração deste trabalho utilizou-se principalmente o levantamento de bibliografia concernente à temática, oriunda de diferentes suportes e fontes. Isso porque, este trabalho realizou uma análise essencialmente teórica do assunto nele abordado.

A leitura e análise da bibliografia utilizada serviram de embasamento teórico para a compreensão do pensamento desenvolvido por Richard Hartshorne, o qual ocupa um papel de destaque perante a matriz clássica da ciência geográfica.

Em contrapartida ao estudo dos aspectos metodológicos, regionais e políticos da obra hartshorniana, fez-se necessário também compreender o período histórico no qual se inseriu o autor, o que denotou a utilização de um método histórico de pesquisa. Assim, torna-se possível demonstrar quais os temas pesquisados pelo geógrafo em cada período de sua carreira acadêmica, bem como identificar o espaço ocupado pelo mesmo perante o momento de transição da Geografia Clássica para a Geografia Pragmática (*New Geography*).

3.3 ASPECTOS BIOGRÁFICOS

Richard Hartshorne (12 de dezembro de 1899 – *Kittannig, Pennsylvania*) eminente geógrafo norte-americano, cursou seus estudos de graduação na Universidade de Princeton entre os anos de 1917 e 1920. Realizou seu doutoramento no período de 1921 a

1924, tendo sido um aluno de elevado destaque na Universidade de Chicago, principalmente devido à importância e a variedade das temáticas abordadas em seus trabalhos, pois este recebeu o título de doutor com grande louvor devido a sua tese: *The Port of Chicago: Its Commerce, Facilities and Requirement*.

Especialista em temas voltados à Epistemologia da Geografia, Metodologia Científica, além de Geografia Econômica, Regional e Política, Hartshorne passou a exercer papel de destaque na comunidade científica norte-americana. Entre os anos de 1924 e 1940 ministrou aulas na Universidade de Minnesota, tendo publicado, no ano de 1939, o alentado trabalho *The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past*, o qual foi editado pelos *Annals of the Association of American Geographers* (volume XXIX, números 03 e 04), tendo o mesmo logo se transformado em livro, dado o impacto que provocou, gerando imensa polêmica na esfera acadêmica devido à inovação teórica implementada pela obra.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, Hartshorne atuou junto ao Escritório de Serviços Estratégicos do Estado Unidos, onde desenvolveu pesquisas e análises direcionadas ao campo da Geografia Política. Assim, o autor se tornou referência para estudos posteriores produzidos nesta área, pois além de coordenar um seleto grupo de pesquisadores responsáveis por arquitetar um plano estratégico de defesa para os Estados Unidos, frente à *Geopolitik* produzida em território alemão e apropriada pelo III *Reich*, também foi capaz de teorizar em torno do aspecto metodológico deste ramo da ciência geográfica. Desse período, destaque-se um significativo conjunto de artigos publicados, principalmente, no *Annals of the Association of American Geographers*, bem como o livro produzido em parceria com Derwent Whittlesey e Charles Colby, intitulado *German Strategy of World Conquest* (1942).

Posteriormente, Hartshorne transferiu-se para a Universidade de Wisconsin onde lecionou até se aposentar em 1970 e dela se tornar professor emérito, tendo sido presidente da Associação Americana de Geógrafos no ano de 1949, da qual recebeu a honraria máxima em 1960. Tornou-se doutor *honoris causa* pela Clark University em 1971, além de ter recebido a *Victoria Medal* por parte da *Royal Geographical Society* (1984), a qual já havia sido concedida a Carl Troll, Carl Sauer, Jean Gottmann, entre outros.

Em 1959, ao publicar a obra *Perspective on the Nature of Geography*, também pelos *Annals of the Association of American Geographers*, Hartshorne realiza uma nova discussão em relação à temática abordada no trabalho de 1939, o que faz com que o seu pensamento passasse a ter ainda mais influência sobre a Geografia norte-americana, quanto fora dela. Neste livro, o autor executa uma clara exposição das ideias advindas de Kant e

Hettner, pensadores que tiveram grande influência sobre a produção hartshorniana, além de buscar uma solução para os graves problemas, por ele identificados, em relação à teoria e método em Geografia.

Richard Hartshorne faleceu aos 92 anos (05 de novembro de 1992 – *Madison, Wisconsin*) tornando-se um “clássico” da ciência geográfica, tendo contribuído de maneira indispensável para o desenvolvimento da Geografia durante o século XX. Isso porque, esse autor aparece como uma espécie de consciência mundial dos caminhos espinhosos que a Geografia passou a percorrer a partir do período entre guerras (CLAVAL, 1981; MENDONZA [et al.], 2002; ANDRADE, 1987; e, MORAES, 2003).

3.4 A MODERNA CONCEPÇÃO HARTSHORNIANA DE MÉTODO GEOGRÁFICO, GEOGRAFIA REGIONAL E GEOGRAFIA POLÍTICA

A Geografia moderna nasce como um projeto da revolução burguesa. E como um fenômeno alemão, em que a revolução burguesa mais se atrasa. Hartshorne informa que, no formato de base com que se conhece, nasce por meio dos estudos de Immanuel Kant (1724-1804). Este não era um geógrafo de formação, mas um filósofo do iluminismo. Preocupava-o como filósofo o estado de defasagem em que a Filosofia se encontrava em relação ao avanço da ciência no século XVIII (MOREIRA, 2008).

Para Santos (2002), Kant a rigor, não realiza grande transformação na Geografia que toma para si. Apenas confere à percepção geográfica do mundo físico o rigor da descrição e taxonomia que o seu conceito de espaço lhe permite, uma vez que para ele o espaço é um dado *a priori* da percepção, um plano de extensão geométrica preexistente ao olhar humano que já faz o fenômeno vir à percepção humana ordenado nos parâmetros de uma ordem espacial (o mesmo acontecendo com o tempo, mas na ordem da sucessão), cada fenômeno ocupando um lugar e uma distância pré-determinados em suas disposições recíprocas.

Conforme as concepções de Hartshorne (1978), Kant foi o primeiro a estabelecer o conceito de espaço, o qual não influenciou de maneira direta o pensamento geográfico moderno. Segundo o autor, pode ter havido uma influência indireta através de conexões parciais e incertas: por meio de Ritter em menor grau, mas possivelmente em maior grau através do efeito que teve no pensamento de Humboldt, sendo posteriormente melhor trabalhado por Ferdinand von Richthofen e Alfred Hettner.

O período que se estende do início do século XIX ao começo do XX representa um dos momentos mais ricos e contraditórios do pensamento e da história humana, com grandes avanços no campo científico e filosófico. Para Moreira (2008), é durante este período que o mundo conhece a riqueza de teorias da chamada Geografia Clássica, representada principalmente pelas figuras de Alexander von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859), os quais aparecem cronologicamente na sequência de Kant, responsáveis pela fundamentação e sistematização da ciência geográfica.

Entretanto, entre os anos de 1880 e 1930, houve o desenvolvimento de uma corrente de pensamento que se tornou a forma de filosofia dominante na Alemanha, a qual buscou elaborar um retorno a Kant, sendo denominada de neokantismo. “O neokantismo significou a afirmação da filosofia como reflexão crítica dos valores universais, posição em confronto aberto com o positivismo do século XIX, que havia menosprezado a filosofia, considerando-a um saber inútil” (LENCIONI, 2003, p. 121).

Entre os filósofos neokantistas deve-se destacar Wilhelm Windelband, o qual foi responsável pela elaboração de uma distinção entre as ciências. Distinguiu as ciências da natureza (buscam estabelecer leis gerais, e que foram denominadas ciências nomotéticas) das ciências da cultura, denominadas idiográficas (voltadas para a pesquisa de fatos particulares). Porém, observou que um determinado fato pode ser objeto tanto de investigação nomotética como idiográfica.

Segundo Lencioni (2003), as observações de Windelband se tornaram a problemática central na Geografia. Inspirado no questionamento de a ciência geográfica ser nomotética ou idiográfica, o geógrafo e filósofo alemão, Alfred Hettner (1859-1941), influenciado pelo neokantismo, procurou recuperar criticamente os estudos sistemáticos de Ratzel, Humboldt, Ritter, Marthe e Richthofen. Preocupado com a ameaça de dualidade na Geografia, claramente revelada pela questão posta por Windelband, Hettner argumentou que a Geografia não era uma ciência nomotética ou idiográfica. Era tanto uma como outra. Dizia que quando a Geografia se volta para o estudo das relações entre os fenômenos de um determinado território é uma Geografia idiográfica; porém, quando esses fenômenos podem ser classificados em categorias, possibilitando a dedução de leis gerais, ela é nomotética.

Hettner considerava que por ser a diferenciação da superfície terrestre o que mais caracterizava os estudos geográficos, nas mais diversas concepções de Geografia, considerou ser o estudo dessa diferenciação o ponto central da Geografia. Enunciou: “A Geografia tem por objeto proporcionar a descrição e a interpretação, de maneira precisa, ordenada e racional, do caráter variável da superfície da Terra”. Portanto, para Hettner, o objeto da Geografia não é o estudo da relação entre homem e meio, mas da diferenciação da superfície terrestre. (LENCIONI, 2003, p. 122-123).

Hettner, ao afirmar o caráter corológico da Geografia, também acabou por conferir significativa importância ao estudo regional. A influência do pensamento deste foi grande tanto em seu país, quanto perante a Geografia produzida na França e Estados Unidos. Entretanto, foi Richard Hartshorne quem desenvolveu e melhor divulgou as concepções hettnerianas. Isso porque, conforme destaca Lencioni (2003, p. 123):

Nascido nos Estados Unidos, mas de origem alemã, Richard Hartshorne é um marco da Geografia americana por ter introduzido naquele país, de uma maneira nova e metódica, o debate teórico-metodológico na Geografia. Ele foi o grande responsável pela divulgação das ideias de Hettner na Inglaterra e nos Estados Unidos, tendo traduzido do alemão para o inglês várias passagens dos trabalhos de Hettner, que foram objeto de ampla discussão no seu livro de 1939, *The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past*.

Para Hartshorne (1978), a Geografia é, ao mesmo tempo, uma ciência da natureza e da sociedade. Afirma que a Geografia deve procurar compreender como os fenômenos se combinam em uma área da superfície terrestre. Seguindo o pensamento de Hettner, Hartshorne considera que não há um grupo de fenômenos particulares à Geografia, pois interessam a esta ciência todos os fenômenos que apresentam uma dimensão espacial.

Desse modo, a Geografia consiste em

[...] uma ciência que interpreta as realidades da diferenciação de áreas do mundo, tais como elas são encontradas, não somente em termos das diferenças de certos elementos de lugar para lugar, mas também em termos da combinação total dos fenômenos em cada lugar, diferente daquelas que se verificam em cada um dos outros lugares. (HARTSHORNE, 1939, p. 462, tradução nossa).

Segundo o autor (1978), a Geografia se constitui em uma disciplina que procura descrever e interpretar o caráter variável da Terra, de lugar a lugar, como o mundo do homem. Esta descrição científica deve incluir tanto o que se sabe, quanto o que pode ser inferido, quer dos fenômenos, quer das relações de processos e associações de fenômenos.

De acordo com este ponto de vista, o principal objetivo do estudo geográfico é a síntese, uma integração de características relevantes, com vistas a fornecer uma descrição total de um lugar (uma região) que é identificável por sua combinação particular dessas características. Há, então, de acordo com Hartshorne (1939, p. 460), uma íntima analogia entre a Geografia e a História; a última fornece uma síntese das “seções temporais da realidade”, enquanto a primeira realiza uma tarefa similar para “as seções espaciais da superfície terrestre”.

As explicações de Lencioni (2003) demonstram que para Hartshorne não há fenômenos particulares à Geografia, assim como também não há um objeto de estudo que lhe seja específico. Para ele, as ciências se definem, sobretudo, por seus métodos próprios de investigação, e menos segundo a determinação de objetos particulares de estudo. Assim, seguindo as trilhas de Kant e Hettner, este geógrafo considera que para a compreensão do presente é necessária a perspectiva histórica, contudo observa que essa perspectiva não se confunde com a Geografia. Afirma que não cabe à Geografia investigar a gênese e desenvolvimento dos fenômenos. O olhar do geógrafo deve estar dirigido para a apreensão do caráter das áreas, não se confundindo com o olhar do historiador, interessado nos processos em si. Isso porque, cabe ao geógrafo entender a diferenciação das áreas da superfície terrestre.

Estas ideias são concebidas por Hartshorne em sua obra *Perspectives on the Nature of Geography*, onde acaba revendo algumas das afirmações tecidas em *The Nature of Geography*, posicionando suas análises em direção ao conceito hettneriano de diferenciação de áreas em superação ao campo vidaliano da Geografia Regional. Na concepção de Hettner o conceito de região se amolda aos conceitos mais abstratos, porém mais basilares, de recorte e de área, todos entendidos como formas de manifestação do processo de diferenciação, ao contrário da identidade que informa o conceito de região.

Conforme análises de Moreira (2008, p. 37):

Área e diferença são, pois, suas categorias de referência. Área como recorte de base do movimento de diferenciação [...], que em seu processo de ocorrência aqui e ali se arruma na superfície terrestre nas formas empíricas da região, da zona, do lugar, fazendo do todo da superfície uma corologia com seu mosaico de paisagens. Diferença como realidade instituída pelo movimento de diferenciação dos fenômenos em seus deslocamentos e recortamentos na superfície terrestre. E mais a superfície terrestre, pois, como campo do interesse explicativo do geógrafo. Se a diferenciação de área — ou a diferenciação do movimento do fenômeno em diferentes áreas de paisagem — é o enfoque, a superfície terrestre é o campo que a perspectiva hettneriana de Hartshorne toma como objeto da Geografia.

Para Gomes (2003), o criticismo de Hartshorne, legado de Kant e Hettner, busca a generalização através do estabelecimento de conceitos claros e objetivos. O mais importante é, sem dúvida alguma, o de região. Este conceito está na base da concepção científica da diferenciação espacial e, a partir de sua definição, a Geografia pode desenvolver um método regional fundado na análise comparativa das estruturas espaciais.

O método corológico, segundo Hartshorne (1939; 1978), orienta a Geografia em direção à reunificação de seu campo de pesquisas físicas e humanas, pois a região é a síntese destas relações complexas. Os fatores humanos e naturais não têm que ser

identificados separadamente — qualquer insistência anterior nessa direção ocorreu em função dos argumentos dos deterministas ambientais — e a divisão entre Geografia Humana e Geografia Física é infeliz, porque ela limita a esfera de integrações possíveis no estudo da realidade.

Para este teórico (1939), a região é, ao mesmo tempo, o campo empírico da observação e o campo das verificações de relações gerais. A partir de um método regional, a dicotomia sistemático/particular desaparece em uma espécie de complementaridade compreendida na noção de região. Finalmente, segundo o autor, uma Geografia científica deve se definir a partir de um método, para assim, proceder à análise racional da realidade, organizando categorias gerais e tipologias funcionais explicativas.

A região enquanto instrumento de identificação territorial do geógrafo é, de acordo com Hartshorne (1939), um objeto individual; a realidade existente, não-conceitualizada, é sempre única, pois há uma dimensão incontornável de singularidade que não pode ser esquecida. Esta perspectiva do autor vai estar no centro da crítica feita pela Geografia Analítica que contesta o interesse da ciência por tudo o que é singular. Dessa forma, segundo Gomes (2003), Hartshorne reivindica a ideia de uma Geografia Geral e a necessidade de generalização e de objetivação da ciência moderna, mas ao mesmo tempo proclama a irreduzível dimensão e importância do estatuto da singularidade, do único no objeto de estudo da Geografia.

Entretanto, as ideias estabelecidas por Gomes (2003), demonstram que para Hartshorne:

O estatuto científico da Geografia é dado também por sua relação com as outras disciplinas, e aí também o método tem um papel fundamental. Hartshorne toma para si a ideia de Hettner, segundo a qual diferentes disciplinas se apresentam como diversos pontos de vista sobre os fenômenos. Não há verdadeiramente diferenças de objetos científicos, e a ciência é definida por um campo único, em que cada disciplina projeta seu ponto de vista particular através de seu método específico. Hartshorne, inspirado pela classificação das ciências de Kant, sugere uma separação entre, de um lado, as ciências sistemáticas e, de outro, a Geografia e a História. A História se ocupa do caráter dos diferentes momentos na escala do tempo, e a Geografia do caráter dos diferentes espaços e dos lugares. De fato, ele conclui que esta separação é relativa, pois a Geografia, por seu método corológico e por seu ponto de vista (*areal relationship*), intercepta todos os outros domínios disciplinares. Ela é definida como sendo uma ciência de síntese em relação aos outros ramos sistemáticos, que se caracterizam pela análise particular de certos fenômenos. (GOMES, 2003, p. 241).

Para Johnston (1986), Hartshorne ao proclamar que “o objetivo último da Geografia, ou seja, o estudo da diferenciação de áreas do mundo, expressa-se mais claramente

na Geografia Regional” promove, conseqüentemente, a aceitação geral de procedimentos necessários para a identificação regional. Dessa maneira, ao analisar o pensamento hartshorniano, o autor destaca que:

As regiões são caracterizadas por sua homogeneidade quanto a características preestabelecidas, selecionadas em função de sua relevância no esclarecimento das diferenças de áreas. Dois tipos de região eram identificados: a *região formal* (ou região uniforme), na qual toda a área é homogênea quanto ao fenômeno ou fenômenos considerados; e, a *região funcional ou nodal*, na qual a unidade é conferida pela organização em torno de um nó comum, que pode ser a área-núcleo de um Estado, ou uma cidade no centro de uma área de relações comerciais (JOHNSTON, 1986, p. 64).

Nesse sentido, segundo Hartshorne (1978), a análise regional, enquanto parte do fenômeno de diferenciação de áreas, deve sempre objetivar a identificação das inter-relações existentes entre os fenômenos, pois é em decorrência dessas combinações que se produz a integração. A partir das inter-relações dos fenômenos é que se produz a diversidade na superfície terrestre.

Segundo Lencioni (2003), na discussão da análise desses fenômenos, diferentemente de Hettner, Hartshorne não enfatiza a questão da gênese dos fenômenos e das relações causais entre eles, centrando-se mais na discussão dos processos e das funções. Para este teórico, não só é importante a apreensão das combinações diversas dos fenômenos (fortemente integrados ou não), mas também é fundamental perceber se os fenômenos que ocorrem em um determinado lugar podem, ou não, se relacionar a outros fenômenos presentes em outros lugares.

Outro aspecto de relevante importância no pensamento hartshorniano, consiste no fato de que este autor propõe novas formas de estudos à ciência geográfica, representadas pela Geografia Idiográfica e Geografia Nomotética, resgatando e ampliando as concepções neokantianas. A primeira representa uma análise singular (de um só lugar) e unitária (que tenta apreender vários elementos), o que leva a um reconhecimento bastante profundo de determinado local. Já a segunda, expressa uma análise que deve ser generalizadora, apesar de parcial. Neste tipo de estudo, o pesquisador deve parar na primeira integração e reproduzi-la em outros lugares, objetivando elaborar um “padrão de variação” dos fenômenos tratados, abrindo a possibilidade de um conhecimento genérico. Dessa forma, Hartshorne articulou a Geografia Geral e a Regional, diferenciando-as pelo nível de profundidade de suas colocações. Quanto maior a simplicidade de fenômenos e relações tratados, maior a possibilidade de generalização. Quanto mais profunda a análise efetuada,

maior conhecimento da singularidade local. Esta proposta foi amplamente discutida na Geografia, pois abriu novas perspectivas ao estudo geográfico (MORAES, 2003).

Cabe ainda ressaltar que além de suas duas célebres obras (*The Nature of Geography* e *Perspectives on the Nature of Geography*) Richard Hartshorne produziu uma significativa quantidade de artigos com elevado impacto sobre a história do pensamento geográfico. Estes artigos científicos foram publicados principalmente em periódicos norte-americanos, tais como: *Annals of the Association of American Geographers*, *Geographical Review*, *Economic Geography*, *The Geographical Journal*, entre outros. Além de artigos com um enfoque voltado às questões epistemológicas e metodológicas da Geografia, diversos outros temas figuram nesses escritos, como Geografia Regional, Geografia Política, Geografia Econômica, Geografia da População e Geografia Agrícola.

O impacto do pensamento hartshorniano perante a Geografia Política data desde o período da Segunda Guerra Mundial, quando ao lado de teóricos como Whittlesey, Gottmann, Sprout e Jones, Hartshorne foi capaz de atribuir um conteúdo mais sistemático e rigoroso a esse campo do conhecimento geográfico. Estes autores tiveram o mérito de alterar o curso da Geografia Política em direção a nações mais científicas e assim retirá-la dos caminhos do determinismo e das ambiguidades empreendidos pela *Geopolitik* alemã.

Para Hartshorne *apud* Glassner e Fahrer (2004, p. 03), a Geografia Política representa “o estudo dos fenômenos políticos a partir de sua variação de lugar para lugar em interligação com as variações de outras características da Terra, enquanto morada do homem”.

De acordo com a abordagem de Costa (2008, p. 141):

A evolução da geografia política desde Ratzel, até meados da década de 1950, demonstra que o período entre as guerras mundiais e os primeiros anos pós-Segunda Guerra foi um dos mais interessantes do ponto de vista do debate teórico no interior desse campo de estudo. Isso porque os conflitos envolveram países que dispunham de tradição em pesquisa geográfica em geral e mesmo em geografia política — casos da Alemanha, França e Estados Unidos. Neles, o aumento da produção nessa área, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, resultou certamente das emulações causadas por esses conflitos. Na Alemanha, com o engajamento explícito de parte de seus geógrafos e da totalidade dos que atuavam em geografia política. Nos Estados Unidos, de menor tradição no setor, geógrafos proeminentes em vários campos dessa ciência envolveram-se com vigor em estudos dos mais variados tipos e qualidades, em sua grande maioria com o estímulo direto ou indireto do governo.

Pode-se dizer que, sobretudo, após 1945, surgiram verdadeiramente a conceitualização e a metodologia em Geografia Política, cuja trajetória, até então, como disciplina acadêmica, havia sido essencialmente dominada por grandiosas visões do mundo.

Este tipo de abordagem absorveu, durante um grande espaço de tempo, a atenção dos geógrafos, enquanto que as bases sistemáticas essenciais desse ramo do saber geográfico permaneciam ignoradas.

Através dos trabalhos de Hartshorne transparece a determinação de firmar a Geografia Política como disciplina científica, dando-lhe um caráter sistemático. Em uma série de artigos, publicados antes e durante a Segunda Guerra Mundial, o teórico trará para o debate as suas contribuições de caráter metodológico.

Cabe destacar que ao discutir o problema das fronteiras, Hartshorne (1933; 1950) chama a atenção para o fato de que, apesar de muitos geógrafos discutirem academicamente ou como especialistas o tema das fronteiras, “poucos têm tentado apresentar um estudo teórico sistemático do problema como um todo”, ocasionando a multiplicação de equívocos na abordagem da temática. Porém, o autor é capaz de propor um método próprio para a solução teórica do problema, baseado na definição e estudo das “associações de todo tipo das diferentes partes da *border area* com cada um dos *bordering states*”.

Segundo Martin (1992, p. 57-58), nos Estados Unidos a equipe de geógrafos formada por Richard Hartshorne, Derwent Whittlesey e Stephen B. Jones, seguindo “uma classificação genética das fronteiras” propôs uma subdivisão em quatro tipos, a saber: a) fronteiras antecedentes (quando antecederam o povoamento, ou melhor, ligam-se a projetos exteriores aos povos autóctones); b) fronteiras subsequentes (posteriores ou consequências de um desenvolvimento econômico prévio); c) fronteiras superimpostas (quando cortam áreas em que há unidade cultural); e, d) fronteiras consequentes (estabelecidas em regiões escassamente povoadas, ou até desabitadas, ou ainda onde barreiras físicas provoquem um “efeito de barreira” às comunicações, mantendo as populações isoladas).

Sanguin (1977) demonstra a importância de Hartshorne a este movimento de renovação da Geografia Política, afirmando que

[...] a partir de ideias sobre os conceitos e métodos da geografia política esboçados em 1935, Hartshorne elabora em 1950 a abordagem funcional em geografia política, cujo tema central é o funcionalismo do Estado. Cada Estado tem diferenças e similitudes regionais; as diferenças tendem a fragmentar o Estado, enquanto que as semelhanças tendem a fortalecê-lo. Há, portanto, dentro de um Estado, uma contínua oposição entre as forças centrífugas e as forças centrípetas. Se o Estado pode sobreviver a esta oposição é porque ele possui uma razão de ser (“state idea”), um sentido nacional e um núcleo central (“core area”) suficientemente fortes para superar esta posição estrutural e manter sua coesão. Assim, a abordagem funcional permite avaliar a viabilidade do Estado. (SANGUIN, 1977, p. 10-11).

Assim, a Geografia Política que ressurgiu com vigor nos anos de 1950 é quase toda ela anglo-saxônica e praticamente restrita aos Estados Unidos. Liderados por Hartshorne, Bowman e Whittlesey, os norte-americanos fundaram sua própria “escola” nessa área, praticamente dominando o setor até o final dos anos de 1970. A influência hartshorniana é notória em praticamente todos os autores desse período, como se estivessem respondendo aos apelos do mais prestigiado geógrafo do país, para que se firmasse ali uma Geografia Política verdadeiramente científica e independente da política dos Estados (COSTA, 2008).

Por fim, deve-se destacar que Richard Hartshorne teve seguidores. Seu trabalho foi digno de discussões e controvérsias, contribuindo para o desenvolvimento teórico da Geografia. Dessa maneira, pode-se colocar em destaque a influência que teve no pensamento de Derwent Whittlesey (1890-1956) e as severas críticas advindas de Fred Schaefer (1904-1953).

Em seu polêmico artigo, *Exceptionalism in Geography: A Methodological Examination*, originalmente publicado em 1953, Schaefer demonstra que a recuperação do pensamento kantiano realizada por Hettner e, defendida por Hartshorne, se deu de maneira equivocada. Ao discutir os enfoques historicistas na Geografia, o autor assevera que se torna difícil vislumbrar o tipo de compreensão que se pode ganhar simplesmente por meio da contemplação das fases sucessivas de um processo em desenvolvimento. Afirma também que as leis estritamente geográficas não contêm referências ao tempo e às mudanças (CAPEL, 1983).

Segundo Schaefer (1953), descrever e classificar os fenômenos representa um procedimento muito distante de uma explicação de como esses fenômenos se distribuem no mundo. Dessa maneira, a Geografia deve se colocar como a ciência que se refere à formulação de leis que regem a distribuição espacial de certas características na superfície da Terra, além de ser capaz de formular leis válidas universalmente.

Para Lencioni (2003), a preocupação com a formulação de leis gerais na Geografia resultou no desenvolvimento de um aporte teórico-metodológico totalmente novo, ocasionando o desenvolvimento de uma corrente do pensamento geográfico denominada de Nova Geografia (*New Geography*), também conhecida como Geografia Teórica ou Pragmática, a qual abriu novos horizontes às pesquisas geográficas.

3.5 AS INOVAÇÕES EMPREENDIDAS PELA OBRA DE HARTSHORNE NA GEOGRAFIA

A produção teórica de Richard Hartshorne em partes ainda demanda um maior estudo e interpretação, principalmente no que concerne ao impacto causado à epistemologia da Geografia. Este pensamento pode ser evidenciado pela máxima exposta por Capel (1983, p. 327), de que “a obra de Hartshorne constitui um das mais amplas e natas exposições da concepção historicista da geografia”.

Através do resgate do pensamento de Alfred Hettner e conseqüentemente das ideias de Immanuel Kant, Hartshorne foi capaz de evidenciar a problemática do uso do método na ciência geográfica, propiciando um avanço teórico a este ramo do saber científico. Para Claval (1981), a exploração histórica empreendida por este geógrafo demonstrou para a maioria da comunidade científica geográfica até então determinista, e também para as gerações posteriores de geógrafos, que a Geografia se diferencia da maioria das demais disciplinas pelo fato de que consiste, sobretudo, em uma ciência-método.

Segundo Gomes (2003), é preciso notar que Hartshorne pretende buscar as justificativas de uma Geografia Moderna nas origens desta disciplina. Isto quer dizer que o melhor caminho para a Geografia atual é ditado pelo reconhecimento crítico de sua evolução. Desta forma, a natureza da Geografia se exprime, sobretudo, a partir de sua história. O ponto de partida da análise hartshorniana é a valorização das tradições que formam a Geografia Clássica. Ao mesmo tempo, trata-se de uma análise crítica, à luz de um método moderno, capaz, segundo ele, de afastar as preocupações secundárias do objeto fundamental da pesquisa geográfica: a diferenciação regional. Por esta via, Hartshorne queria produzir a transição entre um saber clássico e uma Geografia Moderna.

Nesse sentido, faz-se necessário destacar as concepções de Moraes (2003), sobre a importância de Hartshorne perante o movimento de transição da Geografia. Isso porque, Hettner e Hartshorne encontram-se em uma corrente denominada de Geografia Racionalista, a qual apresenta menor carga empirista, em relação às anteriores. Esta perspectiva, a terceira grande orientação dentro da Geografia Tradicional (Determinismo e Possibilismo), privilegiou mais o raciocínio dedutivo, antecipando um dos móveis da renovação geográfica nos anos sessenta. Este fato decorre da diferenciada fundamentação filosófica desses teóricos, já que ambos baseavam-se no neokantismo.

Entretanto, a produção acadêmica hartshorniana não se limitou apenas a realizar análises em torno dos problemas epistemológicos e metodológicos da Geografia. Esta também abarcou diversas outras áreas do conhecimento geográfico, principalmente através

das publicações em periódicos científicos norte-americanos, onde teve a oportunidade de desenvolver estudos voltados à Geografia Regional, Geografia Política, Geografia Econômica, Geografia da População, Geografia Agrícola, entre outras.

No campo da Geografia Regional, Hartshorne baseando-se em Hettner afirmou que a Geografia pode ser considerada uma ciência da diferenciação regional da superfície terrestre. Através da proposição de uma Geografia Idiográfica e Geografia Nomotética, este teórico foi capaz de articular a Geografia Regional à Geografia Geral, bem como superar alguns aspectos dicotômicos desse ramo do conhecimento humano.

A Geografia procura, (1) com base na observação empírica, tão independente quanto possível da parte do observador, descrever os fenômenos com o máximo de exatidão e de certeza; (2) fundamentada nisso, classificar os fenômenos, o quanto seja permitido pela realidade, em termos de conceitos genéricos, ou “universais”; (3) através da consideração racional dos fatos, assim assegurada, e pelos processos lógicos de análise e de síntese, incluindo-se aí a construção e uso, onde possível, dos princípios gerais ou leis de relações genéricas, para atingir a compreensão máxima das inter-relações científicas dos fenômenos; e, (4) organizar esses resultados em sistemas ordenados de modo que o que é conhecido conduza diretamente às margens do desconhecido. (HARTSHORNE, 1978, p. 169-170).

De acordo com Moreira (2008), Hartshorne vem da tradição geográfica norte-americana, uma tradição em que aqui e ali se entrecruzam a tradição francesa e a tradição alemã de Geografia. Em um país onde a Escola de Berkeley (Califórnia), inspirada nas ideias de Carl Sauer (1889-1975), e a Escola do Meio-Oeste (Chicago) influenciam desde o começo essa tradição, Hartshorne como que corre em raia própria, e por isso provavelmente melhor pode entender a necessidade de clarificar os rumos da Geografia nos Estados Unidos, onde a percepção dos rumos da história transparecia mais que em outro lugar, indo buscar a resposta na Geografia alemã dos séculos XVIII e XIX, centrado principalmente nas figuras de Kant e Hettner.

Ainda segundo Moreira (2008), a matriz hartshorniana consiste na expressão da sua concepção do movimento espaço-temporal como processo de constituição da diferença. E nesse *mister* faz sua e atualiza a matriz hettneriana em seu afã de reafirmá-la como teoria geográfica própria e atual para a compreensão do período contemporâneo. Nessa busca de resgate, o projeto é reafirmar a proposta hettneriana de retorno à superfície terrestre como o âmbito plural e morada do homem. Isso porque, resgatar a diferenciação espacial como enfoque e o recorte espacial como foco é também resgatar a superfície terrestre como âmbito das reflexões do geógrafo, o que lhe traz novas possibilidades metodológicas.

Esse resgate se desdobra em outros planos, como a ultrapassagem da fase das dicotomias e o restabelecimento do sentido integrado do real que a prática das divisões tem tido o papel de desfazer, propiciando a recuperação de uma plethora de conceitos e categorias que a história da Geografia foi vendo ser abandonada na estrada. (MOREIRA, 2008, p. 175).

Com sua proposta explicitamente teórico-metodológica, Hartshorne também renova consideravelmente o pensamento em Geografia Política que se desenvolvera até então. Ao defender a necessidade de um método o que pretende é recuperar, bem como introduzir parâmetros de investigação científica, universalmente aceitos, o que poderia livrar esse ramo do saber geográfico das muitas “armadilhas” do passado. Através dessa postura, este teórico consegue atingir a superação desse passado de forma inequívoca, incorporando somente o que de mais científico havia sido produzido nessa área da Geografia. Além da contribuição no plano do método, há também outro grande mérito nos estudos hartshornianos, o de reconhecer a natureza social e política do Estado.

Assim, conforme as explicações de Costa (2008), Hartshorne

[...] ao identificar corretamente a complexidade geográfica, social e política do objeto da geografia política, ele nos induz à aproximação indispensável com as demais ciências sociais, abrindo novas perspectivas de estudos, o que, não resta dúvida, constitui por si só um grande passo na conturbada evolução desse campo de estudos geográficos. (COSTA, 2008, p. 158).

Por conseguinte, ao se alvitrar o presente trabalho busca-se uma maior análise e difusão das concepções preconizadas por Hartshorne, o qual representa o mais importante geógrafo norte-americano do século XX. Sua contribuição à Geografia não ficou restrita a seu período histórico, pois foi capaz de influenciar as correntes posteriores da ciência geográfica, permanecendo ainda como dignas de discussão e debate.

3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos assuntos abordados no transcorrer do texto torna-se possível inferir que Richard Hartshorne ocupa um papel de destaque no *hall* de autores responsáveis por significativas mudanças teórico-metodológicas na ciência geográfica. Isso porque, este foi capaz de realizar algo inédito até então, ou seja, desenvolver uma sistematização de significativa parcela das teorias produzidas pelos “autores clássicos” desse ramo do saber científico.

Sob a influência direta do pensamento de Immanuel Kant e Alfred Hettner, Hartshorne desenvolve seus estudos, os quais tiveram grande impacto sobre a Geografia

produzida em âmbito internacional durante grande parte do século XX. Além, de realizar a difusão do neokantismo às correntes posteriores da história do pensamento geográfico.

Ao desenvolver suas reflexões sobre a natureza da Geografia com ciência, Hartshorne torna-se o teorizador mais importante da Escola Clássica Norte-Americana de Geografia. Este teórico foi responsável por realizar uma modernização no arcabouço teórico da Geografia Clássica, sendo capaz de manter a essência da busca de um conhecimento unitário. Isso irá, posteriormente, refletir no movimento de renovação da Geografia, que terá na proposta de Hartshorne uma das vias de sua objetivação.

Outro aspecto a ser ressaltado, consiste na inovação epistemológica empreendida por Hartshorne em relação à abordagem da questão do método nas pesquisas de cunho geográfico. Através da utilização do método hipotético-dedutivo em seus estudos, o autor rejeita e supera os métodos até então empregados na Geografia, além de também demonstrar sua constante preocupação em relação à estruturação de uma metodologia própria a este ramo do saber científico.

Por fim, pode-se elucidar os principais avanços implementados pela obra hartshorniana, sendo que dentre estes se destacam o esforço empreendido pelo autor para sistematizar uma parcela das ideias até então produzidas pelos “teóricos clássicos” da ciência geográfica; a superação do estudo dicotômico do objeto da Geografia; a valorização do uso do método nas pesquisas geográficas, bem como a identificação de um método de análise próprio a esta ciência; e, a inovação em relação à Geografia Regional e Política até então produzidas.

3.7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, Ciência da Sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

CAPEL, Horacio. **Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea**: una introducion a la Geografía. 2. ed. Barcelona: Barcanova, 1983.

CLAVAL, Paul. **Evolución de la Geografía Humana**. 2. ed. Barcelona: Oikos-Tau, 1981.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**: discursos sobre o território e o poder. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FERREIRA, Conceição Coelho; SIMÕES, Natércia Neves. **A Evolução do Pensamento Geográfico**. Lisboa: Gradiva, 1992.

GLASSNER, Martin Ira; FAHRER, Chuck. **Political Geography**. 3. ed. Nova Jersey: Wiley, 2004.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GREGORY, Derek [et al.] (Org.). **The Dictionary of the Human Geography**. 5. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

HARTSHORNE, Richard. "Exceptionalism in Geography" Re-Examined. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 45, n. 3, 1955. p.205-244.

_____. Geographic and Political Boundaries in Upper Silesia. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 23, n. 4, 1933. p.195-228.

_____. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec / Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

_____. Recent Developments in Political Geography I and II. **The American Political Science Review**, v. 29, n. 5 e 6, 1935. p.785-966.

_____. The Franco-German Boundary of 1871. **World Politics**, v. 2, n. 2, 1950. p.209-250.

_____. The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 29, n. 3 e 4, 1939. p.173-658.

JOHNSTON, Ronald J. **Geografia e Geógrafos: a Geografia humana anglo-americana desde 1945**. São Paulo: DIFEL, 1986.

LACOSTE, Yves. A Geografia. In: CHÂTELET, François (Org.). **História da Filosofia: ideias, doutrinas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. v. 7.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1992.

MARTIN, Geoffrey J. In Memoriam: Richard Hartshorne, 1899-1992. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 84, n. 3, 1994. p.480-492.

MENDOZA, Josefina Gómez; JIMÉNEZ, Julio Muñoz; CANTERO, Nicolás Ortega. **El Pensamiento Geográfico: estudio interpretativo y antología de textos**. 2. ed. Madrid: Alianza, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 19. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

MOREIRA, Ruy. **O Pensamento Geográfico Brasileiro: as matrizes clássicas originárias**. São Paulo: Contexto, 2008. v. 1.

SANGUIN, André-Louis. A Evolução e a Renovação da Geografia Política. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 252, 1977. p.05-35.

SANTOS, Douglas. **A Reinvenção do Espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2002.

SCHAEFER, Fred K. Exceptionalism in Geography: a metodological examination. **Annals of the Association of American Geographers**, v.43, n. 3, 1953. p.226-249.

UNWIN, Tim. **El Lugar de la Geografía**. Madrid: Cátedra, 1995.

CAPÍTULO IV

A GÊNESE DA GEOGRAFIA POLÍTICA/GEOPOLÍTICA

Desde a sua institucionalização como um ramo independente da Ciência, a Geografia se viu diante da difícil tarefa de compreender e atuar sobre a produção, organização e diferenciação do espaço. Isso representa uma missão bastante complexa, pois dada a multiplicidade do mundo em que se vive e a diversidade de fatores que para isto concorrem, o leque temático que a disciplina tem se proposto discutir é necessariamente amplo. Nesse sentido, surge a moderna concepção de Geografia Política como terminologia e área de conhecimento consolidada nas ciências sociais, a qual data do final do século XIX. Assim, segundo Vicens Vives (1951):

Na realidade, não foram os geógrafos que abriram o caminho para a compreensão científica das relações entre a Terra e as sociedades políticas que a povoam. Obcecados, primeiro, por cálculos matemáticos ou por prolixas descrições de acidentes naturais, e, logo, pelo afã de elaborar sínteses efetivas dos fatos terrestres físicos e biológicos, foram descuidando no transcurso de seus estudos de um fator geográfico de maior interesse: o homem organizado em sociedade. Somente em meados do século passado comprovamos uma mudança de critério. Entretanto, o trabalho de enunciar aquelas relações, exigida pelo ardoroso problema da potencialidade dos Estados e suas possíveis origens no meio ambiente, recaiu nos historiadores, filósofos e tratadistas políticos. E assim, com escassas exceções, a de Ratzel como a mais elevada, falamos nos grandes nomes da futura Geografia dos Estados ou da Cultura em um historiador, como Heródoto; um teorizador político, como Montesquieu; um filósofo, como Herder; um marinho, como Mahan; e, um parlamentar, como Kjellén. Por isso, L. Martín Echevarría considera o incentivo inicial da investigação em Geografia Política como um ramo “do grande problema da Filosofia e da História”. No que, em boa parte, tem razão. (VICENS VIVES, 1951, p. 30, tradução nossa).

Entre os temas por ela privilegiados tem sido recorrente o problema da relação entre a política e o território, componentes essenciais do processo histórico de formação das sociedades. Na realidade, como muitas questões e conflitos de interesses que originam das relações sociais se materializam em disputas territoriais, as tensões e arranjos que daí surgem define não apenas uma abordagem, mas um campo importante da análise geográfica. Neste sentido, pode-se indicar que é na relação entre a política — expressão e modo de controle dos conflitos sociais — e o território — base material e simbólica da sociedade — que se define o campo da Geografia Política (CASTRO, 2005).

A geografia política pode então ser compreendida como um conjunto de ideias políticas e acadêmicas sobre as relações da geografia com a política e vice-versa. O conhecimento por ela produzido resulta da interpretação dos fatos políticos, em diferentes momentos e em diferentes escalas, com suporte numa reflexão teórico-conceitual desenvolvida na própria geografia ou em outros campos como a ciência política, sociologia, antropologia, relações internacionais etc. A dupla necessidade de dar uma resposta acadêmica sobre os fundamentos geográficos para eventos políticos e a preocupação de legitimar a sua análise a partir de um enquadramento intelectual em modelos teóricos reconhecidos resultaram numa forte contextualização da disciplina, tanto em termos dos temas centrais como das opções metodológicas, além das práticas, de muitos dos seus formuladores. Desse modo, da mesma forma que em outras áreas do conhecimento, também na geografia política não é possível defender um total desinteresse ou imparcialidade dos pesquisadores e analistas. Pois, como bem lembra John Agnew, “em um mundo da ação humana não é possível falar em uma visão singular, de lugar nenhum, para justificar esta ou aquela perspectiva como melhor que outra” (Agnew, 2002:8), apesar do esforço da disciplina em oferecer coerência entre fundamento teórico e evidência empírica para discussão de situações particulares. (CASTRO, 2005, p.17).

Ainda, segundo as concepções de Castro (2005), em sua origem, ao contrário da atualidade, a Geografia Política se colocou o compromisso de compreender o modo pelo qual a Política era influenciada pela Geografia. No final do século XIX, quando da sua institucionalização como ramo da Geografia, a Geografia Política procurou na natureza o marco teórico para explicação da vida política. A tradição do determinismo da natureza na disciplina foi, na realidade, um prolongamento de uma velha preocupação dos filósofos, entre eles Montesquieu, sobre a possibilidade de explicar a fluidez da vida política com argumentos fundados em fatores estáveis, quase imóveis, como o meio físico. Por muitas décadas tentou-se mostrar como a distribuição dos continentes e oceanos, cadeias de montanhas, rios, climas e outras características da superfície da Terra afetavam o modo pelo qual a humanidade dividia o mundo em Estados e Impérios e como estas unidades competiam entre si por poder e influência.

Embora pouco ressaltada, a expressão geografia política foi usada pela primeira vez em 1750 pelo filósofo francês Turgot em seu projeto de uma *Teoria de Geografia Política*, redigido enquanto era estudante. Esta teoria foi apresentada como um “tratado de governo”, uma tentativa de formalização da intersecção do político e do geográfico, inspirado provavelmente no Livro IV de *O Espírito das Leis* de Montesquieu. Sua preocupação era demonstrar que o governo começa no estudo dos fatores geográficos da política, o que antecede à sua participação política e sobretudo à ação. A experiência como Intendente de Limoges entre 1761 e 1774 possibilitou pôr em prática suas ideias e inspirou novos textos, como a *Dissertação sobre as Municipalidades*, de 1778 (Lévy e Lussault, 2003:941). Porém, a concepção moderna da geografia política, como terminologia e área de conhecimento consolidada nas ciências sociais, data do final do século XIX, com a institucionalização da geografia e o reconhecimento da geografia política como uma subdisciplina formal na Alemanha, a partir dos trabalhos de Friedrich Ratzel. (CASTRO, 2005, p. 19).

Realizando análises para além da concepção determinista do meio natural como fundamento do “espírito das leis”, Friedrich Ratzel (1844-1904) procurou elaborar uma verdadeira teoria das relações entre a política e o espaço, introduzindo o conceito de sentido do espaço, segundo o qual certos povos tinham maior capacidade de ordenar as paisagens, de valorizar os recursos naturais, de se fortalecer a partir do seu próprio enraizamento no território. Como ocorreu com as ciências sociais naquele período, o modelo de Ratzel foi fortemente inspirado na Biologia, e os temas por ele privilegiados respondiam à necessidade de refletir sobre os problemas de sua época, ou seja, a disputa por territórios e o fortalecimento do Estado-Nação como garantia do poder dos povos sobre os territórios por eles ocupados.

Entretanto, grande parte de seus escritos acabaram sofrendo interpretações errôneas e tendenciosas com o transcorrer do tempo, sendo que muitos de seus estudos foram subestimados por certa parcela da comunidade geográfica. Esta ideia pode ser percebida através das explanações de Carvalho (1997, p. 42):

O lugar e a importância da obra e das ideias de Friedrich Ratzel, no desenvolvimento da institucionalidade científica, está longe de receber um tratamento de unanimidade por parte de observadores e analistas desse processo. Em especial, nas análises produzidas por geógrafos e antropólogos, interessados em recompor arqueologias de suas áreas de conhecimento, tratamentos muito distintos têm sido observados, quando se trata de aquilatar o papel desempenhado por Ratzel no desenvolvimento e na institucionalização acadêmico-científica da geografia e também da etnografia e etnologia.

Quanto ao tema, não são raras as omissões ou negligências cometidas, mas, em nossa opinião, as segundas têm se sobressaído às primeiras.

São comuns os reducionismos e simplificações do pensamento ratzeliano, que em alguns casos é resumido apenas à lembrança dos possíveis equívocos cometidos, pelo pensador alemão, ao teorizar sobre as relações homem-natureza, ou ao defender suas crenças sobre a evolução dos processos civilizatórios. No primeiro caso, Ratzel teria sido um determinista ambiental incorrigível e, no segundo, um anti-evolucionista adepto de teses combatidas e desgastadas, como as do difusionismo, ou acertadamente condenadas, como as da superioridade civilizatória dos brancos caucasianos.

A Geografia Política concentra sua atenção nas relações externas e internas dos Estados. Cada qual dessas duas categorias dá origem a certos problemas. Esse campo de estudos cumpre ainda explicar, leva os pesquisadores a encará-lo de duas maneiras. Em primeiro lugar, existem os efeitos da Geografia contemporânea sobre a ação política. Em segundo, há que considerar a importância da Geografia subjacente às situações, problemas e atividades de ordem política. Assim, a Geografia Política apresenta um terreno de estudos que

[...] diz respeito às relações existentes entre os fenômenos geográficos e políticos, e decorre do fato de que os Estados, em sua condição de comunidades politicamente organizadas, não de inevitavelmente possuir base e localização geográficas. A natureza dessa relação permaneceu, durante largo tempo, antes pressentida do que realmente compreendida, sendo objeto de amplas generalizações, tais como a de Montesquieu, segundo as quais as formas de Governo e as instituições políticas seriam o resultado de fatores climáticos diferenciados. Foi somente com o advento da Geografia de caráter científico que o estudo atento de países específicos e de certos problemas políticos logrou ser realizado de maneira proveitosa, sendo, então, proporcionada útil contribuição à Geografia. (EAST e WOOLDRIDGE, 1967, p. 128).

O campo de estudo da Geografia Política interessa-se por duas considerações básicas. A primeira delas, e de importância fundamental, é a análise das relações entre a comunidade e o ambiente físico. Como todos os Estados, pela sua natureza como elementos constitutivos da estrutura política mundial, se acham mais ou menos intimamente ligados a outros Estados, essas relações enquadram-se em dois grupos ou aspectos, cuja integração frequentemente põe à prova a capacidade dos responsáveis pela formulação da política. Não se deve atribuir demasiada ênfase à divisão em relações internas e externas, mas tal divisão proporciona um modo útil de abordagem em um tratamento analítico.

Entretanto, deve-se ressaltar que todas as parcelas da superfície terrestre, com sua grande variedade de ambientes geográficos, encontram-se partilhadas por um vasto número de Estados, os quais possuem três elementos essenciais a sua configuração: território, povo e organizações, que podem ser analisados, descritos e cartografados com exatidão considerável. Mas onde quer que pessoas habitem um território e qualquer que seja o sistema político a que venham adotar, suas atividades representam, pelo menos em parte, uma reação às suas condições ambientes que, por sua vez, fixam limites e afetam aquelas atividades humanas que ocorrem dentro do arcabouço territorial.

Dessa forma, os dois pilares do Estado, território e povo, acham-se intimamente fundidos por suas relações. Isso não constitui mero “determinismo geográfico”. Não há garantia de que o povo que habita o território de um Estado reaja às suas condições ambientes em uma dada maneira: daí a grande variedade de organizações políticas e econômicas existentes, e que provavelmente continuarão a existir no mundo. Assim, o que se pode dizer, em termos gerais, desse aspecto da Geografia Política é que cada ambiente proporciona certas oportunidades que seus habitantes poderão ou não utilizar, que podem ficar em estado latente e não apreciadas até que tenha sido alcançada uma fase adequada no desenvolvimento do povo.

Segundo as ideias levantadas por Moodie (1965, p. 11):

A extensão em que as oportunidades ambientes são compreendidas e utilizadas reflete-se no êxito e estabilidade das técnicas econômicas e formas políticas de um Estado em particular, mas daí não se segue que os métodos e formas de um Estado sejam igualmente aplicáveis a outro conjunto de condições ambientes. Uma das conclusões mais úteis a ser inferida dos estudos político-geográficos é a tolice de impor sistemas que obtiveram êxito num determinado Estado, mas em nenhum outro, mais especialmente no campo político.

Todo Estado moderno, portanto, representa um amálgama de três elementos – território, povo e as relações entre eles. Os dois primeiros são de grande variedade, mas o terceiro elemento é de infinita complexidade, não sendo capaz, em parte alguma, de ser reduzido a fórmulas matemáticas, mas possui em toda parte uma qualidade dinâmica, visto que essas relações estão sujeitas a incessantes mutações e desenvolvimentos. Nitidamente, o estudo de todos os aspectos desses três elementos está além do âmbito da Geografia Política.

Cabe destacar que o estudioso de Geografia Política reivindica um campo mais amplo de estudo, o qual geralmente é restrito de acordo com concepções oriundas de outros ramos do conhecimento. Este vê cada Estado como uma entidade dotada de seus aspectos característicos fundidos por suas relações internas, porém, ao mesmo tempo, também o encara como parte de uma estrutura maior que é o mundo em que se vive e cujo caráter simbiótico, em virtude das relações entre suas partes componentes, reconhece e procura analisar. É justamente esse reconhecimento do dualismo do Estado, como um todo e como parte de uma entidade maior, que constitui um dos fatores de diferenciação entre a Geografia Política e outras disciplinas.

Já a segunda consideração básica em relação à Geografia Política consiste no fato de que os Estados estão sujeitos à mutação, normalmente durante períodos conflituosos e com alto grau de mutabilidade. Essa suscetibilidade de mudar, de forma alguma, se acha restrita às condições internas do Estado, mas se estende às suas relações externas, e embora o conceito de mudança não seja descoberta recente, não pode haver dúvida de que o ritmo das atividades da época contemporânea acelerou-se em muito no tocante a eras pretéritas. Talvez o resultado principal seja uma percepção crescente das relações entre comunidades e seus ambientes, juntamente com um aprimoramento de adaptações humanas descrito, grosso modo, como a “Conquista da Natureza”.

Quaisquer que sejam as forças motrizes em que se baseiem, essas mudanças são importantes pelo menos pelo único motivo de se acompanharem de desenvolvimentos de grande amplitude no pensamento político e econômico que inevitavelmente influenciam tanto as relações externas como internas dos Estados. Se a paz é indivisível, assim também o são as relações externas dos Estados, e, por sua vez, elas não podem ficar inteiramente isoladas das condições internas. [...] De modo semelhante, as ideias, seja de caráter moral, político ou econômico, não podem ser isoladas no âmbito de qualquer Estado. (MOODIE, 1965, p. 13).

Esse fundo de “fermento e mudança” não pode ser desprezado pelo geógrafo político, pois constitui parte do ambiente em que vivem as pessoas e, como tal, exercerá influência diretiva sobre as formas de Estados e sobre o caráter das relações internacionais. O conhecimento crescente necessariamente não coincide com a sabedoria crescente, mas o maior acesso ao conhecimento, agora possível sem o recurso da palavra escrita, pode levar ao desenvolvimento de desejos e exigências que, acelerando a taxa de mudança, poderão modificar as formas e funções dos Estados a um grau além da atual compreensão.

Conforme explicações de Moodie (1965, p. 14-15), o fato essencial para o geógrafo político, como na realidade para o político e o historiador, é que os Estados e suas relações se modificam com as condições mutáveis da existência humana no sentido mais amplo. Nem mesmo a própria estrutura geográfica se mantém permanentemente inalterada; em virtude dos persistentes e contínuos esforços da humanidade para adaptar os seus meios de existência às condições ambientais, a própria paisagem sofre modificações. O geógrafo político deve se preocupar com a observação, registro e análise das mudanças que já ocorreram, bem como com as que se acham em curso no período contemporâneo.

Por outro lado, a unidade de área do geógrafo político é o Estado, que é mais ou menos artificial até o ponto em que é o produto dos esforços conscientes dos seus habitantes para criarem uma entidade política que possa ser — e geralmente é — inteiramente diversa da região geográfica. Dessa maneira, as áreas de que trata a Geografia Política são, portanto, claramente definidas e nitidamente demarcadas. Com toda a sua grande variedade de tamanho, configuração e conteúdo, representam criações artificiais e, como tal, devem ser reconhecidas como realidades em um mundo em que com demasiada frequência se confundem o real e o irreal.

Por conseguinte, conforme as ideias tecidas por Moodie (1965, p. 20-21):

A evolução das formas existentes de Estados e de relações entre os Estados constitui, adequadamente, a esfera da Geografia Histórica. Os estudos de Geografia Política interessam-se, primordialmente, pelas condições atuais, porém, em vista da importância dos fatos passados em modificar o que hoje existe, verifica-se, inevitavelmente, uma superposição parcial dos dois campos de investigação. Não se pode proceder a uma análise satisfatória das relações internas e externas dos Estados independentemente do conhecimento das condições prévias. Não se pode traçar uma linha divisória nítida entre a Geografia Histórica e Política. Ao passo que a primeira trata das relações entre povos e ambientes em vários estádios no passado, a segunda preocupa-se principalmente com aquelas condições dos nossos dias que podem ser consideradas como uma fase na evolução dinâmica dos Estados. Seu principal objetivo é a análise das relações entre os Estados e as adaptações internas às condições ambientais. Não começa por formular ou controlar as políticas dos Estados ou as relações entre eles, mas os resultados alcançados pelos estudos político-

geográficos, quando tomados em conjunto com os resultados de outros setores de investigação, dificilmente podem ser desprezados pelos estadistas. Embora procurando fomentar a compreensão das forças e dos sistemas políticos, prestando sua própria contribuição característica, oriunda do seu próprio ponto de vista restritivo, não tenta confundir os meios com os fins sob um manto de *slogans* que pouco ou nenhum fundamento têm nos fatos.

Poder e estratégias de controle e dominação a partir do território controlado pelo Estado nacional eram questões sempre implícitas ou explícitas na agenda da Geografia Política nas primeiras décadas do século XX, o que fez das escalas de análise nacional e global as mais adequadas aos estudos da disciplina. Após a Primeira Guerra Mundial, geógrafos e o conhecimento por eles produzido foram mobilizados para ajudar a traçar as novas fronteiras na Europa. Na Segunda Guerra Mundial, a Escola de Geopolítica Alemã rotulada de *Geopolitik*, inspirada em alguns dos princípios elaborados por Ratzel, forneceu a justificativa intelectual para o autoritarismo do III *Reich* e para o expansionismo alemão. Os desdobramentos do nazismo, do fascismo e do Holocausto conduziram a disciplina ao ostracismo, e seus temas tradicionais, como fronteiras, minorias, territórios dos Estados, divisões políticas etc., passaram a ser tratados em um empirismo despolitizado, abandonando suas ambições teóricas anteriores.

A partir dos pressupostos estabelecidos pela Geografia Política, surge como uma derivação quase que direta a Geopolítica, a qual segundo as palavras de Costa (2008, p. 55) pode ser considerada “[...] antes de tudo um subproduto e um reducionismo técnico e pragmático da geografia política, na medida em quem se apropria de parte de seus postulados gerais para aplicá-los na análise de situações concretas interessando ao jogo de forças estatais projetado no espaço”.

Já para Mello (1999, p. 74): “a geopolítica é um ramo autônomo da ciência política que tem por objeto de estudo as relações e as mútuas interações entre o Estado e sua geografia. Esta disciplina possuiu um acervo de conhecimentos teóricos e empíricos que pode ser utilizado no planejamento da política de segurança de um país no tocante a seus fatores geográficos”.

Entretanto, conforme o estabelecido por Costa (2008, p. 55):

[...] a geopolítica representa um inquestionável empobrecimento teórico em relação á análise geográfico-política de Ratzel, Vallaux, Bowman, Gottmann, Hartshorne, Whittlesey, Weigert, e tantos outros. Essa é a questão essencial, desde logo, que deve sobrepor-se às demais, a começar dos artifícios notoriamente simplórios como o de tentar situá-la como “ciência de contato” entre a geografia política e a ciência política, a ciência jurídica etc., bastante comum nas introduções de inúmeros generais-geógrafos-geopolíticos, a começar pelo próprio Karl Haushofer.

A Geopolítica nasceu com o jurista sueco Rudolf Kjellén, cuja fama se deve principalmente ao fato de ter criado o termo “geopolítica”, buscando expressar suas concepções sobre as relações entre o Estado e o território. Dentre suas principais obras destacam-se: *As Grandes Potências* (1905) e *O Estado como Forma de Vida* (1916). Para este autor, a Geopolítica consiste em um ramo autônomo da ciência política, distinguindo-se da Geografia Política, a qual representa um sub-ramo da Geografia. Kjellén utiliza-se da ideia de Estado como organismo territorial preconizada por Ratzel, mas acaba por reduzir o Estado a um organismo de tipo biológico. Em conformidade a esses preceitos, Vesentini (2005, p. 16) afirma que:

A partir destas ideias iniciais a geopolítica logo se expandiu, tendo encontrado no cenário mundial da primeira metade do século XX um solo fértil para crescer. A ordem mundial multipolar que vigorou desde o final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial propiciava um clima de pré-guerra entre as grandes potências do período, com acirradas disputas por territórios, mercados e recursos na África, na Ásia e até na Europa. Com o declínio relativo da Inglaterra, grande potência mundial na ordem monopolar da segunda metade do século XVIII e de quase todo o XIX, os embates pela hegemonia mundial se multiplicavam. Nesse contexto, inúmeros pensadores se engajaram na tarefa, apelidada de geopolítica por Kjellén, de compreender o equilíbrio de forças no espaço mundial e as condições pela qual um determinado Estado pode se tornar uma grande potência. Na visão desses pensadores, de forma inclusive coerente com a sua época, o fundamental era a quantidade de recursos – mercados, povos (mão-de-obra, soldados), solos agriculturáveis, minérios, espaço geográfico enfim. Daí as geopolíticas clássicas terem sido em geral explicações a respeito da importância estratégica de determinados territórios, da necessidade de expansão territorial – ou controle de espaços (rotas marítimas ou áreas geoestratégicas) – como forma de fortalecimento do Estado e de adquirir hegemonia.

Por conseguinte, através das afirmações de Costa (2008), pode-se inferir que em nenhum momento Kjellén deixa dúvidas quanto ao caráter estreito, reducionista e expansionista de sua concepção de Estado e dos objetivos de sua “nova ciência”, intencionalmente dirigida aos “Estados-Maiores” dos impérios centrais da Europa, em especial a Alemanha. Daí a sua rejeição da Geografia Política tal como vinha se desenvolvendo, isto é, um campo de investigação acadêmico-autônomo e apartado dos projetos estatais imediatos. Toma-a como base geral apenas naqueles seus aspectos passíveis de instrumentalização, submetendo-a aos requisitos das estratégias de conquista e domínio. Com isso, este autor inaugura a mais controversa de suas vertentes, a “Geografia Política da Guerra”, ou a Geopolítica. Esta, posteriormente, serve de base para o desenvolvimento das teorias estabelecidas por Halford Mackinder, Alfred Mahan, Karl Haushofer e Nicholas Spykman, autores tidos como “clássicos” da Geopolítica.

Este ramo autônomo da ciência teve seu apogeu nas décadas de 1920 e 1930, justamente no período do entre guerras. Foi à base, pelo menos nos anos iniciais, sobre a qual repousou a política do III *Reich*, principalmente por meio da difusão e apropriação das teorias preconizadas pelo general-geógrafo Karl Haushofer. Não é sem razão, portanto, o temor que de muitos se apossa à simples menção da palavra Geopolítica: ela é imediatamente associada à conquista do poder, do espaço vital, desencadeada pela ostensiva política expansionista do nacional-socialismo. Daí o preconceito e a reserva com que é vista.

Segundo Miyamoto (1995, p. 22):

A geopolítica encontra seus fundamentos na história e na geografia. É através da interpretação dos acontecimentos históricos à luz da geografia que a geopolítica elabora suas teorias. Segundo as concepções encontradas na Escola Superior de Guerra, além desses dois elementos, a geopolítica fundamenta-se também no poder nacional, porque este encontra-se ligado a todos os acontecimentos que permearam a história da humanidade desde as antigas civilizações, tanto a egípcia como a romana. (Cf. ESG, 1977; Vasconcelos, 1972).

Cada autor conceitua a Geopolítica de forma distinta, mas todos parecem concordar em um ponto: ela apresenta-se de forma dinâmica. Assim, Kjellén definiu-a: “Geopolítica é a ciência do Estado como organismo geográfico e, significativamente, como soberania” (VICENS VIVES, 1951, p. 49, tradução nossa).

Para Karl Haushofer *apud* Weigert (1944, p. 24-25), da Escola de Munique,

[...] a geopolítica é a ciência que trata da dependência dos fatos políticos em relação ao solo. Apoia-se sobre as amplas bases da geografia, em especial da geografia política, doutrina da estrutura espacial dos organismos políticos [...]. A geopolítica aspira a proporcionar as armas para ação política, e os princípios que sirvam de guia na vida política. A geopolítica é à base da atuação política, na luta de vida ou morte dos organismos estatais pelo espaço vital (tradução nossa).

É sua também a afirmação de que a Geopolítica é a consciência geográfica do Estado. Segundo Weigert (1944, p. 25): “A geopolítica é a geografia política na política de Poder Nacional e sua estratégia na paz e na guerra (e) ao relacionar todo desenvolvimento histórico com as condições de espaço e solo (e) ao considerar a história determinada por estas forças eternas, a geopolítica tenta prever o futuro” (tradução nossa).

Conforme o estabelecido por Miyamoto (1995), Strausz-Hupé (1972) considerou por sua vez que “a geopolítica proporciona as bases para os projetos de uma estratégia de caráter global, sendo a estratégia política sinônimo da arte do estadista”. Enquanto, que para Backheuser, um dos representantes brasileiros no campo da Geopolítica,

esta pode ser definida como “a política feita em decorrência das condições geográficas” (1959). Já para o general Carlos de Meira Mattos (1977), “a geopolítica é a política aplicada aos espaços geográficos”.

Nesse sentido, pode-se perceber a ampla gama de conceituações existentes para este ramo da Ciência Política. Jorge Atencio *apud* Miyamoto (1995, p. 23), após comparar vários autores, conceitua a Geopolítica da seguinte forma:

Ciência que estuda a influência dos fatores geográficos na vida e evolução dos Estados, a fim de extrair conclusões de caráter político. A geopolítica guia o estadista na condução da política interna e externa do Estado, e orienta o militar na preparação da defesa nacional e na consideração da relativa permanência da realidade geográfica, e lhes permite deduzir a forma concordante com esta realidade em que se podem alcançar os objetivos e, em consequência, as medidas de condução política ou estratégica convenientes.

Para Miyamoto (1995), esta é uma definição ampla e completa. Assemelha-se às concepções de Kjellén e Ratzel, mas que evita incorrer no determinismo geográfico. Não retira, contudo, à Geografia, o papel que deva exercer na elaboração da conduta política ou estratégica. Aproxima-se às concepções de Strausz-Hupé, mas não a renega, não manifesta um preconceito *a priori* como fizeram este autor e Weigert, não apenas em relação à Geopolítica, mas também à política germânica.

Através do estabelecimento das diversas conceituações de Geopolítica, bem como das características principais da Geografia Política, torna-se possível diferenciá-las. Isso porque, muitas vezes costuma-se confundir o campo de atuação da Geopolítica com o da Geografia Política. Ambas diferem, contudo, não só quanto ao objeto de investigação, mas também porque são ramos de áreas diferentes. A Geografia Política pertence ao campo da Geografia, enquanto a Geopolítica encontra-se intimamente vinculada à Ciência Política.

Ratzel foi um dos poucos teóricos capaz de “fazer escola” perante esses dois ramos do saber científico, acabando por influenciar uma vasta gama de estudos posteriores, principalmente através de seus mais significativos livros: *Antropogeografia* (1882, vol. 1; e, 1892, vol. 2); e, *Geografia Política* (1897). A obra desse geógrafo é por meio de vários pontos de vista indissociável de seu contexto, a começar por seu ambiente intelectual. É influenciado por Humboldt e Ritter, e seus mestres mais diretos, Oskar Peschel e Ernst Haeckel, os quais contribuem com suas interpretações sobre a relação entre o território e o Estado e, principalmente, pelas teorias de Charles Darwin aplicadas à sociedade, o “darwinismo social” na linha de Lamarck e Spencer. A partir do aprofundamento dessas influências, Ratzel elaborou uma série de conceitos básicos da Geografia Política, começando

pelo *Lebensraum* (espaço vital), que será um dos seus fatos, um de seus principais legados. Estas referências situam Ratzel dentro do positivismo: de fato, sua obra é basicamente uma tentativa de dotar de base científica — teoria, leis, previsibilidade — o comportamento espacial das sociedades e dos corpos políticos.

Por outro lado, no pensamento ratzeliano são evidentes as influências de outros campos, a destacar as que provêm da filosofia alemã e sua dimensão política. Ratzel bebe do idealismo de Hegel, especialmente em seus aspectos referentes à teoria do Estado – único ator territorial efetivo – e de Herder, por sua interpretação da responsabilidade histórica do povo alemão. Uma combinação paradoxal entre idealismo, às vezes romantismo e positivismo, que o inscreve na principal tradição intelectual que constrói o discurso nacional-germânico. (FONT e RUFÍ, 2006, p.58).

Para o geógrafo alemão, o Estado consistia em um organismo dotado de características dinâmicas, e não simplesmente um ser assentado na configuração estática dos limites físicos estabelecidos pelos geógrafos. O Estado, dizia Ratzel, desenvolve-se de acordo com as flutuações, com os altos e baixos de sua história, aumentando ou diminuindo o seu território, apoiando-se em dois elementos fornecidos pela Geografia: o espaço e a posição.

Como o Estado não é concebível sem território e sem fronteiras, constituiu-se bastante rapidamente uma geografia política, e ainda que nas ciências políticas em geral se tenha perdido de vista com frequência a importância do fator espacial, da situação, etc., considera-se entretanto como fora de dúvida que o Estado não pode existir sem um solo. Abstraí-lo numa teoria do Estado é uma tentativa vã que nunca pôde ter êxito senão de modo passageiro. (RATZEL, 1983, p. 93).

O território não se constitui, portanto, em um espaço fixo muito pelo contrário, encontra-se propenso a alterações profundas. Ratzel afirma que o Estado ávido de poder, e que almejasse viver em paz, sem ameaças à sua integridade, devia possuir sempre uma grande extensão territorial. A existência de espaço suficiente que lhe permitisse defender-se contra invasões provenientes de qualquer área era considerada essencial para que a sua estratégia pudesse ser traçada convenientemente, de acordo com os critérios previamente escolhidos pelos governantes. Dessa forma, conforme o preconizado por Ratzel (1983, p. 94): “[...] Um povo regride quando perde território. Ele pode contar, com menos cidadãos e conservar ainda muito solidamente o território onde se encontram as fontes de sua vida. Mas se seu território se reduz, é, de uma maneira geral, o começo do fim”.

Segundo Lizza *apud* Font e Rufi (2006), a obra de Ratzel pode ser sintetizada pelo trinômio Estado-posição-dinâmica. No mínimo, o primeiro elemento é indiscutível: toda a teoria ratzeliana parte e desemboca no Estado, um Estado síntese e

produto da sociedade, como se disse, de caráter hegeliano, que transcende seus aspectos meramente legais. Porém, um Estado que tem como componente fundamental o solo, ou melhor, o espaço. Isto não significa unicamente extensão espacial, mas também e, sobretudo, a relação entre o espaço e a sociedade que nele vive.

Finalmente, em 1901, na obra *Sobre as Leis da Expansão Territorial do Estado*, baseada em sete princípios elementares, Ratzel evidencia a importância e a ligação existente entre o Estado e o espaço, o que ficou conhecido como as *Leis do Crescimento Espacial do Estado* ou *Teoria do Espaço Vital (Lebensraum)*:

- 1) O espaço dos Estados aumenta com o crescimento da cultura;
- 2) O crescimento dos Estados apresenta sintomas de desenvolvimento cultural, ideias, produção comercial e industrial etc., os quais necessariamente precedem a expansão efetiva do Estado;
- 3) O crescimento dos Estados verifica-se pela gradual integração e coerência de pequenas unidades, mediante a amalgamação e a absorção de elementos menores;
- 4) A fronteira é o órgão periférico do Estado, e, como tal, a prova de crescimento estatal; é a força e as mudanças desse organismo;
- 5) Em seu crescimento o Estado tende a incluir seções politicamente valiosas, como os rios, as linhas de costa, as planícies e outras regiões ricas em recursos;
- 6) O primeiro impulso para o crescimento territorial chega ao Estado primitivo vindo de fora, de uma civilização superior; e,
- 7) A orientação geral para a conexão territorial transmite a tendência de crescimento territorial de espaço em espaço, incrementando sua identidade.

Cabe, ainda, destacar que segundo esta concepção, o Estado deveria assumir uma política de poder, de expansão territorial. É essa política de poder que iria orientar as diretrizes governamentais na realização de seus objetivos. Dessa forma, segundo Miyamoto (1995, p. 27):

A política do espaço vital era entendida como a ciência que concebia o Estado semelhante a um organismo geográfico. Tratava-se, portanto de uma concepção dinâmica da geografia. Em suma, o que Kjellén fez em relação à Ratzel foi estabelecer definitivamente a diferença entre a geografia política e a geopolítica, projetando a teoria ratzeliana para o campo da ciência política e definindo o seu campo de atuação.

Estes dois precursores da moderna Geopolítica constituem, juntamente com Halford Mackinder, Ellen Churchill Semple e Karl Haushofer, o grupo dos geopolíticos

pertencentes à *escola determinista*. Para essa escola, a Geografia é o elemento principal, determinante, que vai estabelecer a grandeza ou não de um povo e do Estado, daí a necessidade fundamental da conquista de espaço, ou seja, o domínio de outros territórios por parte do Estado-Nação.

A postura da escola determinista pode ser bem caracterizada na interpretação histórica de Ratzel, quando este analisa a ocupação de um território por um povo mais forte que o aí reinante. Como o novo ocupante é superior, diz ele, a tendência é que ocorra o desaparecimento do mais fraco. Essa superioridade vai ser manifestada justamente pela ocupação do espaço, materializando-se na exploração e no povoamento desse mesmo território. Tal superioridade somente é possível, segundo Ratzel, porque ela é privativa das culturas superiores que têm a capacidade de deslocar as culturas inferiores para um plano secundário, isto é, fazendo com que desapareçam ou sejam absorvidas. (MIYAMOTO, 1995, p. 27).

Entretanto, surge quase que concomitantemente à *escola determinista* a *escola possibilista*, a qual teve o seu desenvolvimento na França, principalmente em torno da figura de Paul Vidal de La Blache (1845-1918). Esta escola geográfica apresentava como premissa o fato de que o homem é que constitui o principal elemento da natureza. Para La Blache *apud* Miyamoto (1995, p. 28), “[...] o homem é um fator geográfico porque pode manipular os recursos existentes, seja aproveitando as quedas d’água, seja por meio dos próprios instrumentos por ele criados. Nessas condições, o homem colabora com todas as energias agrupadas e associadas segundo as condições do meio (e) entra no jogo da natureza”.

De acordo com esta concepção, a Geografia poderia facilitar, mas não determinar a ação do homem. Ela poderia propiciar recursos e fornecer elementos, tornando viável um melhor aproveitamento das potencialidades do território, facilitando consequentemente o desenvolvimento local.

Sodré (1987, p. 54) desenvolve dura crítica à escola determinista e à Geopolítica, pois segundo este,

[...] se o determinismo geográfico é um dos traços mais característicos da Geografia da época do imperialismo, a Geopolítica assinala a deformação levada à monstruosidade – é a Geografia do fascismo. Desde que Ratzel lançara as bases do determinismo, abrem-se à Geografia dois caminhos: o científico e o ideológico. A Geopolítica representa a culminância da trilha ideológica.

Se atenção for dada às concepções de poder do Estado, defendidas por Ratzel e Kjellén, ver-se-á, de imediato, que o poder terrestre é o privilegiado em suas análises, o mesmo acontecendo com Mackinder e Haushofer. Mas os autores que trataram da Geopolítica, mesmo quando esta não era ainda conhecida com tal designação, não se

detiveram apenas nas áreas terrestres como fonte de poder. Alfred Thayer Mahan fez apologia do poder marítimo, o mesmo sucedendo com Nicholas John Spykman, enquanto Alexander P. Seversky e William Mitchell foram, entre outros, representantes do poder aéreo.

Na consideração do poder geopolítico, a geografia certamente exerce papel de grande importância. É nos fatores físicos que compõem a natureza que a geopolítica vai encontrar suas inspirações. Considerando estes mesmos elementos, os geopolíticos vão privilegiar um ou outro, mostrando as vantagens e desvantagens que podem contribuir para o fortalecimento do poder do Estado. (MIYAMOTO, 1995, p. 30).

A Geografia contribui desta forma para a formulação das teorias geopolíticas apoiadas no solo, no mar e no ar. Esses três elementos vão propiciar, na Geopolítica, a grandeza do Estado que os possui em maior ou menor grau, projetando-o internacionalmente. Entretanto, são evidentes os esforços com que cada autor tenta valorizar a sua própria concepção de poder, seja esta terrestre, marítima ou aérea.

Após esse breve panorama sobre os campos de estudo da Geografia Política e da Geopolítica é possível passar para uma discussão, mais pormenorizada, do impacto do geógrafo Richard Hartshorne sobre ambas as áreas. Destarte, o capítulo seguinte objetiva traçar as inovações teórico-metodológicas empreendidas pelo autor na Geografia Política, bem como elucidar suas tenazes críticas tecidas em relação às distorções empreendidas pela Geopolítica.

eumed.net



El Dr. D. Juan Carlos Martínez Coll, director del grupo EUMED.NET (SEJ 309), como editor de la revista electrónica "Contribuciones a las Ciencias Sociales" (ISSN: 1988-7833), indexada en IDEAS-RePEc y alojada en <http://www.eumed.net/rev/cccss/>

ACREDITA QUE:

el artículo **"ABORDAGENS POLÍTICO-GEOGRÁFICAS EM RICHARD HARTSHORNE"** que consta de 14 páginas en formato PDF, cuyo autor es **Wesley de Souza Arcassa**, ha sido aceptado y publicado en el número de agosto de 2013:

<http://www.eumed.net/rev/cccss/25/richard-hartshome.html>

Lo que se hace constar en Málaga a 5 de agosto de 2013.


El Editor

Fdo.: Juan Carlos Martínez Coll



CAPÍTULO V

ABORDAGENS POLÍTICO-GEOGRÁFICAS EM RICHARD HARTSHORNE

Political-Geographic Approaches in Richard Hartshorne

RESUMO: A obra de Richard Hartshorne, em função de sua riqueza, ainda encontra-se à espera de maior análise e difusão. Tendo como base esta ideia, o trabalho em questão tem como objetivo desenvolver uma apreciação de alguns aspectos político-geográficos da produção acadêmica hartshorniana, principalmente no que concerne à temática das fronteiras e do Estado. Além disso, busca-se abordar no transcorrer do texto a diferenciação entre os termos fronteira e limite, bem como a importância destes no *hall* de temas de análise do campo da Geografia Política. Na sequência, enfocam-se as contribuições de Hartshorne à análise do Estado, principalmente através do estabelecimento da abordagem funcionalista. O impacto das ideias estabelecidas por este teórico à produção político-geográfica posterior também representa um dos pontos a serem considerados, somando-se as inovações teórico-metodológicas empreendidas pelo autor em relação à Geografia Política.

Palavras-chave: Richard Hartshorne. Geografia política. Método geográfico. Estado. Fronteira.

ABSTRACT: The work of Richard Hartshorne is still waiting for more analysis and dissemination. Based on this idea, this work has as objective to develop an appreciation of some political-geographic aspects of Hartshorne's academic production, mainly regarding the issue of frontiers and state. Moreover, seek to approach in the course of the text the difference between the terms frontier and boundary, as well as the importance of these themes in the field analysis of the Political Geography. In sequence, focuses on the contributions of Hartshorne to analysis of the state, primarily through the establishment of the functionalist approach. The impact of the ideas set out by the writer to produce political-geographic later, also represents one of the points to be considered, adding the theoretical and methodological innovations undertaken by the author in relation to Political Geography.

Keywords: Richard Hartshorne. Political geography. Geographic method. State. Frontier.

5.1 INTRODUÇÃO

Por volta de 1945, a Geografia Política parecia ter chegado a uma situação irreversível. De um lado, os desregramentos da *Geopolitik* alemã tinham prejudicado sua reputação, fazendo com ela fosse confundida abusivamente com esta última; do outro lado, as teorias vinculadas à Geopolítica haviam se perdido na mitologia do *heartland* e de seus derivados. O defeito de todas essas teorias era a intenção de aplicá-las a um território já bem definido. Em face deste fracasso inequívoco, houve uma mudança a partir da década de 1940, visando atribuir um conteúdo mais sistemático e rigoroso à Geografia Política.

Dentre os principais teóricos desse movimento de renovação da Geografia Política encontra-se Richard Hartshorne, cuja preocupação essencialmente teórico-metodológica destinava-se a corrigir os “desvios não-científicos” desse campo de investigação. Sua obra teve grande impacto na área da Geografia Política, pois o autor foi capaz de realizar o que até então não havia sido produzido, estudos de cunho epistemológico e metodológico.

Dessa forma, o presente trabalho, fruto de pesquisas em nível de mestrado com ênfase na área de História do Pensamento em Geográfico, objetiva executar uma análise crítica de alguns aspectos políticos-geográficos da obra do teórico norte-americano, buscando compreender sua influência perante a Geografia Política produzida a partir da segunda metade do século XX. Destarte, procura-se também focar a diversidade da produção literária hartshorniana, evidenciando os avanços prestados pelo teórico principalmente no que concerne à temática das fronteiras e do Estado.

5.2 METODOLOGIA

Como princípio metodológico norteador para a preparação deste trabalho utilizou-se principalmente o levantamento de bibliografia concernente à temática, oriunda de diferentes suportes e fontes. Isso porque, o trabalho realiza uma análise essencialmente teórica do assunto nele abordado.

A leitura e análise da bibliografia utilizada serviram de embasamento teórico para a compreensão do pensamento desenvolvido por Richard Hartshorne, o qual ocupa um papel de destaque perante a matriz clássica da Geografia Política.

Em contrapartida ao estudo dos aspectos metodológicos e políticos da obra hartshorniana, fez-se necessário também compreender o período histórico no qual se inseriu o autor, o que denotou a utilização de um método histórico de pesquisa. Assim, torna-se possível demonstrar quais os temas pesquisados pelo geógrafo em cada período de sua carreira acadêmica, bem como identificar o espaço ocupado pelo mesmo perante o momento de transição da Geografia Clássica para a Geografia Pragmática (*New Geography*).

5.3 ASPECTOS BIOGRÁFICOS

Richard Hartshorne (12 de dezembro de 1899 – *Kittannig, Pennsylvania*) eminente geógrafo norte-americano, realizou seus estudos de graduação na Universidade de

Princeton entre os anos de 1917 e 1920. Realizou seu doutoramento no período de 1921 a 1924, tendo sido um aluno de elevado destaque na Universidade de Chicago, principalmente devido à importância e a variedade das temáticas abordadas em seus trabalhos, pois este recebeu o título de doutor com grande louvor devido a sua tese: *The Port of Chicago: Its Commerce, Facilities and Requirement*.

Especialista em temas voltados à Epistemologia da Geografia, Metodologia Científica, além de Geografia Econômica, Regional e Política, Hartshorne passou a exercer papel de destaque na comunidade científica norte-americana. Entre os anos de 1924 e 1940 ministrou aulas na Universidade de Minnesota, tendo publicado, no ano de 1939, o alentado trabalho *The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past*, o qual foi editado pelos *Annals of the Association of American Geographers* (volume XXIX, números 03 e 04), tendo o mesmo logo se transformado em livro, dado o impacto que provocou, gerando imensa polêmica na esfera acadêmica devido à inovação teórica implementada pela obra.

Em 1938, o professor Richard Hartshorne, então da Universidade de Minnesota, ficou afastado de sua universidade em licença de um ano para estudos de campo na Europa. Ele foi incumbido de realizar estudos minuciosos de certas fronteiras políticas europeias; mas o ano de 1938 não era o mais propício para se examinarem essas fronteiras *in loco*. Em vez disso, Hartshorne passou esse período organizando um relatório sobre o desenvolvimento do pensamento geográfico, graças a leituras feitas em bibliotecas europeias e visitas a numerosos geógrafos europeus. Em 1939, publicou sua obra monumental — *The Nature of Geography*. A revelação das ideias geográficas, da época dos gregos antigos ao presente, é descrita em *The Nature of Geography* de maneira magistral. (JAMES, 1970, p. 10-11).

Durante o período da Segunda Guerra Mundial (1941-1945), Hartshorne atuou junto ao Escritório de Serviços Estratégicos do Estado Unidos, onde desenvolveu pesquisas e análises direcionadas ao campo da Geografia Política. Assim, o autor se tornou referência para os estudos posteriores produzidos nesta área, pois além de coordenar um seleto grupo de pesquisadores responsáveis por arquitetar um plano estratégico de defesa para os Estados Unidos, frente à *Geopolitik* produzida em território alemão e apropriada pelo III *Reich*, também foi capaz de teorizar em torno do aspecto metodológico deste ramo da ciência geográfica. Desse período destaca-se um significativo conjunto de artigo publicado principalmente no *Annals of the Association of American Geographers*, bem como o livro produzido em parceria com Derwent Whittlesey e Charles Colby, intitulado *German Strategy of World Conquest* (1942).

O Escritório de Serviços Estratégicos dos Estados Unidos (*US Office of Strategic Services* – OSS), órgão precursor da Agência Central de Inteligência (CIA), foi inaugurado em 1941, objetivando recolher, analisar e divulgar informações e matéria sobre segurança nacional. Richard Hartshorne ocupava uma função administrativa central, responsável por supervisionar a atribuição, produção, habilitação e distribuição de todos os relatórios de pesquisa. Ao pesquisar e escrever os relatórios, os geógrafos que atuavam no OSS (havia mais geógrafos no OSS do que em qualquer outro órgão do governo dos EUA) interagiam em estreita colaboração com outros cientistas sociais (BARNES, 2011).

O OSS engajou-se na guerra pela aplicação sistemática da ciência social. Não foi o primeiro corpo institucional a fazê-lo, mas até a época era o mais abrangente e organizada. Argumentei que o trabalho de Bruno Latour fornece a base para a compreensão das operações do OSS, bem como o papel dos geógrafos nele. Latour está interessado na mecânica de aquisição e divulgação do conhecimento científico, “ciência em ação”. Embora o contexto seja diferente, OSS visou fundamentalmente a aquisição e divulgação de conhecimento, a inteligência militar em ação. Diante dessa equivalência, o vocabulário e o quadro explicativo de Latour e são bem adequados. Eles fornecem uma compreensão das funções maiores, aparelhos e práticas do OSS, bem como o papel e os problemas que enfrentam grupos específicos de cientistas sociais que lá trabalharam, tal como os geógrafos. (BARNES, 2006, p. 162, tradução nossa).

Posteriormente, Hartshorne transferiu para a Universidade de Wisconsin onde lecionou até aposentar-se em 1970 e dela se tornar professor emérito, tendo sido presidente da Associação Americana de Geógrafos no ano de 1949, da qual recebeu a honraria máxima em 1960. Tornou-se doutor *honoris causa* pela Clark University em 1971, além de ter recebido a *Victoria Medal* por parte da *Royal Geographical Society* (1984), a qual já havia sido concedida a Carl Troll, Carl Sauer, Jean Gottmann, entre outros.

Em 1959, ao publicar a obra *Perspective on the Nature of Geography*, também pelo *Annals of the Association of American Geographers*, Hartshorne realiza uma nova discussão em relação à temática abordada no trabalho de 1939, o que faz com que o seu pensamento passe a ter ainda mais influência sobre a Geografia norte-americana, quanto fora dela. Neste livro o autor executa uma clara exposição das ideias advindas de Kant e Hettner, pensadores que tiveram grande influência sobre a produção hartshorniana, além de buscar uma solução para os graves problemas por ele identificados em relação à teoria e método em Geografia.

Richard Hartshorne faleceu aos 92 anos (05 de novembro de 1992 – *Madison, Wisconsin*) tornando-se um “clássico” da ciência geográfica, tendo contribuído de maneira indispensável para o desenvolvimento da Geografia durante o século XX. Isso

porque, esse autor aparece como uma espécie de consciência mundial dos caminhos espinhosos que a Geografia passou a percorrer a partir do período entre guerras (CLAVAL, 1981; MENDONZA [et al.], 2002; ANDRADE, 1987; e, MORAES, 2003).

5.4 O QUE É A GEOGRAFIA POLÍTICA?

Desde a sua institucionalização como um ramo independente da ciência, a Geografia se viu diante da difícil tarefa de compreender e atuar sobre a produção, organização e diferenciação do espaço. Isso representa uma missão bastante complexa, pois dada a multiplicidade do mundo em que se vive e a diversidade de fatores que para isso concorrem, a diversidade temática que a disciplina tem se proposto discutir é necessariamente ampla. Nesse sentido, surge a moderna concepção de Geografia Política como terminologia e área de conhecimento consolidada nas ciências sociais, a qual data do final do século XIX, com a institucionalização da Geografia e o reconhecimento da Geografia Política como uma subdisciplina formal na Alemanha, a partir dos trabalhos de Friedrich Ratzel (1844-1904).

Entre os temas por ela privilegiados, tem sido recorrente o problema da relação entre a política e o território, componentes essenciais do processo histórico de formação das sociedades. Na realidade, como muitas questões e conflitos de interesses que surgem das relações sociais se materializam em disputas territoriais, as tensões e arranjos que daí surge definem não apenas uma abordagem, mas um campo importante da análise geográfica. Neste sentido, podemos indicar que é na relação entre a política — expressão e modo de controle dos conflitos sociais — e o território — base material e simbólica da sociedade — que se define o campo da geografia política. (CASTRO, 2005, p. 15-16).

O mapa não é a única forma de elo existente entre prática geográfica e prática do poder: a partir de Heródoto, que não relata uma história, mas que empreende um “inquérito” em função dos propósitos do imperialismo ateniense, os geógrafos são quase sempre, consciente ou inconscientemente, agentes de informações. Desde há séculos, eles dão muita atenção àquilo que mais interessa aos chefes de guerra e aos chefes de Estado: a topografia, considerada quer em função de preocupações de tática quer em função de considerações estratégicas (portanto, mapas em diferentes escalas), a repartição da população e a organização administrativa e política do espaço. O próprio termo *região*, constantemente utilizado no discurso geográfico, provém de *regere* (comandar, reger), ou seja, é a região militar; como *província* vem de *vincere*, vencer, são os territórios vencidos etc. Em muitos casos, os geógrafos não se limitaram apenas a reunir informações, mas participaram diretamente da elaboração de uma nova organização política do espaço. Conseqüentemente,

hoje mais do que nunca, não se deve perder de vista esta função militar da Geografia, que é a sua desde o início, e é preciso que se esteja consciente de sua função política (LACOSTE, 1974).

Nesse sentido, pode-se dizer que a Geografia Política representa um campo intrinsecamente dinâmico, cuja natureza e foco dos debates no interior da Geografia moderna mudaram substancialmente ao longo do tempo. Segundo Blacksell (2006), inevitavelmente, as diferentes fases de desenvolvimento desse campo de estudo não se enquadram perfeitamente em pacotes discretos, claramente separados no tempo, mas o Quadro 01 ilustra, em termos gerais, como a sequência de quatro fases se encaixa formando uma progressão lógica.

Quadro 1 - Principais Fases no Desenvolvimento da Geografia Política

	Geografia Política = Geografia Humana
FASE 1 (1900-1930)	Estados como organismos competindo, crescendo e morrendo Terra e Poder em escala global Mapa Político redesenhado após a Primeira Guerra Mundial <i>Geopolitik</i> – Geopolítica Alemã
FASE 2 (1930-1960)	Geografia Política como a Geografia dos Estados-Nação Estados como regiões Infraestrutura física
FASE 3 (1960-1980)	Geografia Política como uma parte (menor) da Geografia Humana Pessoas e Governança Alcançar a justiça social Direitos individuais vs. Responsabilidade Corporativa
FASE 4 (a partir de 1980)	Ressurgimento da Geografia Política Teoria do Sistema Mundo Globalização Reinvenção da Geopolítica

Fonte: Adaptado de BLACKSELL (2006, p. 04).

A produção de Richard Hartshorne inaugura a segunda fase no desenvolvimento da Geografia Política, pois executa uma mudança do foco acadêmico, há uma superação da aplicação simplista de leis e teorias desenvolvidas no âmbito das ciências naturais para fenômenos sociais e políticos. Gradualmente, os temas voltados ao Estado passaram a ser o centro das atenções. Diversos questionamentos emergiram: Quais eram as condições necessárias para a enorme variedade de Estados, com todas as suas formas, tamanhos e geografias, para coexistir sem exercer projetos predatórios sobre outros territórios? Hartshorne (1939) resgata a Geografia Política para o debate mais amplo sobre o regionalismo, que se tornou o discurso dominante na Geografia, como um todo, no segundo terço do século XX, com seu foco em encontrar naturalmente, regiões autossustentáveis em todos os níveis da atividade humana, desde o internacional e nacional para o local.

De acordo com as ideias tecidas por Hartshorne (1960), a Geografia Política é parte integrante da Geografia, com foco na Terra, em contraste à Ciência Política, centrada nas instituições do governo. A Geografia Política tem muitas ramificações, assim como a Ciência Política, mas com foco de interesse diferente. Estudos geográficos da variação das características das áreas da Terra resultante de combinações e interligações de fenômenos de vários tipos, independentemente da origem natural ou humana desses recursos, que variam, em parte, de forma independente, na covariância com outros.

Geografia Política, portanto, pode ser descrita como o estudo da variação dos fenômenos políticos de lugar para lugar em interconexão com as variações de outras características da Terra como a casa do homem. Incluído nestes fenômenos políticos estão recursos produzidos por forças políticas e as ideias políticas que geram as forças. Os dois estão, é claro, intimamente inter-relacionados. Seguindo a analogia com o elo da cadeia, atitudes políticas, vistas ou ideias podem levar, através da comunicação e controvérsia, a decisões. Estimular decisões, ou permitir, certos movimentos de homens, materiais e ideias dentro de uma área mais ou menos definida. O espaço torna-se, assim, um “campo de interação” de forças, para usar um termo da Física. Para o grau em que este domínio da interação que se estende ao longo de uma determinada área da Terra, esta área é definida como uma área política. Uma estrutura de controle das forças políticas, isto é, um governo estabelecido, na medida em que é estabelecida e efetivada, uma área política desorganizada é convertida em uma região política organizada – uma região no sentido original do termo. (HARTSHORNE, 1960, p. 52-53, tradução nossa).

Para Hartshorne (1935), os geógrafos sempre reconheceram o aspecto político de seu domínio, nomeadamente a estrutura política das regiões que estudam. Como um ramo da Geografia definido em termos de “relações”, a Geografia Política é provida com um campo amplo o suficiente para estudo, mas que, inevitavelmente, penetra em campos vizinhos e parece que muitos não possuem qualquer centro adequado de interesse ou material sujeito a estudo. A filosofia principal da Geografia, representada pela corografia, como afirma Hettner, Passarge e outros, inclui um campo mais restrito e mais claramente orientado para o geógrafo político, isto é, o estudo dos domínios dos Estados, com suas características externas e internas, incluindo a descrição, interpretação e apreciação dos fatos presentes na área do Estado.

Geografia Política, como um ramo unitário distinto da Geografia, não deve ser justificada nem em termos de aspectos políticos da Geografia, nem em termos de bases geográficas da política, uma vez que cada um deles constitui um conjunto separado de soluções parciais dos problemas envolvidos. O núcleo da Geografia Política é o estudo de um fenômeno característico na diferenciação total de áreas, ou seja, as seções de área organizadas como unidades políticas. Diferenciação de área é mais importante no que diz respeito a unidades de terra ao nível dos estados-área. (HARTSHORNE, 1950 b, p. 128, tradução nossa).

5.5 A CLASSIFICAÇÃO DE FRONTEIRAS EMPREENDIDA POR HARTSHORNE

Desde a sua origem, o campo de estudo da Geografia Política sempre abordou a temática das fronteiras. Isso porque, sua discussão é imprescindível, dado que estas incorporam uma das mais reconhecidas relações entre o Estado e o território, bem como as relações interestatais. Tanto na fase áurea do Estado-nação territorialmente definido, independente e soberano, quanto atualmente, quando em algumas regiões as forças de integração tornam-se poderosas face às de separação, o estudo sobre o significado das *frontiers* e *boundaries* coloca-se como um dos mais importantes para a Geografia Política.

Os termos *frontiers* (fronteiras) e *boundaries* (limites) têm sido amplamente utilizados, muitas vezes alternadamente, por geógrafos e outros cientistas para descrever as divisões políticas, especialmente a nível nacional (PRESCOTT, 1967). Perante este cenário, é difícil estabelecer uma distinção clara entre os termos.

No período da expansão imperial europeia, durante os séculos XIX e XX, fronteiras era parte comum da linguagem política, representando tanto a divisão política entre dois estados, ou o limite do assentamento permanente. Atualmente, a noção de fronteiras, neste último sentido, acabou desaparecendo sob a onda global de povoamento e desenvolvimento econômico, sendo substituída pelo termo limites, que são mais inequivocamente linhas de demarcação. Embora, ambos os termos sejam usados ainda em geografia, a palavra “limite” é, claramente, termo genérico aceite para descrever as divisões políticas. (BLACKSELL, 2006, p. 144, tradução nossa).

Nesse sentido, pode-se dizer que no período moderno as fronteiras aparecem como as “molduras dos Estados-nações”, de modo que tanto o seu estabelecimento, como eventuais modificações, são manifestações de transformações que estão se processando no interior das sociedades, sem se esquecer, é claro, das relações de vizinhança. Essas últimas, por sua vez, são também bastante elásticas e mutáveis, podendo variar desde uma situação de amizade crescente que tende para a integração, até a indiferença que aos poucos vai se transformando em uma viva hostilidade. Por fim, como o poder de cada Estado nacional varia bastante, pode-se dizer que existe uma vizinhança próxima e outra distante, estabelecendo-se na intermediação entre uma e outra as alianças regionais. É claro que todas essas considerações só podem se concretizar no exame das condições socioeconômicas e políticas que envolvem cada momento histórico determinado. Como se trata de um número muito grande de casos individuais e de situações históricas bastante díspares tem-se que toda tentativa de sistematização, de classificação, implica em distorções mais ou menos aceitáveis, mais ou menos graves, segundo os vários pontos de vista.

A identificação entre “limite” e “fronteira internacional” decorre provavelmente da mobilidade e imprecisão cartográfica que na maior parte do tempo acompanhou o desenvolvimento das sociedades. Mas os Estados modernos necessitam de limites precisos onde possam exercer sua soberania, não sendo suficientes as mais ou menos largas faixas de fronteira. Assim, hoje o “limite” é reconhecido como *linha*, e não pode, portanto ser habitada, ao contrário da “fronteira” que, ocupando uma *faixa* constitui uma zona, muitas vezes bastante povoada onde os habitantes de Estados vizinhos podem desenvolver intenso intercâmbio, em particular sob a forma de contrabando. Dai que para os Estados não é admissível uma “zona neutra”, de limites imprecisos, recomendando-se, inclusive, que não sejam transitórios, mas os mais permanentes possíveis, o que contribui para evitar transtornos à população fronteiriça.

[...]

O limite de um Estado, então, aparece como uma linha puramente imaginária, marcada na superfície terrestre por objetos naturais ou artificiais. Pode-se, portanto, tentar acrescentar outro elemento, ao mesmo tempo distinto tanto do *limite* quanto da *fronteira*: trata-se da *dívisa*, isto é, o aspecto visível do limite. Assim, o *marco*, a *baliza*, aparecerão como pontos fixos, erguidos pelo homem, os quais, alinhavados, expressam o *limite* de jurisdição dos Estados. (MARTIN, 1992, p. 47-48).

Conforme as reflexões de Moodie (1965), o estudo das fronteiras e limites é tido como importante ramo da Geografia Política, em sentido geral, estes termos são sinônimos: “fronteira internacional” significa, muitas vezes, na linguagem dos políticos, historiadores e outros, “limite internacional”. A explicação dessa intercambialidade de terminologia talvez esteja no fato de que comparativamente até bem pouco tempo os limites dos Estados, eram mal definidos, principalmente em virtude da falta de conhecimento pormenorizado do terreno e da ausência de sua exata representação cartográfica. Mas, em virtude do adiantamento dos métodos de investigação e cartografia e com a evolução do Estado em sua forma presente, a grande maioria dos limites acha-se, atualmente, não somente claramente definida como também precisamente demarcada no solo.

A própria natureza do Estado moderno necessita do estabelecimento de limites bem definidos para sua área de soberania e organização. Para todas as suas múltiplas atividades de administração, tributação, defesa, comércio etc., seu território precisa ser claramente limitado, não por áreas fronteiriças, mas por linhas inconfundíveis. Essas linhas são os limites interestatais. Sem elas, o presente sistema de Estados ficaria reduzido ao caos, pois seria impossível saber onde terminaria a soberania de um Estado e onde começaria a do outro.

É aconselhável e conveniente, portanto, restringir-se ao uso dessas duas expressões para evitar confusão de pensamento e de interpretação. As fronteiras relacionam-se com as áreas, enquanto os limites são lineares pela sua natureza. Aquelas podem ser, corretamente, denominadas “naturais” porque fazem parte da superfície da Terra: em muitos casos, assumem a categoria de regiões geográficas na medida em que possuam a característica de individualidade baseada nas respectivas funções como zonas transitórias. Estes são artificiais desde que são selecionados, definidos e demarcados pelo homem, aqui, em conformidade com as características físicas do terreno, ali, em completo descaso por esses fatores geográficos. (MOODIE, 1965, p. 84).

Determinado em firmar a Geografia Política como disciplina científica, dando-lhe um caráter sistemático, Hartshorne em uma gama de artigos (1933, 1935, 1936, 1941, 1950 a, 1950 b, 1960), publicados antes, durante e pós-Segunda Guerra Mundial, traz para o debate acadêmico as suas contribuições de caráter teórico-metodológico, que já haviam sido expostas no célebre trabalho *The Nature of Geography* (1939).

Ao discutir o problema das fronteiras em uma região europeia tão complexa como a Alta Silésia, por exemplo, Hartshorne (1933) chama a atenção para o fato de que, apesar de muitos geógrafos discutirem academicamente o tema das fronteiras, “poucos têm tentado apresentar um estudo teórico sistemático do problema como um todo”. Isso possibilitou a multiplicação de equívocos, como o uso corrente do conceito de “fronteiras naturais”. Fronteiras internacionais fixadas ou em discussão em regiões bastante povoadas, às vezes com etnias e histórias distintas, como é o caso da Alta Silésia, segundo o autor, devem ser concebidas mediante a análise acurada das características peculiares dessas populações fronteiriças.

Hartshorne (1933) foi capaz de propor um método próprio para a solução teórica do problema das fronteiras, baseado na definição e estudo das “associações de todo tipo das diferentes partes da *border área* com cada um dos *bordering states*”.

Mediante esse método, [Hartshorne] recomenda, os geógrafos observariam tais associações nos traços da paisagem, que podem ser de tipos “similar, dissimilar e de interesses mútuos”. Fronteiras rígidas e artificialmente traçadas numa área homogênea em termos de ocupação humana e atividades econômicas, gerando “áreas similares” em ambos os lados, provocam grandes perturbações, diz ele, citando como exemplo o corte ao meio de um mesmo distrito industrial, ou de uma região agrícola que ficou apartada de seu costumeiro mercado. Quanto às populações de origens diversas (alemães, polacos, tchecos e eslavos), o problema é de outra natureza, afirma. Critérios de língua ou raça, observa, nem sempre são fundamentais, pois a tendência, no primeiro, caso, é a da definição de uma língua consensualmente aceita por todos. No segundo caso, enfatiza o autor, a raça é menos importante ainda. (COSTA, 2008, p. 151).

Modernamente, Hartshorne (1933) inovou — em seu estudo sobre o “Corredor Polonês” e a “Alta Silésia” — quando relacionou o drama das nacionalidades às arbitrariedades e artificialismos dos tratados do pós-Primeira Guerra Mundial. O autor se indaga, como nessa região, em que poloneses e germânicos conviveram, até a Primeira Guerra Mundial, durante séculos, definir claramente o critério de nacionalidade para traçar as novas fronteiras? Para o geógrafo norte-americano, a longa convivência definira poloneses e alemães distantes de sua cultura original, até mesmo com costumes e dialetos próprios. Por isso os plebiscitos, mesmo que realizados em condições nem sempre adequadas, são um

elemento definidor importante. Apesar disso, observa, por mais detalhados que sejam os novos traçados, eles sempre serão arbitrários, dadas a “diferenciação” interna das áreas e as múltiplas “associações” entre as diferentes “células” na paisagem. Em regiões como essa, conclui, “difícilmente poderá haver coincidência entre fronteira política e fronteira nacional” (p. 98).

Alta Silésia, para resumir, é uma área de fronteira em que os vários limites geográficos e humanos significativos para os Estados, em vez de convergirem, divergem sobre uma larga zona marginal, que inclui no seu interior um grande distrito industrial de densa população. Os limites políticos, representando compromissos diplomáticos, aumentam a confusão, geograficamente, por negligenciarem na maior parte qualquer limite geográfico, desenvolvendo assim um novo, particularmente, cortado pelo mesmo tipo de paisagem cultural menos adequado para a localização de fronteira. (HARTSHORNE, 1933, p. 223-224, tradução nossa).

Segundo Costa (2008), Hartshorne também examina o papel das fronteiras como elementos de fragmentação de “associações a nível local”. Por mais arbitrários e rígidos que sejam esses limites, os grupos fronteiriços, independentemente de suas nacionalidades, tendem a manter vivos os laços que possuíam com os lugares e a cultura de origem, definindo interações de todo tipo com ambos os lados artificialmente separados. Com isso, observa, áreas urbanas e industriais contínuas, cortadas por linhas divisórias, apresentam um movimento constante de trabalhadores e famílias em geral, que se tornam “estrangeiros” durante a jornada de trabalho do outro lado, sendo constrangidos diariamente às fiscalizações, revistas etc. Além disso, crianças são educadas em duas línguas e famílias são separadas, mas para ele, apesar disso, a força das interações será sempre maior que as fronteiras, salvo quando estas, pela radicalização das tensões, transformem-se definitivamente em barreiras.

Ao analisar a constituição da fronteira franco-alemã de 1871, Hartshorne (1950 a) empreende um trabalho onde a evolução da fronteira é enfocada a partir de uma abordagem histórica, o que segundo Prescott (1967), não foi implementado posteriormente por outros autores ao analisar essa temática. Para Hartshorne (1950 a), três fatores apresentam importância relativa — nacionalidade, estratégia e distribuição de recursos de minério de ferro — no processo de determinação da posição final do limite franco-alemão de 1871. É claramente demonstrado que os diferentes fatores foram primordiais para determinar as diferentes partes da linha, e que a distribuição das reservas de ferro desempenhou um papel menor. Embora Hartshorne estivesse preocupado com um conjunto de negociações de fronteira que ocuparam apenas um curto período, o autor concluiu que esta técnica poderia ser usada para mostrar como os fatores que influenciaram a evolução das fronteiras coloniais

anglo-francesas na África mudaram ao longo de um grande período, envolvendo diversos conjuntos de negociações.

Em suma, na determinação da localização da fronteira franco-alemã de 1871, a preocupação pelo ferro de Lorraine teve importância igual à preocupação dos cemitérios militares. A Alemanha garantiu uma grande parte da área do ferro, principalmente por causa das considerações estratégicas que ditaram a inclusão da cuesta com vista para Moselle, que continha uma parte considerável dos recursos de ferro; teve apenas essa parte e não todo o campo, porque a área restante foi puramente em caráter da França. (HARTSHORNE, 1950 a, p. 250, tradução nossa).

Por fim, cabe destacar que Hartshorne (1936) através do estabelecimento de uma terminologia própria para os limites políticos acabou realizando uma “classificação genética das fronteiras”, propôs uma subdivisão em quatro tipos, a saber: a) *fronteiras antecedentes* (quando antecederam o povoamento, ou melhor, ligam-se a projetos exteriores aos povos autóctones); b) *fronteiras subsequentes* (posteriores ou consequências de um desenvolvimento econômico prévio); c) *fronteiras superípostas* (quando cortam áreas em que há unidade cultural); e, d) *fronteiras consequentes* (estabelecidas em regiões escassamente povoadas, até desabitadas, ou ainda onde barreiras físicas provoquem um “efeito de barreira” às comunicações, mantendo as populações isoladas).

5.6 A PROPOSIÇÃO HARTSHORNIANA PARA ANÁLISE DO ESTADO

O Estado pode ser considerado uma criação recente, termo esse que só ganha sentido e conteúdo durante o Renascimento. A Europa pós-medieval inventou o Estado, sob a forma das monarquias absolutas. Esse novo poder político emergiu baseado em fronteiras geográficas definidas e capitais permanentes, materializadas em cidades, as quais se tornaram sede dos órgãos do Estado. Com as monarquias absolutas, aparecia o Estado territorial. Assim, o surgimento desse tipo de Estado possibilitou a criação das teorias políticas sobre o Estado.

O Estado nacional surgiu da decadência do absolutismo e de sua substituição pelo liberalismo. Essa forma contemporânea do Estado gerou a *soberania nacional*, expressa na eleição de governantes e na limitação do poder executivo por representantes também eleitos. A soberania deslizou do monarca para a nação. O poder despersonificou-se, identificando-se com o povo. O poder divino deu lugar ao consenso popular. O liberalismo surgiu como doutrina política do Estado-Nação. (MAGNOLI, 2004, p. 19).

O mapa político do mundo revela um padrão distributivo de Estados de várias espécies que têm pouca ou nenhuma semelhança com as “regiões naturais” do geógrafo. Um traço característico de todos esses Estados é que, superficialmente, pouco possuem em comum, embora cada um represente os esforços organizados dos seus habitantes para adaptar suas atividades, políticas e outras, às suas condições ambientais, com o resultado de que o leitor de mapas se defronta com um mosaico um tanto confuso. Além disso, a taxa e incidência de modificação variam, no tempo e no espaço. Os Estados têm a qualidade de mutabilidade em grau acentuado.

Conforme as reflexões tecidas por Moodie (1965), o campo do estudo da Geografia Política interessa-se por duas considerações básicas. Em primeiro lugar, e de importância fundamental, é a análise das relações entre a comunidade e o ambiente físico. Como todos os Estados, pela sua natureza como elementos constitutivos da estrutura política mundial, se acham mais ou menos intimamente ligados a outros Estados, essas relações enquadram-se em dois grupos ou aspectos, cuja integração frequentemente põe à prova a capacidade dos responsáveis pela formulação de política.

Toda a superfície da Terra, com sua grande riqueza de ambientes geográficos, é agora partilhada por grande número de Estados, que não obedecem a qualquer tipo claramente definido, mas cada um deles possui três elementos essenciais: território, povo e organizações, que podem ser analisados, descritos e cartografados com exatidão considerável. Mas onde quer que vivam pessoas num território e qualquer que seja o sistema político que possam adotar, suas atividades representam, pelo menos em parte, uma reação às suas condições ambientais que, por sua vez, fixam limites e afetam aquelas atividades humanas que ocorrem dentro do arcação territorial. (MOODIE, 1965, p. 10).

Nesse sentido, todo Estado moderno, portanto, representa um amálgama de três elementos — território, povo e as relações entre eles. Os dois primeiros são de grande variedade, mas o terceiro elemento é de infinita complexidade, não sendo capaz, em parte alguma, de ser reduzido a fórmulas matemáticas, mas possui em toda parte uma qualidade dinâmica e única, visto que essas relações estão sujeitas a incessantes mutações e desenvolvimentos. Nitidamente, o estudo de todos os aspectos desses três elementos está além do âmbito da Geografia Política.

A segunda consideração básica estabelecida por Moodie (1965) em relação à Geografia Política é a de que os Estados estão sujeitos à mutação. Essa suscetibilidade de mudar, de forma alguma, se acha restrita às condições internas do Estado, mas se estende às suas relações externas, e embora o conceito de mudança não seja descoberta recente, não pode

haver dúvida de que o ritmo das atividades dos dias atuais acelerou-se muito no tocante a eras pretéritas.

Esse fundo de “fermento e mudança” não pode ser desprezado pelo geógrafo político porque constitui parte do ambiente em que vivem as pessoas e, como tal, exercerá influência diretiva sobre as formas de Estados e sobre o caráter das relações interestatais. O conhecimento crescente necessariamente não coincide com a sabedoria crescente, mas o maior acesso ao conhecimento pode levar ao desenvolvimento de desejos e exigências que, acelerando a taxa de mudança, poderão modificar as formas e funções dos Estados a um grau além da nossa atual compreensão. (MOODIE, 1965, p. 14).

Todos os Estados, apesar da diversidade existente, são iguais sob um aspecto: fundamentam-se na necessidade de organização política de um tipo ou de outro. Em consequência, o Estado representa os esforços do seu povo para organizar suas atividades, sendo a expressão dessas tentativas no sentido da organização à vista na formulação e aplicação de regulamentos ou leis codificados sob alguma forma constitucional.

Segue-se, portanto, que o Estado não consiste apenas no território, nem no povo que nele vive, sendo uma organização muito mais complexa em que o território, o povo e suas inter-relações estão indissociavelmente fundidos para formar uma entidade que possui uma individualidade, um caráter, distinguindo-se de todos os outros Estados.

Durante a primeira metade do século XX, o *funcionalismo* — vertente teórica que procura explicar aspectos da sociedade em termos de funções realizadas por instituições e suas consequências para a sociedade como um todo — foi extremamente importante em uma série de disciplinas científicas. Segundo Taylor e Wusten (2004, p. 86), o mesmo se aplica a Geografia Política. Em 1950, Richard Hartshorne, figura-chave no desenvolvimento da ciência geográfica, elaborou uma influente agenda de pesquisa para o estudo do Estado sob o prisma da Geografia Política, a qual foi colocada, inteiramente, frente a termos funcionalistas.

O impacto do pensamento hartshorniano perante a Geografia Política data desde o período da Segunda Guerra Mundial, quando ao lado de teóricos como Whittlesey, Gottmann, Sprout e Jones, Hartshorne foi capaz de atribuir um conteúdo mais sistemático e rigoroso a esse campo do conhecimento geográfico. Estes autores tiveram o mérito de alterar o curso da Geografia Política em direção as nações mais científicas e, assim, retirá-la dos caminhos do determinismo e das ambiguidades empreendidos pela *Geopolitik* alemã.

De acordo com a abordagem de Costa (2008, p.141):

A evolução da geografia política desde Ratzel, até meados da década de 1950, demonstra que o período entre as guerras mundiais e os primeiros anos pós-Segunda Guerra foi um dos mais interessantes do ponto de vista do debate teórico no interior desse campo de estudo. Isso porque os conflitos envolveram países que dispunham de tradição em pesquisa geográfica em geral e mesmo em geografia política — casos da Alemanha, França e Estados Unidos. Neles, o aumento da produção nessa área, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, resultou certamente das emulações causadas por esses conflitos. Na Alemanha, com o engajamento explícito de parte de seus geógrafos e da totalidade dos que atuavam em geografia política. Nos Estados Unidos, de menor tradição no setor, geógrafos proeminentes em vários campos dessa ciência envolveram-se com vigor em estudos dos mais variados tipos e qualidades, em sua grande maioria com o estímulo direto ou indireto do governo.

Pode-se dizer que, sobretudo após 1945, surgiram verdadeiramente a conceitualização e a metodologia em Geografia Política, cuja trajetória, até então, como disciplina acadêmica, havia sido essencialmente dominada por grandiosas visões de mundo. Este tipo de abordagem absorveu, durante um grande espaço de tempo, a atenção dos geógrafos, enquanto que as bases sistemáticas essenciais de ramo do saber geográfico permaneciam ignoradas.

Através de seus trabalhos, Hartshorne mostra a determinação de firmar a Geografia Política como disciplina científica, dando-lhe um caráter sistemático. Em inúmeros artigos, publicados antes, durante e pós-Segunda Guerra Mundial, o autor trará para o debate contribuições de caráter teórico-metodológico.

Sanguin (1977) demonstra a importância de Hartshorne a este movimento de renovação da Geografia Política, afirmando que

[...] a partir de ideias sobre os conceitos e métodos da geografia política esboçados em 1935, Hartshorne elabora em 1950 a abordagem funcional em geografia política, cujo tema central é o funcionalismo do Estado. Cada Estado tem diferenças e semelhanças regionais; as diferenças tendem a fragmentar o Estado, enquanto que as semelhanças tendem a fortalecê-lo. Há, portanto, dentro de um Estado, uma contínua oposição entre as forças centrífugas e as forças centrípetas. Se o Estado pode sobreviver a esta oposição é porque ele possui uma razão de ser (“state idea”), um sentido nacional e um núcleo central (“core area”) suficientemente fortes para superar esta posição estrutural e manter sua coesão. Assim, a abordagem funcional permite avaliar a viabilidade do Estado. (SANGUIN, 1977, p. 10-11).

Nesse sentido, pode-se dizer que a abordagem funcional, concebida por Hartshorne, consiste, basicamente, em analisar o funcionamento de um espaço como área política, com sua combinação de agentes de fortalecimento e de enfraquecimento. Segundo Dahlman (2009, p. 95): “No lugar das metáforas orgânicas, Hartshorne adota ideias elaboradas a partir da física, tais como as forças centrípetas e centrífugas para descrever as forças que unem ou afastam Estados”.

Em uma abordagem funcional para a análise da Geografia Política do estado, a primeira metade deve se preocupar com os problemas internos do estado-área (união nacional, diferenças regionais). A segunda parte deve se preocupar com as relações externas do estado-área de outras porções do mundo, se aquelas são também organizadas como estados, controlada por estados de fora, ou desorganizada. Por conveniência, podemos agrupar essas relações como territorial, econômica, política e estratégica. (HARTSHORNE, 1950 b, p. 118-119, tradução nossa).

A síntese do avanço teórico da Geografia Política será feita nos primeiros anos do período pós-guerra, mais precisamente entre os anos de 1950 e 1960, por Hartshorne, cujas ideias representam um ponto de inflexão na evolução teórica e metodológica dessa disciplina nos EUA, bem como em outros países. Suas contribuições abrem novas perspectivas de análise, como assinala Sanguin (1977), menos afetas à tensão entre os Estados e mais voltadas à compreensão de suas “relações de estabilidade” recíprocas e com os seus respectivos territórios. No caso de Hartshorne (1950 b e 1960), o que o motivou a escrever esses ensaios foi justamente o que considerava preocupante para a geografia norte-americana, isto é, “o grande crescimento do interesse dos estudantes universitários pela Geografia Política, ao lado da geralmente péssima qualidade das publicações disponíveis”, segundo a sua avaliação.

É preciso abandonar de vez a abordagem morfológica do estado adotada pela escola alemã desde Ratzel, que reduziu o estado-área à sua dimensão, forma, localização, fronteiras, regiões naturais, culturais etc., o que redundava em uma visão puramente morfológica e estática dele. Em vez disso, é necessário conhecer antes de tudo o funcionamento do estado-área, que determina todos os seus demais níveis, até o da sua própria morfologia. (HARTSHORNE, 1950 b, p. 100, tradução nossa).

De acordo com Costa (2008), para Hartshorne interessa, sobretudo, o estudo das áreas politicamente organizadas dos Estados soberanos, isto é, aquelas estruturadas internamente — províncias, departamentos, condados, cidades. A partir daí, seguindo o *método dedutivo* que ele identifica em Ritter e Humboldt, propõe a determinação de sucessivos “tópicos específicos” de cada Estado individualizado, que “examinados sistematicamente para todos os Estados”, permitirão o estabelecimento de princípios gerais *a posteriori*. Trata-se de inverter o procedimento metodológico do passado, diz ele, em que a dedução *a priori* de princípios acarretou tantos equívocos. Partindo da ideia geográfico-política de Estado enquanto “Estado-área unitário”, Hartshorne concebe-o como organização política que necessariamente interage com as partes do território (as regiões e as unidades político-administrativas) mediante interações de toda ordem, nas quais a participação dos cidadãos e o seu nível de aceitação da instituição estatal são essenciais. É evidente,

argumenta, que o Estado central tende a unificar o mais possível o “Estado-área”, levando as instituições intermediárias e locais a adotarem seus princípios, conceitos e leis como “princípios gerais”, havendo casos, como em situações de ameaça externa, em que essa tendência pode chegar a extremos. Haveria também barreiras internas (físicas, étnicas, culturais etc.) que poderiam favorecer movimentos centrífugos em algumas partes ou, em uma situação oposta, uma morfologia territorial que favoreça movimentos centrípetos e a integração. Nesse sentido, o todo — Estado-área — é um excelente campo de investigações para os geógrafos treinados no estudo das diferenciações inter-regionais.

Essa é a ideia básica de Hartshorne sobre a unidade estatal: o seu objeto de estudo, o “Estado-área”, é um fenômeno político-geográfico que se expressa nas interações entre as políticas centrais e a diversidade de suas partes constitutivas. A partir desse conceito-chave, trata-se, em sua visão, de investigar o modo pelo qual funciona esse conjunto, obtendo-se assim tipos de associações, diferenciações e, em última instância, tendências gerais. (COSTA, 2008, p. 158).

Consequentemente, pode-se concluir que o racional, cientificamente confiável e realista nessa abordagem de estudo dos Estados-área é começar com os fenômenos que estão mais preocupados — as funções do Estado-área — em determinar como esses são afetados pelo caráter da própria área, sua estrutura e conteúdo, e utilizar fatos históricos da gênese, na medida em que auxilia a compreensão das características estruturais, previamente determinadas como sendo significativas (HARTSHORNE, 1950 b).

Por fim, a Geografia Política que ressurgiu com vigor nos anos de 1950 é quase toda anglo-saxônica e praticamente restrita aos Estados Unidos. Liderados por Hartshorne, Bowman e Whittlesey, os norte-americanos fundaram sua própria “escola” nessa área, praticamente dominando o setor até o final dos anos de 1970. A influência hartshorniana é notória em praticamente todos os autores desse período, como se estivessem respondendo aos apelos do mais prestigiado geógrafo do país, para que se firmasse ali uma Geografia Política verdadeiramente científica e independente da política dos Estados.

5.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das temáticas enfocadas durante o texto torna-se possível inferir que Richard Hartshorne ocupa um papel de destaque no *hall* dos autores responsáveis por significativas transformações no campo de análise da Geografia Política. Isso porque, este foi

capaz de realizar algo inédito até então, produzir estudos de cunho teórico-metodológico nesse ramo da ciência geográfica.

Hartshorne é responsável por realizar uma recuperação científica da Geografia Política, superando o “obscuro passado” dessa área de forma inequívoca, incorporando somente o que de mais científico havia sido produzido até então. Além da contribuição no plano do método, há também outro grande mérito nos estudos hartshornianos: o de reconhecer a natureza social e política do Estado.

O Estado consiste em uma criação artificial até o ponto em que representa os esforços dos seus habitantes para desenvolver uma estrutura em cujo âmbito suas atividades, tanto internas como externas, podem ser organizadas e regulamentadas a fim de acarretar o máximo de benefícios para a comunidade. É uma entidade política, nitidamente definida, mesmo que arbitrariamente, e coincidente com um território.

Portanto, a unidade de área do geógrafo político é o Estado, que é mais ou menos artificial até o ponto em que é o produto dos esforços conscientes dos seus habitantes para criarem uma entidade política que possa ser inteiramente diversa da região geográfica. Para Moodie (1965, p. 15), “o geógrafo político preocupa-se com a observação, registro e análise das mudanças que já ocorreram, bem como com as que se acham em curso no momento atual”.

Em relação às fronteiras, cabe destacar que estas representam um dos temas que, desde os primeiros estudos, sempre ocupou papel de destaque no campo da Geografia Política. Segundo Taylor (1985) *apud* Blacksell (2006, p. 144): “Fronteiras e limites são, provavelmente, o tema mais popular em Geografia Política” (tradução nossa).

A diferenciação no significado das palavras “fronteira” e “limite” auxilia no esclarecimento de muitas das dificuldades ligadas à relação que surge da justaposição dos Estados. De acordo com Moodie (1965, p. 85), “sempre existiram as fronteiras e somente quando tentam definir as regiões é que os geógrafos entram no pleno conhecimento dos problemas decorrentes de sua existência”. Sempre possuíram extensão espacial, sempre ocuparam partes da superfície do globo, mas em virtude de sua natureza transitória vêm exigindo definições corretas.

Por conseguinte, através de uma proposta explicitamente teórico-metodológica, Richard Hartshorne realiza uma renovação considerável do pensamento político-geográfico que se desenvolvera até a sua época. Suas análises e teorias sobre as fronteiras e o Estado, bem como a defesa do estabelecimento de um método, objetivam

recuperar e introduzir parâmetros de investigação científica universalmente aceitos, o que poderia livrar a Geografia Política das muitas “armadilhas” do passado.

Para Hartshorne (1935), faz-se necessário uma separação entre a Geografia e a Política, para que dessa forma estabeleça-se uma ciência geográfica neutra e pragmática, sem contaminações político-ideológicas.

A função do aprendizado científico é estabelecer o conhecimento sobre bases sólidas em que o argumento desaparece, e a aceitação torna-se relativamente duradoura. Esse é um longo e duro caminho que podemos realizar com o tempo. Devemos começar pelos fundamentos; lançar as bases para uma sólida estrutura do conhecimento, com base no qual se pode esperar um dia chegar a aplicações valiosas na solução dos problemas reais. (HARTSHORNE, 1950 b, p. 104, tradução nossa).

5.8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, Ciência da Sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

AZEVEDO, Aroldo de. A Geografia a Serviço da Política. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, n. 21, 1955. p. 42-68.

BARNES, Trevor J. From Region to Space. In: AGNEW, John; DUCAN, James. **Human Geography**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011. p. 146-160.

_____. Geographical Intelligence: American geographers and research and analysis in the Office of Strategic Services 1941-1945. **Journal of Historical Geography**, v. 32, n. 1, 2006. p. 149-168.

BLACKSELL, Mark. **Political Geography**. London/New York: Routledge, 2006.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CLAVAL, Paul. **Evolución de la Geografía Humana**. 2. ed. Barcelona: Oikos-Tau, 1981.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**: discursos sobre o território e o poder. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

DAHLMAN, Carl T. Geopolitics. In: GALLAHER, Carolyn [et. al]. **Key Concepts in Political Geography**. London: SAGE, 2009. p. 87-98.

FONT, Joan Nogue; RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, Identidade e Globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

GLASSNER, Martin Ira; FAHRER, Chuck. **Political Geography**. 3. ed. Nova Jersey: Wiley, 2004.

HARTSHORNE, Richard. Geographic and Political Boundaries in Upper Silesia. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 23, n. 4, 1933. p. 195-228.

_____. Political Geography in the Modern World. **The Journal of Conflict Resolution**, v. 4, n. 1, 1960. p. 52-66.

_____. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec / Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

_____. Recent Developments in Political Geography I and II. **The American Political Science Review**, v. 29, n. 5 e 6, 1935. p. 785-966.

_____. Suggestions on the Terminology of Political Boundaries. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 26, n. 1, 1936. p. 56-57.

_____. The Franco-German Boundary of 1871. **World Politics**, v. 2, n. 2, 1950 a. p. 209-250.

_____. The Functional Approach in Political Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 40, n. 2, 1950 b. p. 95-130.

_____. The Politico-Geographic Pattern of the World. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 218, 1941. p. 45-57.

_____. The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 29, n. 3 e 4, 1939. p. 173-658.

JAMES, Preston E. Continuidade e Mudança do Pensamento Geográfico Americano. In: COHEN, Saul B. [et. al]. **Geografia Humana nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Fórum, 1970. p. 04-15.

LACOSTE, Yves. A Geografia. In: CHÂTELET, François (Org.). **História da Filosofia: ideias, doutrinas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. v. 7.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1992.

MARTIN, Geoffrey J. In Memoriam: Richard Hartshorne, 1899-1992. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 84, n. 3, 1994. p. 480-492.

MENDOZA, Josefina Gómez; JIMÉNEZ, Julio Muñoz; CANTERO, Nicolás Ortega. **El Pensamiento Geográfico: estudio interpretativo y antología de textos**. 2. ed. Madrid: Alianza, 2002.

MOODIE, Arthur E. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 19. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

PRESCOTT, John Robert Victor. **The Geography of Frontiers and Boundaries**. London: Hutchinson University Library, 1967.

SANGUIN, André-Louis. A Evolução e a Renovação da Geografia Política. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 252, 1977. p. 05-35.

TAYLOR, Peter J.; WUSTEN, Herman van der. Political Geography: spaces between war and peace. In: BENKO, Georges; STROHMAYER, Ulf. **Human Geography**. London: Hodder, 2004. p. 83-104.

UNWIN, Tim. **El Lugar de la Geografía**. Madrid: Cátedra, 1995.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos assuntos abordados no transcorrer da pesquisa torna-se possível inferir que todo grupo tem a tendência de dotar-se de uma história: ela prova sua existência, lhe confere uma identidade e dá um sentido à ação que ele conduz. Esta história toma a forma de um discurso, de um grande relato, de uma narração. Os coletivos de pesquisadores são semelhante aos outros: eles têm a necessidade de ressaltar o significado dos trabalhos que levam à cabo.

Ao desenvolver o presente trabalho sobre sob a ótica da História da Ciência buscou-se compreender a concepção científica hatshorniana em seu contexto, procurando deixar de lado aquilo que hoje é aceito como Geografia, sem julgar as ideias do autor como antigas, simplesmente por divergirem das noções contemporâneas. Esta ideia é corroborada pelo fato de que para Martins (1993):

Qualquer descrição histórica carrega consigo, consciente ou inconscientemente, uma visão sobre a natureza e a importância dos fatos históricos.

[...]

Tratar dos temas de História da Ciência é muito mais do que citar nomes e datas. É um trabalho complexo, de esclarecer em profundidade os múltiplos aspectos e inter-relações de cada episódio com seu contexto mais amplo. Apenas sob essa forma, a História da Ciência — ou qualquer outra História — pode ser realmente útil. (MARTINS, 1993, p. 78).

Richard Hartshorne ocupa um papel de destaque no *hall* de pensadores responsáveis por significativas mudanças teórico-metodológicas na Geografia. Isso porque, este foi capaz de realizar algo inédito até então, ou seja, desenvolver uma sistematização de significativa parcela das teorias produzidas pelos autores “clássicos” desse ramo do saber científico.

Nesse sentido, pode-se dizer que a produção acadêmica de Hartshorne atende diretamente a noção estabelecida por Claval (2013) de que para se desenvolver vigorosamente, as ciências têm necessidade de analisar seu passado e de compreender as dinâmicas que estão ainda em aberto. Isso dá uma noção da contribuição de cada um no movimento de conjunto; isso evita o desenvolvimento de ideologias científicas, que podem ser esterilizantes.

Para alcançar tais resultados, convém passar da memorização espontânea, geralmente oral, a uma abordagem organizada e crítica. Compreende-se rapidamente que o resultado aos quais conduzem as reconstituições depende do período e do campo de estudos: é impossível escrever uma história da geografia que estabeleça uma verdade universal. (CLAVAL, 2013, p. 14).

Sob a influência direta do pensamento de Immanuel Kant e Alfred Hettner, Hartshorne desenvolve seus estudos, os quais tiveram grande impacto sobre a Geografia produzida em âmbito internacional durante grande parte do século XX. Além, de realizar a difusão do neokantismo às correntes posteriores da história do pensamento geográfico.

Essa atitude em face dos trabalhos de nossos predecessores induz ao respeito pelo nosso campo de estudos, e dá origem a um saudável sentimento de modéstia, que não há de ser interpretado como o culto ao passado. Deve essa atitude, igualmente, permitir-nos reconhecer os erros lógicos da nossa herança em matéria de pensamento geográfico, e determinar em que setores sua estrutura conceitual precisa ser retificada ou revigorada. (HARTSHORNE, 1978, p. 10).

Hartshorne vem da tradição geográfica norte-americana, que recebe influência direta tanto da Escola Francesa quanto da Escola Alemã de Geografia. Em um país onde a Escola de Berkeley (Califórnia) e a Escola do Meio-Oeste (Chicago) influenciaram desde o começo essa tradição, este teórico foi capaz de trilhar caminhos próprios, aparecendo, por vezes, como figura solitária na busca da elucidação dos rumos da Geografia nos Estados Unidos.

Como observado por Hettner, “a Geografia é uma ciência alemã”. Se “outras geografias” surgiram depois de 1945, sua ascensão não contestou a legitimidade da análise historiográfica de Hartshorne da Geografia Alemã. E se a direção da empresa geográfica mudou durante a década de 1950, essas mudanças não invalidam o seu trabalho pioneiro publicado em 1939, o qual reconhece que a Geografia era um sujeito em evolução, que estava continuamente em um processo do devir.

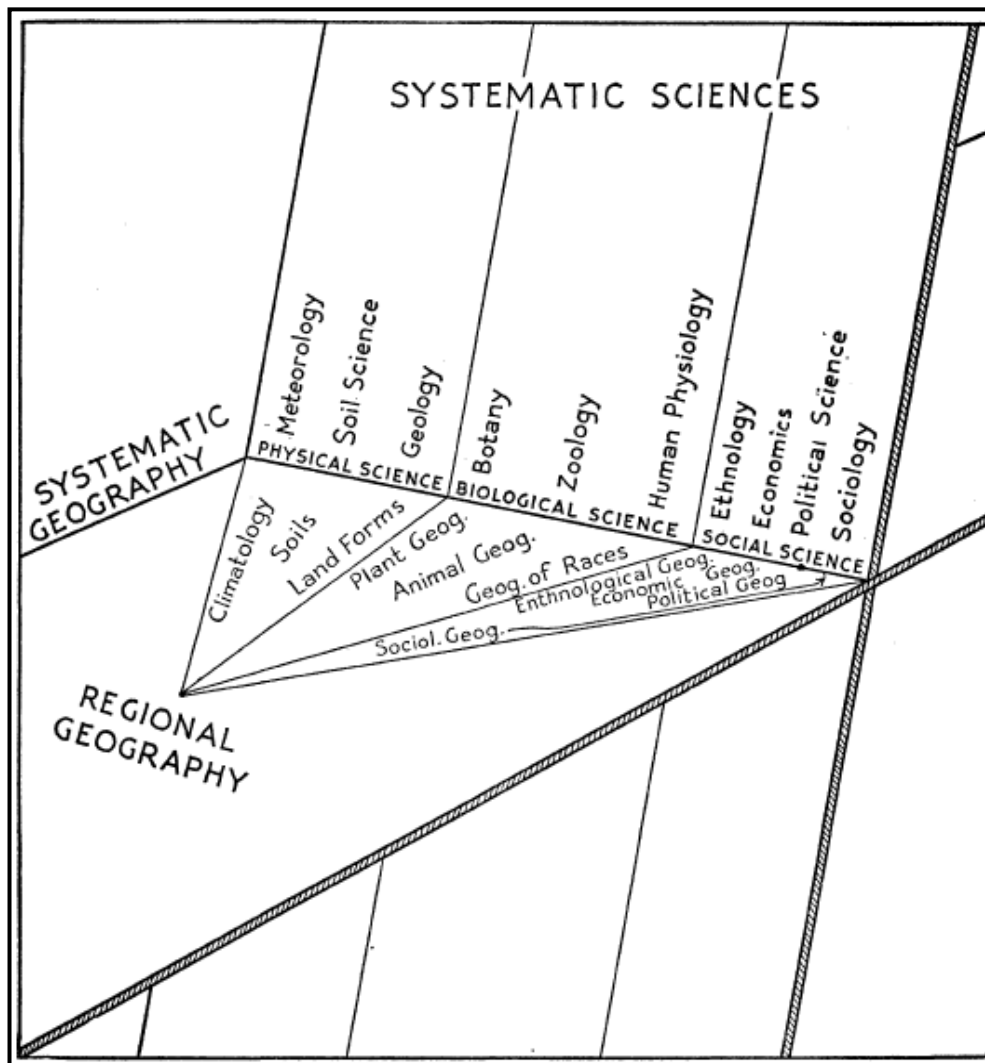
Ao desenvolver suas reflexões sobre a natureza da Geografia como ciência, Hartshorne torna-se o teorizador mais importante da Escola Clássica Norte-Americana de Geografia, sendo que sua produção acadêmica encontrou repercussão, dado o seu caráter amplo e explicitamente metodológico. Este foi responsável por realizar uma modernização no arcabouço teórico da Geografia Clássica, sendo capaz de manter a essência da busca de um conhecimento unitário.

A publicação de *The Nature of Geography*, em 1939, transformou o debate teórico-metodológico até então desenvolvido no âmbito da Geografia. Esse trabalho seminal nasceu da frustração de Hartshorne diante do que considerava uma falta de compreensão, acordo ou harmonia entre os geógrafos americanos em relação à natureza da Geografia, tendo se transforma em um clássico da literatura geográfica.

Segundo Unwin (1995, p. 147), o principal interesse de Hartshorne era examinar a posição da Geografia entre todas as ciências. Através de suas análises da literatura alemã e com seus próprios argumentos, o teórico tratou de resolver uma tensão fundamental na ciência geográfica entre a perspectiva espacial que “vê conjuntamente” os fenômenos heterogêneos que formam um lugar ou uma região, e os requisitos lógicos da formação científica de conceitos.

Hartshorne (1939) alega que como a Geografia, em particular, deve examinar os fenômenos dentro da complexidade real em que se encontra, é impossível separar, na prática, os fenômenos naturais dos humanos. O autor resistia fortemente a ver a Geografia como uma “ponte” entre as ciências naturais e as sociais, defendendo que esta devia ser contemplada “como um campo contínuo com pontos de intersecção com todas as ciências sistemáticas que estudavam o mundo” (p. 369) (Figura 01).

Figura 2 - Diagrama Ilustrando a Relação da Geografia com as Ciências Sistemáticas.



Fonte: HARTSHORNE (1939, p. 147).

Em resumo, Hartshorne (1939) sugere, em palavras que evocam a Kant, que

A geografia, como a história, não deve diferenciar-se dos demais ramos da ciência em função dos objetos ou fenômenos estudados, mas das funções fundamentais. Se estas funções fundamentais das ciências sistemáticas podem ser descritas como análises e sínteses de classes concretas de fenômenos, as das ciências corológicas e históricas poderiam ser descritas como análises e sínteses da integração real dos fenômenos em seções do espaço e tempo. (HARTSHORNE, 1939, p. 373, tradução nossa).

Hartshorne (1939) acentua o caráter corológico da Geografia, isto é, ciência que se dedica ao estudo da diferenciação espacial da superfície da Terra, das suas diferenças regionais e da associação de fenômenos diversos em um espaço concreto.

A Geografia é, ao mesmo tempo, uma ciência da natureza e da sociedade. Hartshorne (1978) afirma que a Geografia deve procurar compreender como os fenômenos se combinam em uma área da superfície terrestre. Seguindo o pensamento de Hettner, considera que não há um grupo de fenômenos particulares à Geografia, pois interessam a esta ciência todos os fenômenos que apresentam uma dimensão espacial.

A exploração histórica empreendida por Hartshorne demonstrou que, para a maioria dos geógrafos até então deterministas, e também para muito dos estudiosos posteriores, a Geografia se diferencia da maioria das demais disciplinas pelo fato de que consistia sobretudo em uma ciência-método. Foi na obra de Hettner onde Hartshorne encontrou as mais enérgicas formulações desta ideia para a sua época.

A Geografia pode ser considerada como uma ciência da diferenciação regional da superfície terrestre. Hartshorne subscreve o juízo de Hettner, além de destacar que seu valor fundamental mereceu ser expresso, independentemente, por um grande número de filósofos e investigadores. Assegura que este foi formulado pela primeira vez por Kant, o que confirma seu prestígio filosófico, embora os cursos de Geografia ministrado pelo filósofo de Königsberg só foram publicados muito tardiamente e seu interesse aparece bastante restrito, excetuando-se alguns parágrafos dedicados ao lugar ocupado pela Geografia na classificação das ciências.

Hartshorne (1978) preconiza que a Geografia se constitui em uma disciplina que procura descrever e interpretar o caráter variável da Terra, de lugar a lugar, como o mundo do homem. Esta descrição científica deve incluir tanto o que se sabe, quanto o que pode ser inferido, quer dos fenômenos, quer das relações de processos e associações de fenômenos.

A noção de Geografia como “a ciência da diferenciação de áreas” decorre da síntese, efetuada por Richthofen, dos pontos de vista de Humboldt e Ritter, e foi exposta da maneira mais completa nos escritos de Hettner. Quer na forma que lhe deu Hettner, quer através de variações de menor importância, foi adotada por uma significativa parcela dos geógrafos alemães do século XX. (HARTSHORNE, 1978, p. 13).

Para o autor, no estudo das regiões não é possível analisar todos os fenômenos que nelas surgem inter-relacionados, sendo, assim, necessário ao geógrafo proceder à seleção daqueles que dão caráter a essa região. Além disso, é preciso definir unidades mínimas de estudo e delimitar áreas da superfície terrestre, as quais formariam o mosaico de uma região. As regiões relacionar-se-iam entre si, formando áreas maiores, até constituírem “a única área unitária: o mundo”.

Assumindo explicitamente os fundamentos epistemológicos definidores da concepção hettneriana, Hartshorne afirma que a geografia — “ciência corográfica” — “trata de considerar, não tipos particulares de objetos e fenômenos da realidade, mas sim verdadeiras seções da realidade”: “enquanto os estudos históricos consideram seções temporais da realidade, os estudos corográficos consideram seções espaciais; a geografia, em particular, estuda as seções espaciais da superfície da Terra, do mundo”. A geografia assim definida é, como a história, uma ciência totalizadora — “o geógrafo ideal completo [...] deveria saber tudo acerca de cada ciência que tenha a ver com o mundo, tanto da natureza como do homem” e, por isso, é necessário “que a geografia considere não só os recursos e as relações que podem ser expressos em conceitos genéricos, sem um grande número de recursos e relações que são, por essência, únicos”. (MENDOZA [et. al], 2002, p. 83, tradução nossa).

De acordo com o geógrafo norte-americano (1939), todo o saber geográfico deve dirigir-se em direção a “um conhecimento completo da diferenciação de áreas da Terra” de forma que a perspectiva corológica continue sendo a que delimita específica e exclusivamente o horizonte epistemológico desse saber. A Geografia sistemática deve limitar-se, na opinião do teórico, a estudar cada elemento ou complexo de elementos “em função de sua relação com a diferenciação total de áreas”: por isso não deve abordar “o estudo completo” dos fenômenos particulares — trabalho reservado à “ciência sistemática correspondente” —, mas sim estudá-los atendendo unicamente a “sua significação geográfica” — que remete a certa “expressão territorial” que não se manifesta necessariamente “em termos de extensão física sobre o espaço” — ou, dito em outros termos, a “suas próprias conexões regionais” e nas “relações de suas variações com outros recursos que determinam o caráter das áreas ou regiões”.

No âmbito do conhecimento geográfico, a Geografia Regional — que deve utilizar continuamente, consumando-se assim a dupla relação entre geografia geral e geografia regional proposta por Hartshorne (1939), “os conceitos e princípios gerais que

procedem da geografia sistemática” — permite integrar “todo o conhecimento das inter-relações de todas as configurações em determinados lugares”, conduzindo assim a uma verdadeira “geografia total desses lugares”. Por tanto, é na Geografia Regional onde se expressa mais claramente “o objetivo último da geografia”, e a geografia geral ou sistemática só pode “alcançar o objetivo da geografia e não desaparecer, absorvida pelas outras ciências”, na medida em que mantenha “constantemente sua relação com a geografia regional”.

Nas palavras de Hartshorne (1939), a Geografia consistia na análise e a síntese dos fenômenos no espaço. A tarefa dessa ciência era estudar “o mundo, tratando de descrever e interpretar as diferenças existentes entre as suas partes, contempladas globalmente em um momento determinado, em geral no presente” (p. 460).

Desse modo, a Geografia consiste em

[...] uma ciência que interpreta as realidades da diferenciação de áreas do mundo, tais como elas são encontradas, não somente em termos das diferenças de certos elementos de lugar para lugar, mas também em termos da combinação total dos fenômenos em cada lugar, diferente daquelas que se verificam em cada um dos outros lugares. (HARTSHORNE, 1939, p. 462, tradução nossa).

Segundo reflexões de Gomes (2003, p. 239), é preciso notar que Hartshorne pretende buscar as justificativas de uma Geografia Moderna nas origens dessa disciplina. Isso quer dizer que o melhor caminho para a Geografia atual é ditado pelo reconhecimento crítico de sua evolução. Dessa forma, a natureza da Geografia se exprime sobretudo a partir de sua história. O ponto de partida da análise de Hartshorne é a valorização das tradições que formam a Geografia Clássica. Ao mesmo tempo trata-se de uma análise crítica, a luz de um método moderno, capaz, segundo ele, de afastar as preocupações secundárias do objeto fundamental da pesquisa geográfica: a diferenciação regional. Por esta via, Hartshorne almejava produzir a transição entre um saber clássico e uma Geografia Moderna.

Entretanto, a obra de Hartshorne não ficou incólume às críticas, principalmente advindas de Fred Schaefer (1953), para quem a Geografia deveria romper com os particularismos e se voltar para a formulação de leis gerais sobre a distribuição de determinados fenômenos/características ao longo da superfície terrestre. De acordo com Lencioni (2003), esta preocupação com a formulação de leis gerais na Geografia resultou no desenvolvimento de um aporte teórico-metodológico totalmente novo, ocasionando o desenvolvimento de uma corrente de pensamento geográfico denominada de Nova Geografia (*New Geography*), também conhecida como Geografia Teórica ou Pragmática, a qual abriu novos horizontes às pesquisas geográficas.

A Geografia é um campo cuja matéria inclui a maior complexidade de fenômenos, e, ao mesmo tempo, preocupa-se, mais do que a maior parte dos outros, com estudos de casos individuais — dos inumeráveis lugares do mundo e do caso ímpar do próprio mundo. Por essas duas razões, a Geografia é menos capaz do que muitos outros domínios de elaborar e empregar leis científicas. Mas, não obstante isso, a exemplo de todos os outros domínios, preocupa-se em elaborar essas leis, na medida do possível. (HARTSHORNE, 1978, p. 22).

Conforme as reflexões empreendidas por Unwin (1995, p. 149), apesar das críticas sofridas, a produção acadêmica hartshorniana forneceu a visão padrão e geralmente aceita na disciplina até a década de 1950. Isso se deve em parte ao fato de que unificou muito do que já era aceito como prática corrente da Geografia nas universidades norte-americanas; e, em parte, puramente pela sua amplitude, pois poucos geógrafos foram capazes de captar toda a complexidade de seus argumentos. De fato, muito da obra de Hartshorne foi empregada como símbolo da alegação da Geografia com ciência corológica, mas servindo de base para exames e interpretações críticas.

Para Hartshorne (1978, p. 22), inúmeras incompreensões podem ser evitadas caso se enuncie simplesmente que a “Geografia tem por objeto proporcionar a descrição e a interpretação, de maneira precisa, ordenada e racional, do caráter variável da superfície da Terra”.

Vale lembrar que de acordo com Hartshorne (1978), o que a Geografia mais necessita é elaborar novos critérios conceituais e meios mais eficientes para medir as relações que existem entre os fenômenos. Isso não será conseguido através de uma reformulação da maneira como se desenvolveu a Geografia, e também não resultará de qualquer tentativa no sentido de transformar o caráter essencial dessa disciplina.

A determinação da natureza, do âmbito e dos propósitos da Geografia constitui primordialmente um problema de pesquisa de caráter empírico. Na qualidade de campo de estudos estabelecido e de longo desenvolvimento histórico, e possuindo uma rica literatura tanto metodológica, quanto substantiva, a Geografia é o que os geógrafos dela fizeram. De modo geral, é provável que esse seu caráter só se modifique lentamente. (HARTSHORNE, 1978, p. 08).

Cabe destacar que a produção acadêmica hartshorniana não se limitou apenas a realizar análises em torno dos problemas epistemológicos e metodológicos da Geografia. Esta também abarcou diversas outras áreas do conhecimento geográfico, principalmente através de publicações em periódicos científicos norte-americanos, onde teve a oportunidade de desenvolver estudos voltados à Geografia Regional, Geografia Política, Geografia Econômica, Geografia da População, Geografia Agrícola, entre outras.

No campo da Geografia Política, Hartshorne foi responsável por realizar uma recuperação científica, superando o “obscuro passado” — legado da *Geopolitik* alemã — dessa área de forma inequívoca, incorporando somente o que de mais científico havia sido produzido até então. Além da contribuição no plano do método, há também outro grande mérito nos estudos hartshornianos: o de reconhecer a natureza social e política do Estado.

Suas análises e teorias sobre as fronteiras e o Estado, bem como sua defesa do estabelecimento de um método, objetivam recuperar e introduzir parâmetros de investigação científica universalmente aceitos, o que poderia livrar a Geografia Política das muitas “armadilhas” do passado. Assim, por meio de uma proposta explicitamente teórico-metodológica, Hartshorne renova consideravelmente o pensamento em Geografia Política vigente até então.

A produção desse teórico inaugura uma segunda fase no desenvolvimento da Geografia Política, pois executa uma mudança do foco acadêmico, superando a aplicação simplista de leis e teorias desenvolvidas no âmbito das ciências naturais para fenômenos sociais e políticos. Gradualmente, os temas voltados ao Estado passaram a ser o centro das atenções.

Para Hartshorne (1935), faz-se necessário uma separação entre a Geografia e a Política, para que dessa forma se estabeleça uma ciência geográfica neutra e pragmática, sem contaminações político-ideológicas. Cabe à Geografia proceder a análise racional da realidade, organizando categorias gerais e tipologias funcionais explicativas.

Por conseguinte, ao se alvitrar o presente estudo buscou-se uma maior análise e difusão das concepções preconizadas por Hartshorne, o qual representa o mais importante geógrafo norte-americano do século XX. Sua contribuição à Geografia não ficou restrita a seu período histórico, pois foi capaz de influenciar as correntes posteriores da ciência geográfica, sendo o mesmo ainda muito digno de discussões e controvérsias. Este trabalho, porém, não objetiva esgotar o tema, mas sim propiciar novos debates.

A afirmação de Martin (1994, p. 490-491) sintetiza claramente Richard Hartshorne, “uma figura calma e despretensiosa, que ocupou um lugar dominante na geografia americana por mais de meio século. Ele era pensativo, introspectivo, e não precipitada julgamento”. Primando sempre pela excelência do conhecimento, a contribuição de Hartshorne é parte indispensável da Geografia no século XX.

REFERENCIAS

- ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. **O Que é História da Ciência?** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, Ciência da Sociedade:** uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.
- _____. **Uma Geografia para o Século XXI.** 4. ed. Campinas: Papirus, 2002.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando:** introdução à filosofia. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- AZEVEDO, Aroldo de. A Geografia a Serviço da Política. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo: AGB, n. 21, 1955. p. 42-68.
- BARNES, Trevor J. From Region to Space. In: AGNEW, John; DUCAN, James. **Human Geography.** Oxford: Wiley-Blackwell, 2011. p. 146-160.
- _____. Geographical Intelligence: American geographers and research and analysis in the Office of Strategic Services 1941-1945. **Journal of Historical Geography**, v. 32, n. 1, 2006. p. 149-168.
- BECKER, Bertha. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro: IBGE, ano 50, número especial, tomo 2. p. 99-125.
- BEZZI, Meri Lourdes. **Região:** uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2004.
- BLACKSELL, Mark. **Political Geography.** Londres/Nova York: Routledge, 2006.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política:** território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- _____; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (Org.). **Geografia:** conceitos e temas. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CAPEL, Horacio. **Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea:** una introducion a la Geografía. 2. ed. Barcelona: Barcanova, 1983.
- _____. **Geografia Contemporânea:** ciência e filosofia. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2010.
- CARVALHO, Marcos Bernardino de. Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação? **Terra Livre.** São Paulo: AGB, n. 13, 1997. p. 42-60.
- CAYGILL, Howard. **Dicionário Kant.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: DIFEL, 1982.

CLAVAL, Paul. Como Construir a História da Geografia? **Revista Terra Brasilis** (Nova Série), São Paulo, v. 2, p. 02-18, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/637>>. Acesso em: 09 nov. 2013.

_____. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

_____. **Evolución de la Geografía Humana**. 2. ed. Barcelona: Oikos-Tau, 1981.

_____. **História da Geografia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Algumas Considerações sobre Análise Regional. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997, ano 49, n. 4. 54p.

_____. **Região e Organização Espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

_____. **Trajetórias Geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Regional-Global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**: discursos sobre o território e o poder. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CRAMPE-CASNABET, Michele. **Kant**: uma revolução filosófica. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

DAHLMAN, Carl T. Geopolitics. In: GALLAHER, Carolyn [et. al]. **Key Concepts in Political Geography**. London: SAGE, 2009. p. 87-98.

DEFARGES, Philippe Moreau. **Introdução à Geopolítica**. Lisboa: Gradiva, 2003.

DRESCH, Jean [et al.]. **Reflexões sobre a Geografia**. São Paulo: AGB, 1980.

DIAS, Elizabeth Hofstetter. **A Natureza da Geografia e seus Métodos em Alfred Hettner**. 92 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

DICKEN, Samuel N.; HARTSHORNE, Richard. A Classification of the Agricultural Regions of Europe and North America on a Uniform Statistical Basis. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 25, n. 2, 1935. p. 99-120.

DUTRA-GOMES, Rodrigo. **Geografia e Complexidade**: das diferenciações de áreas à nova cognição do sistema Terra-Mundo. 258 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

EAST, William Gordon; WOOLDRIDGE, Sidney William. **Espírito e Propósitos da Geografia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do Discurso Geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERREIRA, Conceição Coelho. **A Evolução do Pensamento Geográfico**. Lisboa: Gradiva, 1992.

FERREIRA, Juliana Mesquita Hidalgo; MARTINS, André Ferrer Pinto Martins. **História da Ciência – o que é?** Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

FONT, Joan Nogue; RUI, Joan Vicente. **Geopolítica, Identidade e Globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Microfísica do Poder**. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; LACOSTE, Yves; KAYSER, Bernard. **A Geografia Ativa**. 5. ed. São Paulo: DIFEL, 1980.

GEORGE, Pierre. **Os Métodos da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1972.

_____. **Sociologia e Geografia**. São Paulo: Forense, 1969.

GLASSNER, Martin Ira; FAHRER, Chuck. **Political Geography**. 3. ed. Nova Jersey: Wiley, 2004.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de (Org.). **História do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GOULD, Peter. On Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 81, n. 2, 1991. p. 328-334.

GREGORY, Derek. et al. (Org.). **The Dictionary of the Human Geography**. 5. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

HARTSHORNE, Richard. The Significance of Lake Transportation to the Grain Traffic of Chicago. **Economic Geography**, v. 2, n. 2, 1926. p. 274-291.

_____. Location as a Factor in Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 17, n. 2, 1927. p. 92-99.

_____. Location Factors in the Iron and Steel Industry. **Economic Geography**, v. 4, n. 3, 1928. p. 241-252.

_____. The Twin City District: A Unique Form of Urban Landscape. **Geographical Review**, v. 22, n. 3, 1932. p. 431-442.

_____. Geographic and Political Boundaries in Upper Silesia. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 23, n. 4, 1933. p. 195-228.

_____. The Upper Silesian Industrial District. **Geographical Review**, v. 24, n. 3, 1934. p. 423-438.

_____. A New Map of the Dairy Areas of the United States. **Economic Geography**, v. 11, n. 4, 1935 a. p. 347-355

_____. Recent Developments in Political Geography I and II. **The American Political Science Review**, v. 29, n. 5 e 6, 1935 b. p. 785-966.

_____. A New Map of the Manufacturing Belt of North America. **Economic Geography**, v. 12, n. 1, 1936 a. p. 45-53.

_____. Suggestions on the Terminology of Political Boundaries. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 26, n. 1, 1936 b. p. 56-57.

_____. Racial Maps of the United States. **Geographical Review**, v. 28, n. 2, 1938 a. p.276-288.

_____. Six Standard Seasons of the Year. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 28, n. 3, 1938 b. p. 165-178.

_____. Agricultural Land in Proportion to Agricultural Population in the United States. **Geographical Review**, v. 29, n. 3, 1939 a. p. 488-492.

_____. The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 29, n. 3 e 4, 1939 b. p. 173-658.

_____. The Politico-Geographic Pattern of the World. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 218, 1941. p. 45-57.

_____. On the Mores of Methodological Discussion in American Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 38, n. 2, 1948. p. 113-125.

_____. The Franco-German Boundary of 1871. **World Politics**, v. 2, n. 2, 1950 a. p. 209-250.

_____. The Functional Approach in Political Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 40, n. 2, 1950 b. p. 95-130.

_____. "Exceptionalism in Geography" Re-Examined. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 45, n. 3, 1955. p. 205-244.

_____. The Concept of Geography as a Science of Space, from Kant and Humboldt to Hettner. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 48, n. 2, 1958. p. 97-108.

_____. Political Geography in the Modern World. **The Journal of Conflict Resolution**, v. 4, n. 1, 1960. p. 52-66.

_____. Qu'est-ce que la géographie? **The Geographical Journal**, v. 135, n. 2, 1969 a. p. 323-324.

_____. **Questões sobre a Natureza da Geografia**. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1969 b.

_____. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec / Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

HARVEY, Francis; WARDENGA, Ute. The Hettner-Hartshorne Connection: reconsidering the process reception and transformation of a geographic concept. **Finisterra**. Lisboa: Universidade de Lisboa, v. 35, n. 65, 1998. p. 131-140.

HETTNER, Alfred. La Naturaleza de Geografía y sus Métodos. In: MENDOZA, Josefina Gómez; JIMÉNEZ, Julio Muñoz; CANTERO, Nicolás Ortega. **El Pensamiento Geográfico: estudio interpretativo y antología de textos**. 2. ed. Madrid: Alianza, 2002.

JAMES, Preston E. Continuidade e Mudança do Pensamento Geográfico Americano. In: COHEN, Saul B. [et. al]. **Geografia Humana nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Fórum, 1970. p. 04-15.

JOHNSTON, Ronald John. **Geografia e Geógrafos: a geografia humana anglo-americana desde 1945**. São Paulo: DIFEL, 1986.

_____. **On Human Geography**. Oxford/New York: Basil Blackwell, 1986.

JUILLARD, Étienne. A Região: tentativa de definição. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 185, 1965. p. 224-230.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. Physische Geographie. In: UNWIN, T. **El Lugar de la Geografía**. Madrid: Cátedra, 1995.

KRAGH, Helge. **Introdução à Historiografia da Ciência**. Porto: Porto Editora, 2003.

LACOSTE, Yves. **A Geografia: isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2004.

_____. A Geografia. In: CHÂTELET, François (Org.). **História da Filosofia: ideias, doutrinas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. v. 7.

LAKATOS, Imre. **História da Ciência e suas Reconstruções Racionais**. Lisboa: Edições 70, 1998.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1992.

MARTIN, Geoffrey J. In Memoriam: Richard Hartshorne, 1899-1992. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 84, n. 3, 1994. p. 480-492.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. História da Ciência: objetos, métodos e problemas. **Revista Ciência e Educação**, Presidente Prudente, v. 11, n. 2, p. 305-317, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v11n2/10.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2013.

MARTINS, Roberto de Andrade. Abordagens, Métodos e Historiografia da História da Ciência. In: MARTINS, Ângela Maria (Ed.). **O Tempo e o Cotidiano na História**. São Paulo: FDE, 1993. p. 73-78. Disponível em: <<http://ghhc.ifi.unicamp.br/pdf/ram-47.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2013.

_____. História e História da Ciência: encontros e desencontros. In: **Atas do I Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica**. Évora: Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora, 2001. p. 11-46. Disponível em: <<http://ghhc.ifi.unicamp.br/pdf/ram-86.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2013.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem Tem Medo da Geopolítica?** São Paulo: Hucitec/Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

MENDOZA, Josefina Gómez; JIMÉNEZ, Julio Muñoz; CANTERO, Nicolás Ortega. **El Pensamiento Geográfico**: estudio interpretativo y antología de textos. 2. ed. Madrid: Alianza, 2002.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

MOODIE, Arthur E. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **A Gênese da Geografia Moderna**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

_____. **Geografia**: pequena história crítica. 19. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

MOREIRA, Ruy. **O Pensamento Geográfico Brasileiro**: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008. v. 1.

_____. **O Que é Geografia?** 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Para Onde Vai o Pensamento Geográfico?** São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Pensar e Ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

Ó THUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul. **The Geopolitics Reader**. 2. ed. Londres: Routledge, 2006.

POPPER, Karl R. **A Lógica da Pesquisa Científica**. 11. ed. São Paulo: Cutrix, 2004.

PRESCOTT, John Robert Victor. **The Geography of Frontiers and Boundaries**. London: Hutchinson University Library, 1967.

QUAINI, Massino. **A Construção da Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. O Solo, a Sociedade e o Estado. In: **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: USP/DG, n. 2, 1983.

RIBAS, Alexandre Domingues; VITTE, Antonio Carlos. O Curso de Geografia Física de Immanuel Kant (1724-1804): entre a cosmologia e a estética. **Scripta Nova**. Barcelona: Universidade de Barcelona, v. 14, 2009. p. 05-13.

ROHDEN, Valerio. O Criticismo Kantiano. In: REZENDE, Antonio (Org.). **Curso de Filosofia**. 15. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SANGUIN, André-Louis. A Evolução e a Renovação da Geografia Política. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 252, 1977. p. 05-35.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um Discurso sobre as Ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

SANTOS, Douglas. **A Reinvenção do Espaço**: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SCHAEFER, Fred. K. Exceptionalism in Geography: a methodological examination. **Annals of the Association of American Geographers**, v.43, n. 3, 1953. p. 226-249.

SILVEIRA, Roberison Wittgenstein Dias da. **Influências da Filosofia Kantiana e do Movimento Romântico na Gênese da Geografia Moderna**: a constituição dos conceitos de espaço, natureza e morfologia em Alexander von Humboldt. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Geografia**: geografia e ideologia. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TATHAM, George. A Geografia no Século XIX. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 157, 1960. p. 551-578.

TAYLOR, Peter J.; WUSTEN, Herman van der. Political Geography: spaces between war and peace. In: BENKO, Georges; STROHMAYER, Ulf. **Human Geography**. London: Hodder, 2004. p. 83-104.

UNWIN, Tim. **El Lugar de la Geografía**. Madrid: Cátedra, 1995.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Repensando a Geografia Política: um breve histórico crítico e a revisão de uma polêmica atual. **Revista do Departamento de Geografia**: Universidade de São Paulo, número 20, 2010.

VICENS VIVES, Jaume. **Tratado General de Geopolítica**. Barcelona: Vicens-Vives, 1951.

VITTE, Antonio Carlos. **Contribuições à História e a Epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. Influências da Filosofia Kantiana na Gênese da Geografia Física. **Mercator**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, ano 07, número 14, 2008.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. **Ensaio de Sociologia**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

WEIGERT, Hans W. **Geopolítica**: generales y geógrafos. 2. ed. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 1944.

WEIGERT, Hans W. et al. **Principles of Political Geography**. Nova York: Appleton Century Crofts, 1957.

WHITTLESEY, Derwent; COLBY, Charles C.; HARTSHORNE, Richard. **German Strategy of World Conquest**. Nova York/Toronto: Farrar & Rinehart, 1942.

WHITTLESEY, Derwent. O Conceito Regional e o Método Regional. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 154, 1960. p. 05-36.